

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP**

CRISTIANE MARE DA SILVA

**DA DIGNIDADE DA POLÍTICA: INVENÇÃO DA ÁFRICA DO SUL DEMOCRÁTICA
(Décadas 1980-1990)**

Doutorado em História

**São Paulo
2021**

CRISTIANE MARE DA SILVA

**DA DIGNIDADE DA POLÍTICA: INVENÇÃO DA ÁFRICA DO SUL DEMOCRÁTICA
(Décadas 1980-1990)**

Tese apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Doutor em História Social, sob orientação da Profa. Dra. Maria Antonieta Martinez Antonacci

Doutorado em História Social

São Paulo

2021

CRISTIANE MARE DA SILVA

**DA DIGNIDADE DA POLÍTICA: INVENÇÃO DA ÁFRICA DO SUL DEMOCRÁTICA
(Décadas 1980-1990)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo como requisito parcial para obtenção do grau de Doutora em História.

Banca examinadora:

Orientadora:

Dr.^a. Maria Antonieta Martines Antonacci

Membros:

(Dr.^a. Nirlene Nepomuceno)
UFABC

(Dr. José Rivair Macedo)
UFRGS

(Dr. Enio José da Costa Brito)
PUC-SP

(Dr.^a Maria do Rosario da Cunha Peixoto)
PUC-SP

Suplentes:

(Dr.^a Karla Leandro Rascke)
UNIFESSPA

(Dr. Antônio José Romera Valverde)
PUC-SP

São Paulo, 1º de outubro de 2021

Agradeço à CAPES (processo nº 149675/2017-00) pela concessão de bolsa de estudos, contribuindo para a elaboração dessa tese.

AGRADECIMENTOS

Gracias a la vida que me ha dado tanto...

Violeta Parra

Parece profundamente inacreditável que o universo tenha me permitido chegar até aqui, em período sombrio da nossa história, mais uma vez nos encontramos em uma Batalha de Horizontes e de disputas, disputas estas que jamais cessaram, entretanto, uma parte de nós, chegamos à segunda década dos anos 2.000, atuando na mesma frequência dos anos de ouro de Luiz Inácio Lula da Silva, a cultura havia aprofundando-se em um extremo conservadorismo e não nos demos conta. As leituras da emancipação da África do Sul, nas memórias partilhadas, entranhadas, nelas suas dores, confrontos e superações, assim como os autores que compuseram a capacidade de interpretação e compreensão do mundo que nos encontramos. Apenas a compreensão possibilita a cura, lhes agradeço, por restituir-me novamente a condição humana.

Minhas palavras de carinho e agradecimento à minha orientadora, Maria Antonieta Antonacci, por sua generosidade e confiança destes anos entre mestrado e doutorado.

Sair de Florianópolis, rumo à PUC São Paulo, era cansativo, com o tempo me acostumara com as 12 horas de viagem, achava engraçado meus colegas reclamarem que precisavam sair de casa antes das 7h para chegar em Perdizes às 8h. Aproveitei imensamente as minhas aulas, a cidade de São Paulo, com seus shows, teatros, exposições, as leituras dos textos, as discussões com colegas e professores, em especial as inquietações das aulas do Professor Rago, da Professora Antonieta e a teimosia incansável da professora Estefânia, que me cobrava para que eu enfrentasse a memória institucional do ANC desde o mestrado, só seria capaz de fazê-lo anos mais tarde.

Após a banca de qualificação, passei uns dois meses debruçada com as orientações dos membros da banca, meu reconhecimento à Professora Doutora Bebel Nepomuceno e ao Professor Doutor Enio Brito. Suas dicas foram fundamentais para melhorar as minhas percepções sob a África do Sul e a própria tese.

À Professora Valdeci Batista de Melo Oliveira, por suas aulas magníficas, em sua presença, desejei dar aulas tão significativas quanto as suas.

Minha gratidão à Vebora Duarte, por seus cuidados e profissionalismo.

Ao meu grupo de estudos, do qual partilhamos leituras, reflexões, afeto e crescimento intelectual, quase sempre foram as minhas primeiras leitoras da pesquisa. À Karla Rascke, Ana Júlia Pacheco, Mariana Schlickmann, Graziela dos Santos Lima, agradeço essa partilha, somos testemunhas de um tempo e de um projeto político que perdeu espaço para os reformistas.

Aos nossos amigos Josi San Felice e Jonas San Felice, uma amizade que nasce no caos, é sinal de vida longa. A presença, diálogos e carinhos de vocês, foram e são fundamentais, poderei finalmente ver todos os episódios do Senhor dos Anéis.

À Lourdes Betervide, Julio Pereyra, Melba, Luzia Betervide e família. Por me apoiarem e me acolherem durante momentos tão difíceis, como os que vivi em 2018.

Agradeço, a minha “vizinha” e afilhada, Mariana Schlickmann, e a toda sua família. Uma pessoa de generosidade e profunda coragem.

Aos meus familiares, em nome da Tia Jô, e minha cunhada e amiga, Estela Cardoso.

Aos meus mortos, Tata, Lili, Márcio, Manoel, Tiu Gê, D. Ana, Naná. São tantos os céus, mas acredito que por onde se encontrem celebrarão comigo esse momento.

Minha mãe, D. Amélia, *mi reina*. A coragem, o senso de justiça e a capacidade de suplantar a tristeza, devo-os a ti. Te amo.

Aos filhos, Amílcar Aramí e Helena Dulce, o desejo de semear em cada um, nosso mundo melhor, vocês são meu Aramí= em guaraní, meu pedacinho do céu. Em suas constantes reclamações: queremos que a tese acabe, queremos nossa mãe de volta! Finalmente andaremos de bike e patins.

Paulino Cardoso, compartilho contigo um amor profundo, a coragem da verdade e sonhos, muitos sonhos. Obrigada pela existência, companheirismo e por me aturar nas madrugadas falando da tese, as leituras compartilhadas, cafés da manhã e o assunto matinal? África do Sul, embalados uma vez e outra por Nina Simone, *What have I got? Why am I alive anyway? Yeah, what have I got? Nobody can take Away*.

RESUMO

No presente texto partilho reflexões como Madiba e seus companheiros enfrentaram as engenhosas formas de dominação política da modernidade na África do Sul, entre 1985 e 1999, sua combinação de terror, burocracia, racismo, universo neoliberal, na perspectiva de uma ação democrática negando usar a violência contra seus adversários, tendo na persuasão ponto crucial no intenso trabalho de superação da política de apartheid como regime racial político. Por meio de análise e interpretação de suas cartas da prisão, novas biografias, fontes da imprensa sul africana e documentos disponibilizados online, percebemos que Mandela, o ANC, UDF, COSATU, entre outros agrupamentos sociais, foram reinventando uma prática política e pensares que tornaram possível a emergência da África do Sul enquanto comunidade política em perfil abrangente. Representado na imagem positiva do país na Copa do Mundo de Futebol de 2010, e na admirada figura de Nelson Mandela, Prêmio Nobel da Paz. Historicizar esse processo, das promessas e dilemas a realizações, abarca o que pretendemos abordar neste trabalho. Inspirada por leituras de, Frantz Fanon, Hannah Arendt, Michel Foucault e Achille Mbembe, entendemos que os dilemas daquele país da África meridional, situam-se no centro da crise civilizatória em que vivemos, desde o último quartel do século XX, marcado pelo advento da globalização, do neoliberalismo e individualismo hedonista.

Palavras-chave: Lutas na África do Sul; invenção democrática; regime de apartheid.

ABSTRACT

In this text, I share reflections on how Madiba and his companions faced the ingenious forms of political domination of modernity in South Africa, between 1985 and 1999, their combination of terror, bureaucracy, racism, neoliberal universe, from the perspective of a democratic action denying the use of violence against its adversaries, having persuasion as a crucial point in the intense work of overcoming the apartheid policy as a political racial regime. Through the analysis and interpretation of his prison letters, new biographies, sources from the South African press and documents available online, we realized that Mandela, the ANC, UDF, COSATU, among other social groups, were reinventing a political practice and thinking that made possible the emergence of South Africa as a political community with a comprehensive profile. Represented in the country's positive image at the 2010 FIFA World Cup, and in the admired figure of Nelson Mandela, Nobel Peace Prize Laureate. To historicize this process, from promises and dilemmas to achievements, encompasses what we intend to address in this work. Inspired by the readings of Frantz Fanon, Hannah Arendt, Michel Foucault and Achille Mbembe, we understand that the dilemmas of that southern African country lie at the center of the civilization crisis in which we live, since the last quarter of the 20th century, marked by the advent of globalization, neoliberalism and hedonistic individualism.

Keywords: Struggles in South Africa; democratic invention; apartheid regime.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Nelson Mandela, Thabo Mbeki e De Klerk	23
Figura 2 - Nelson Mandela e Frederik de Klerk	25
Figura 3 – Necklancing	27
Figura 4 - Albertina Sisulu	30
Figura 5 - Documento endereçado ao Comissário das Prisões	36
Figura 6 - Encontro de Pieter Botha e Nelson Mandela	41
Figura 7 - Capa do filme A Dry White Season	68
Figura 8 - Estudantes iniciam a manifestações em Soweto em 1976	69
Figura 9 - Manifestação popular pela libertação de Mandela, anos 1980	70
Figura 10 - Policiais perseguem estudantes pelas ruas de Soweto em 1976	71
Figura 11 - Dr James Moroka, presidente do ANC e Nelson Mandela, da Liga da Juventude do ANC nos anos 1950	75
Figura 12 - Nelson Mandela e Nana Sita em 1952	81
Figura 13 - Fundadores do Congresso Indiano de Natal em 1895, Gandhi é o quarto à direita	81
Figura 14 - Nelson Mandela em companhia de oficiais argelinos em 1962	86
Figura 15 - Nelson Mandela em visita a Fidel Castro em Cuba, 1991	88
Figura 16 - Bantu Steve Biko, líder do Movimento Consciência Negra	89
Figura 17 - Winnie Mandela em uma manifestação nos anos 1970	90
Figura 18 - Donald Woods e Steve Biko em 1970	91
Figura 19 - Barney Pityana, presidente da SASO em 1970	9
Figura 20 - Cartaz “The Federation of South African Trade Unions - FOSATU”	97
Figura 21 - Reunião da FOSATU na qual a faixa propõe a unidade. Anos 1980	100
Figura 22 - Reunião de trabalhadores da FOSATU no início dos anos 1980	102
Figura 23 - Por volta dos anos 1980: da esquerda, Joe Foster, Chris Dlamini, John Gomomo e um quarto homem não identificado em uma reunião de FOSATU	103
Figura 24 - Nelson Mandela (à direita) e o segundo ex-vice-presidente sul-africano F.W. De Klerk (centro) acenam para uma multidão após a posse presidencial, em maio de 1994	105
Figura 25 - Nelson Mandela (e) recebe de Desmond Tutu o relatório da Comissão de Verdade e Reconciliação	116

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANC	Congresso Nacional Africano
BPC	Convenção do Povo Negro
CODESA	Convenção para uma África Do Sul Democrática
COSAS	Congresso Sul Africano de Estudantes
COSATU	Congresso Sul Africano de Sindicatos
FMI	Fundo Monetário Internacional
FOSATU	Federação Sul Africana de Sindicatos
GEAR	Crescimento, Emprego e Redistribuição
GNU	Governo de Unidade Nacional
MK	Umkonotho We Sizwe
NUSAS	União Nacional dos Estudantes da África do Sul
PAC	Congresso Pan Africanista
ONU	Organização das Nações Unidas
RDP	Programa de Reconstrução e Desenvolvimento
RENAMO	Resistência Nacional Moçambicana
SACTU	Congresso Sul Africano de Sindicatos
SASO	Organização dos Estudantes da África Do Sul
SACP	Partido Comunista da África Do Sul
TRC	Comissão da Verdade e da Reconciliação
UDF	Frente Democrática Unida

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO 1: A PROMESSA DA POLÍTICA: TORNAR A ÁFRICA DO SUL INGOVERNÁVEL (1985-1994)	21
1.1 A UDF E A ESTRATÉGIA DE MOBILIZAÇÃO POPULAR	30
1.2 “A LUTA DE NOSSOS PAIS TRABALHADORES”: COSATU	32
1.3 “SOMENTE HOMENS LIVRES PODEM NEGOCIAR”	35
CAPÍTULO 2: O PENSAMENTO RACIAL E A INVENÇÃO DO APARTHEID	41
2.1 O CABO DAS TORMENTAS	48
2.2 A GRANDE TRECK	50
2.3 O ETERNO RETORNO: CAMPOS DE CONCENTRAÇÃO BÔER	52
2.4 O POVO ELEITO DA ÁFRICA DO SUL	57
CAPÍTULO 3: O IMAGINÁRIO RADICAL E A BATALHA DAS IDEIAS	67
3.1 NACIONALISMO AFRICANO	73
3.2 SATYAGRAHA E A CAMPANHA DE DESOBEDIÊNCIA	80
3.3 A VIOLÊNCIA NECESSÁRIA	85
3.4 MOVIMENTO CONSCIÊNCIA NEGRA	89
3.5 “O FUTURO ESTÁ NAS MÃOS DOS TRABALHADORES” TRABALHISMO E O NOVO SINDICALISMO NA ÁFRICA DO SUL	96
CAPÍTULO 4: UMA CASA COMUM POR UMA POLÍTICA DA AMIZADE	105
4.1 A CARTA DA LIBERDADE: LIMITES DA AMIZADE	106
4.2 GOVERNO DE UNIDADE NACIONAL	109
4.3 COMISSÃO DA VERDADE E RECONCILIAÇÃO	116
4.4 UM BALANÇO DE GOVERNO, 1994-1999	122
CONSIDERAÇÕES FINAIS	126
FONTES	131
BIBLIOGRAFIA	133

INTRODUÇÃO

Minha vida intelectual não é inseparável de minha vida...não escrevo de uma torre que me separa da vida, mas de um redemoinho que me joga em minha vida e na vida
Edgar Morin (1997, p.8).

A presente pesquisa, dá-se em continuidade ao trabalho de mestrado intitulado *A Poética da Esperança: Sentidos Políticos nas Memórias de Nelson Mandela* (2016), no qual investiguei fundamentalmente narrativas que viabilizaram o enfrentamento ao Apartheid, prosseguindo na investigação e construções históricas no advento do governo democrático de Nelson Mandela.

Já na pesquisa para a tese de doutorado, denominada inicialmente *Nelson Mandela e a Dignidade da Política: Os Anos da Presidência*, imaginava focar análise nas promessas e desafios da administração Mandela, seu fazer-se como presidente da África do Sul; com potencialidades e críticas de seu governo 1994/1999¹. Entretanto, a realidade da pesquisa despedaçou esse sonho perfeito, na medida em que aprofundava leituras, muitas delas inéditas no Brasil e nas fontes disponíveis, percebendo ser a África do Sul um mundo e o mundo inteiro, com suas contradições mergulhadas em seu âmbito e relações étnico culturais.

Na dissertação busquei apreender, em um duplo movimento, imagens de Nelson Mandela que emergem das narrativas biográficas; de outro, apreender em suas memórias e de seus companheiros como este ícone da luta pela igualdade, um dos mais importantes líderes de nosso tempo, confrontou imposições políticas e, em termos de discurso, forjou o caminho não apenas para a superação do regime, mas a emergência da África do Sul como nação. Este segundo momento denominamos *A poética da esperança*.

Vale lembrar que o futuro controle político da África do Sul pelo Congresso Nacional Africano (ANC em sua sigla em inglês), trazia consigo medos e suspeitas por parte de africaneres e uitlanders de origem europeia. Temiam que os demais africanos com oportunidade, fossem capazes de provocar tragédias ainda maiores. Por isso, a importância de ter me dedicado, de modo breve, a discutir as reinvenções e esforços do velho Madiba, para não enredar o país em uma guerra ainda mais sangrenta.

¹ No dia 11 de fevereiro de 1990, Mandela sai da prisão de Victor Verster, após 27 anos de confinamento. Em 16 de junho de 1999, participou da posse do novo presidente da África do Sul, Thabo Mbeki, em Pretória.

Estava igualmente interessada em refletir sobre o que nós brasileiros poderíamos aprender com a África do Sul. Em movimento decolonial Sul-Sul², busquei historicizar as experiências de Nelson Mandela, delineando, ainda que brevemente, devido às pressões de tempo de uma dissertação, os desafios de sua poética política. Confesso que tinha expectativas de que a investigação contribuísse para renovar o discurso antirracista no Brasil, corroborando para ampliar a sua efetividade.

Neste processo criativo de dar forma ao inimaginável, dei especial atenção às reminiscências de sua infância, sua formação escolar e no longo período de cárcere. Desejava evidenciar como saberes das tradições vividas, especialmente em sua infância, transcenderam o passado histórico e se renovaram no presente, forjando esperanças de futuro.

Em nosso entendimento, Mandela nos legou uma herança política, que nos permite apreender momentos orientadores de lutas pela igualdade, de exercícios de tolerância e de defesa dos direitos humanos, não apenas em África, mas em outros continentes, onde existam conflitos raciais/coloniais inerentes à expansão do Ocidente.

Algo nos diz que a governamentalidade³ da África do Sul, na última década do século XX, exigiu uma ampliação dos horizontes políticos, incluindo a mobilização de ancestrais universos culturais, envoltos em tradições orais, bem como em experiências de lutas acumuladas pela vida, ao longo de seus 76 anos.

Madiba e seus companheiros enfrentaram as engenhosas formas de dominação política da Modernidade, sua combinação de terror, burocracia, racismo, universo neoliberal, com uma ação democrática que, negando a usar somente a violência contra seus adversários, tem na persuasão ponto crucial para o intenso trabalho de superação do apartheid como regime racial político.

Não se trata de um encontro de idênticos, mas de pessoas plurais, antigos opressores e oprimidos, liberais de origem britânica, africanos, indianos, coloreds, Xhosas, Zulus, Vendas e demais povos e grupos sociais. Como nos lembra Hannah Arendt, a pluralidade humana é a condição para o exercício da política⁴.

² As epistemologias do Sul referem-se à produção e à validação de conhecimentos ancorados nas experiências de resistência de todos os grupos sociais que têm sido sistematicamente vítimas da injustiça, da opressão e da destruição causadas pelo capitalismo, pelo colonialismo e pelo patriarcado (SANTOS, 2019, p.17).

³ Mais que um mero termo inspirado em Michel Foucault, gostaria de enfatizar aqui a relação entre a África do Sul e o conjunto das sociedades ocidentais, não se trata em linhas gerais de uma exceção, mas do espaço social histórico na qual as práticas de gestão, o saber sobre a população e o Estado, podem, pelo horror que nos provoca, ser percebida em detalhes. Foucault, Michel. Da governamentalidade. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985, p.277-93.

⁴SANTOS, Boaventura DE Souza; MENEZES, Maria Paula (orgs). *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez, 2010.

Por meio de análise e interpretação das cartas da prisão, publicadas recentemente, bem como novas biografias, fontes da imprensa sul africana e documentos disponibilizados online, percebemos que Mandela, o ANC, UDF, COSATU, entre outros agrupamentos sociais, parecem ter reinventado práticas políticas e seus pensares, tornando possível a emergência da África do Sul, enquanto comunidade política, tão bem representada na imagem positiva do país na Copa do Mundo de Futebol de 2010, e na admirável figura de Nelson Mandela, Prêmio Nobel da Paz. Historicizar esse processo, preñado de promessas e dilemas de realizações, abarca o que pretendemos abordar neste trabalho.

Por um tempo acreditamos na possibilidade de traçar novos caminhos e que nossos diálogos com Madiba haviam cessado. Não poderia prever que os guardiões do tempo, vigilantes e anfíbios⁵, mudariam o rumo da nossa existência, impondo-nos compreender os enlaces de um presente totalitário⁶, em especial o significado da ação e do **pensamento racista, para além do fenótipo**, mas como condição social, um símbolo que perpassa o significado da racionalidade racial, mas não o define integralmente, pois imbrica biologia, cultura e poder. De um modo geral, nos detemos unicamente ao primeiro aspecto, o Biológico (FOUCAULT, 2012).

No difícil momento em que vivemos, no Brasil e no mundo ocidental, dominados por uma cultura totalitária, *Da dignidade da Política: a Invenção da África do Sul Democrática*, nasce para esta pesquisadora, igualmente como esforço de compreensão do aparente império do caos⁷ ao qual estamos enredados. Penso ser urgente termos capacidade de compreender

⁵ Dentro da sociedade capitalista, que oportuniza e premia o tempo todo caminhos individuais em torno de status, prestígio e poder, ao mesmo tempo que precisa desorganizar, criminalizar saídas coletivas, pessoas que partilham de discursos aparentemente contra hegemônicos, não raramente priorizam saídas individuais para opressões coletivas, colaborando e participando ativamente de políticas hegemônicas, discursos antirracistas, feministas no mundo neoliberal, dominado pela inteligência artificial e desconectados das massas e da crença que um outro mundo é possível, entram como um produto que oferta as vozes autorizadas um público do qual lhe permitem vender suas quinquilharias e ideias identitárias. Em diálogo com a possibilidade de mobilidade social, os discursos e significantes revolucionários quando entram nesse dicionário são profundamente vazios, entretanto possibilitam uma conexão com a memória de experiências de lutas, que pouco tem a ver com suas reivindicações individualistas e chantagistas, que se utilizam de ferramentas fascistas, imperialistas tanto quanto a ultradireita, a mentira, a propaganda e a violência. Os anfíbios, assim como eles, são animais que majoritariamente partilham de uma vida dupla, entre a sua fase larval aquática e sua fase adulta terrestre são seres escorregadios, gelados e duplos. É preciso salientar que este duplo, não tem o mesmo sentido do termo cunhado pelo sociólogo Du Bois, em *Almas da gente negra* (2000), quando ele aponta a necessidade da dupla consciência, para lidar e resistir a uma situação de extrema opressão racial, em especial no sul dos Estados Unidos na primeira metade do século XX.

⁶ Para Arendt, nos regimes totalitários há uma invasão da sociedade civil pelo estado e uma ligação direta entre o dirigente e as massas, sem mediações do controle social, ocorre uma supressão dos mecanismos autônomos de representação da sociedade civil, restando a violência e a propaganda. ARENDT, Hannah. *Origens do Totalitarismo*. Companhia das Letras, 2012.

⁷ Império do Caos é uma expressão de Pepe Escobar, jornalista brasileiro especialista em análise geopolítica, de como compreende os efeitos de uma política de desestabilização sistemática de países e regiões enquanto parte de estratégias de perpetuação da hegemonia estadunidense em um mundo multipolar. ESCOBAR, Pepe. *O Império do caos*. São Paulo: Revan, 2016.

nossa própria tragédia, caso contrário, corre-se o risco de entrar em uma espiral, cujo final condiz com o roubo de nossas memórias e vestes.

Mandela foi classificado como terrorista, ao ousar construir um projeto político de autonomia, encarcerado por vinte e sete anos. Em 1955, mais de três milhões de moradores foram forçados a sair de Sophiatown; em 1960, o Massacre de Sharpeville. Pouco depois o ANC e o Congresso Pan Africano (PAC, na sua sigla em inglês) são proibidos de atuar no país, ocorrendo a fundação do braço armado do ANC, o Umkonto We Sizwe. Ao longo de quarenta e oito anos centenas de corpos africanos assassinados, com o silêncio e a cumplicidade do Ocidente, pois o regime do apartheid foi o quinhão dado aos africanos por ingleses e demais europeus, por terem chegado tarde demais para a corrida do ouro⁸.

A história dos combatentes da diáspora, cujos corpos lutam por humanidade, estão intrinsecamente ligados a história de Nelson Mandela, pois na escravidão não existe liberdade e a escravidão não cansa em atualizar-se⁹.

Inspirada pela leitura de Hannah Arendt e Achille Mbembe entendo que os dilemas daquele país da África meridional, situam-se no centro da crise civilizatória em que vivemos, desde o último quartel do século XX, marcado pelo advento da globalização, do neoliberalismo, do individualismo hedonista, tão bem indicados por Zigmunt Baumann e sua *Modernidade Líquida* (2001). Mais recentemente, a expansão de movimentos ultraconservadores, baseados no ódio, na violência e na comunicação, da qual Donald Trump, nos EUA, e Jair Bolsonaro, no Brasil, parecem tão bem representar.

Hannah Arendt, em especial em *Origens do totalitarismo* (2016), foi fundamental para repensar o lugar da África do Sul, em minha percepção, até então, limitada por essencialismos identitários. Arendt reposiciona a noção do pensamento político racial, do ambiente específico do espaço colonial, para compreender o desenvolvimento político da Modernidade e de suas instituições, e como estas se articulam na corrida para a África e a nova era do Imperialismo. “O imperialismo teria exigido a invenção do racismo como única “explicação” e justificativa

⁸Esta constitui conclusão relevante de uma das obras mais importantes para este estudo e para a compreensão da filosofia política ocidental: ARENDT, Hannah. *As origens do totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

⁹No momento em que escrevia essas páginas o Congresso Nacional acabara de aprovar a Reforma da Previdência Pública no país que juntamente com o Projeto de Emenda Constitucional N°95/2017, a Reforma Trabalhista de 2017 e a Medida Provisória N°881/2019 – Da liberdade Econômica. Estas medidas, vista do conjunto significou não apenas o desmonte do Estado de Bem-estar Social em nosso país, mas fundamentalmente ao retirar o conjunto de direitos que protegiam o trabalhador brasileiro, ao lhe retirar toda a dignidade inerente a condição humana, reduzem-nos, a condição de escravos. Aqueles que se movem apenas pelo medo e pela necessidade como afirma Hannah Arendt em diferentes estudos, em especial *Liberdade para Ser Livre*. São Paulo: Bazar do Tempo, 2018. Neste sentido, não há como não traçar um paralelo entre Nelson Mandela e a prisão política de Luís Inácio Lula da Silva. Ao seu tempo, ambos convidaram os miseráveis a sentar-se à mesa e discutir os assuntos públicos.

de seus atos, mesmo que nunca houvesse existido uma ideologia racista no mundo civilizado” (ARENDT, 2012, p.266).

Desse modo, o modelo de governamentalidade construído pelos africanos¹⁰, raça e burocracia, e de uma sociedade em que a humanidade de brancos e não brancos é retirada a fórceps, não foi exceção, mas a regra nas chamadas colônias ocidentais, o fardo do homem branco de civilizar (bestializar-se?) frente aos selvagens, como missão.

Assim, o racismo configura e dá projeção à política e à sua racionalidade, e nos permite dimensionar o gigantismo do empreendimento de Nelson Mandela e seus companheiros, permitindo-nos compreender a recusa de representar a sociedade sul africana como multirracial, tema que muitos militantes e acadêmicos afro-brasileiros não discordariam, diferentemente da África do Sul ao imaginar a nação em termos culturais e proporem políticas de amizade, enquanto um enfrentamento ao imaginário ocidental.

Eles ousaram construir por meio de uma combinação de ideário democrático-liberal e de experiências políticas africanas, um governo capaz de superar a necropolítica como única possibilidade de exercício de poder, buscando questionar e deslegitimar o regime do apartheid, o direito soberano de decidir sobre a vida e a morte de sul africanos. Inspirada em Achille Mbembe, podemos dizer, trata-se de eliminar da vida do país, a lógica dos campos de extermínio, da violência como única linguagem entre o Estado e populações inteiras da África do Sul¹¹.

Mbembe, distanciando-se das leituras clássicas, inclusive de Hannah Arendt, nos apresenta sua leitura da política ocidental como princípio da morte, a soberania como direito de matar, ambos relacionados com o conceito de biopoder de Michael Foucault.

Que a “raça” (ou, na verdade, o “racismo”) tenha um lugar proeminente na racionalidade própria do biopoder é inteiramente justificável. Afinal de contas, mais do que o pensamento de classe (a ideologia que define história como uma luta econômica de classes), a raça foi a sombra sempre presente no pensamento e na prática das políticas do Ocidente, especialmente quando se trata de imaginar a desumanidade de povos estrangeiros _ ou a dominação a ser exercida por eles (MBEMBE, 2012, p. 18).

Portanto, se a política ocidental tem como cerne a violência e a exclusão de corpos e suas culturas, Mandela, como principal interlocutor entre o Congresso Nacional Africano e o

¹⁰ Neste trabalho, por africanos entendemos aqueles portadores de uma identidade nacional, construída após a Guerra Anglo-Boer e a proclamação da União Sul Africana. Sua percepção de nação está associada a uma história comum, a colonização, as disputas por território, uma língua comum, africaner, uma Igreja Reformada Holandesa, em duas palavras, uma raça comum: raça branca.

¹¹ MBEMBE, Achille. *Necropolítica*. São Paulo: N-1 Edições, 2018.

Partido Nacional, renegou a este modelo como único fim do exercício da política. Sem descartar a violência necessária, instaurou espaço que chamarei de *A Promessa da Política: tornar a África do Sul ingovernável (1985- 1994)*, compondo os anos da sua libertação à sua chegada na presidência, na qual os povos da África do Sul inventaram uma resistência implacável de forma organizada, descentralizada, envolvendo diferentes segmentos sociais do país.

No ano de 1994, Madiba tornou-se presidente na primeira eleição democrática do país. Campanha realizada sob o princípio de *um homem um voto*, africanos, coloreds e indianos passaram a ter direito a participar da escolha dos dirigentes políticos do país. O estadista permaneceu no poder durante o mandato de cinco anos. Seus vinte e sete anos de confinamento renderam-lhe tempo de introspecção sobre os acontecimentos de seu país, a compreensão do funcionamento do regime e da mentalidade racista.

No esforço para fundar a nação como comunidade política em densa reflexão sobre este período passamos a refletir o que deu origem ao segundo momento da pesquisa: *O imaginário radical e a batalha das ideias*. Que em verdade, se dividiu em dois capítulos: *O pensamento racial e a invenção do apartheid*, além de, *O imaginário radical e A batalha das ideias*.

Neles, fomos inspiradas em Edward P. Thompson, Cornelius Castoriadis e Eder Sader, ao ler o Relatório Final da Comissão de Verdade e Reconciliação, presidida pelo célebre Desmond Tutu, em sua tarefa de publicizar narrativas, pela voz de algozes e vítimas, do horror cotidiano produzido pelas forças de segurança do Estado moderno. Nosso empenho centrou forças à compreensão de como os discursos para a produção do apartheid e para seu confronto puderam ser produzidas.

Esta última, em especial por não se tratar de uma ação penal, pelo contrário de uma ação restaurativa, que permitiu localizar os restos mortais das pessoas desaparecidas, mas fundamentalmente, um esforço para a tomada de consciência daquele momento da história sul africana, de modo a não se repetir. A Comissão da Verdade e Reconciliação, como uma “catarse pública”, ouviu mais de 20.000 mil pessoas, gerando relatório de 3.500 páginas, das quais me detive ao primeiro e segundo volume.

Percebemos que a Comissão (TRC na sua sigla em inglês), e seu desdobramento enraizado na ideia mundialmente famosa de UBUNTU, não foram pontos de partida, mas de chegada. Uma jornada que articulou atores, suas experiências e sua imaginação.

Neste momento buscamos reconstituir o caldeirão de ideias que enredaram os sujeitos na história e levaram a invenção de uma África do Sul democrática. O que nos obrigou a compreender o apartheid nos seus próprios termos.

Ao invés de qualificativos negativos (loucos, demônios, tribos, racistas), buscamos quebrar a narrativa hegemônica no Ocidente (na qual esconde suas responsabilidades), para aproximar-nos de pessoas de carne e osso, na sua diversidade de experiências, miragens e medos: eis os brancos sul africanos, africanos cristãos, ingleses, cristãos, católicos e judeus, enquanto liberais.

Em *A batalha das ideias*, radicadas entre primeiro e segundo capítulos, nos debruçamos, igualmente, com coloreds, chefes tradicionais, africanos urbanos, indianos sick, muçulmanos, hindus e africanos. Com eles, as ideias de raça, de povo eleito, o nacionalismo africano, a satyagrah, obrerismo e a consciência negra.

Se as memórias compartilham as zonas territoriais do apartheid, segmentadas, segregadas, deste modo produzindo diferentes noções da realidade, estes momentos também significaram, dentro de um longo processo de reconciliação, a possibilidade de humanização, uma humanidade que segundo a filosofia Ubuntu¹², só é realizável no comunitário.

Em *Uma casa comum por uma política da amizade*, o exercício do fazer político exigiu criar táticas que possibilitassem momentos de diálogos e de humanidade, frente ao poder racista, mobilizando a vida e compromissos de Mandela na contramão do racismo e na luta pela paz em escala global.

Portanto, neste momento, interrogamos a política desenvolvida por Mandela, com traços anticoloniais em suas ações presidenciais, tanto na construção do Estado nação na África do Sul), como seus esforços para não estender aos antigos adversários, não apenas os sul africanos autodenominados brancos, a prática da violência no trato dos negócios públicos, mas exercitou com uma paciência inesgotável, enquanto a arte da persuasão, ponto crucial para seu governo.

Nos defrontamos com *Os limites da amizade*, discutindo as dificuldades impostas no próprio processo de negociação para o fim do Apartheid, assim como o contexto global, na emergência do que George H. W. Bush chamou de “a new world emerge”, tão bem detalhado pelo historiador Luiz Alberto Moniz Bandeira, em seu livro, *A Desordem Mundial o Espectro da Total Dominação*, 2016. Como superar a distribuição de poder, na qual as empresas multinacionais, em especial britânicas e estadunidenses, controlam a exploração de minérios; enquanto a terra desde o século XIX concentrou-se cada vez mais nas mãos dos brancos, em especial os africanos?

¹²NOGUERA, Renato. Ubuntu como modo de existir: elementos gerais para uma ética afroperspectiva. *Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)*, [S.l.], v. 3, n. 6, p. 147-150, fev. 2012. ISSN 2177-2770. Disponível em: <<http://abpnrevista.org.br/revista/index.php/revistaabpn1/article/view/358>>. Acesso em: 04 ago. 2019.

Vale lembrar que na década de 1990, 83% das terras estavam sob poderes da minoria branca. Portanto, a partilha da terra é fundamental para repensar a África do Sul pós apartheid, nos termos legais. Embora prevista a desapropriação da terra mediante a indenização justa, apenas 4% da terra foi redistribuída.

Em consonância com David González,

Tras diez años de gobierno de la mayoría negra, en 2004, la población blanca se había reducido a un 9,3% del total de habitantes, pero varias decenas de miles de granjeros blancos seguían acaparando un 85% del total de la tierra y eran dueños de seis veces más tierra, que todos los negros en su conjunto, en términos de cantidad y calidad (2007, p. 13).

Desse modo, os conflitos rurais constituem um dos principais desafios a uma África do Sul republicana e inclusiva. Setores da ultradireita branca, saudosistas do regime de apartheid, têm disseminado a possibilidade de uma saída semelhante ao Zimbábue de Robert Mugabe, a desapropriação das fazendas brancas, sem bases factuais, no sentido de incentivar o ódio¹³.

Na plataforma política de Cyril Ramaphosa, então dirigente do Congresso Nacional e atual presidente da República, o enfrentamento da necessária reforma agrária, como o reconhecimento de diferentes formas comunitárias de apropriação da terra, foi fundamental para angariar apoios, inclusive dentro do partido, pavimentando sua conquista à presidência da república.

À vista disso, compreender as dificuldades para a implantação dessa agenda, ainda no governo de Nelson Mandela, nos parece uma forma de concluir as pesquisas com foco nos desafios da articulação de liberdade política com justiça social.

Sendo a raça, uma figura que percorre a discussão de todo o trabalho, priorizamos uma revisão bibliográfica de autores críticos da modernidade ocidental, em que suas obras particularizam um sistema de pensamento geopolítico que nasce na Europa, influenciando toda a humanidade sob o jugo das instâncias de saber e poder que fortalecem, cotidianamente, o sistema capitalista: FANON, *Los Condenados de la Tierra*, 1963; *Por la Revolución Africana*, 1966; *Pele Negra Máscaras Brancas*, 2008; ARENDT, *Origens do Totalitarismo*, 2012; FOUCAULT, *Microfísica do Poder*, 1985; *A ordem do Discurso*, 1999; *A Verdade e as Formas*

¹³ Em 22 de agosto de 2018, o presidente estadunidense, reproduzindo essas informações falsas, informou na sua conta pessoal do Twitter (@realDonaldTrump) que havia solicitado ao Secretário de Estado, ex-Diretor da CIA, Marc Pompeo, que investigasse a “matanças de fazendeiros” na África do Sul. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/mundo/tuite-de-trump-sobre-matanca-de-fazendeiros-afeta-moeda-sul-africana-23003548>>. Acesso em: 04 ago. 2019.

Jurídicas, 1999; *Em Defesa da Sociedade*, 2016; MBEMBE, *Sair da Grande Noite*, 2014; *Políticas da Inimizade*, 2017; *Necropolítica*, 2018.

É certo que iniciei com as leituras de Frantz Fanon e Achille Mbembe; se Fanon havia surpreendido, ao deslocar com bastante audácia os significados da invenção do branco e do negro no desenvolvimento das sociedades industriais, evidenciando como o racismo operava e adoecia a psique de todos aqueles submetidos a sua violência e alienação total (econômica, política, cultural e religiosa) o fez operando o campo clínico, a filosofia, a política e ação dos quais emergiram um profundo conhecimento em torno do humano na modernidade. Nas palavras de Mudimbe (2019, p.160) “um marxista sólido, mas também bom estudioso de Hegel, Kierkegaard, Nietzsche e Sartre”. Nos parece fundamental somar a essa lista Aimé Césaire, contemporâneo e conterrâneo de Fanon, compartilhando a utopia da liberdade, embalada em suas ideias e ações.

Achille Mbembe, não apenas inspirou-se, mas atualizou a obra de Fanon. Tanto Fanon, quanto Mbembe, evocaram a linguagem, como espaço a ser nomeado, trazido à tona, não obstante, em *Pele Negra Máscaras Brancas*. Ali o autor dedicou um capítulo especificamente a linguagem, *O negro e a linguagem*, do qual afirma “atribuímos uma importância fundamental ao fenômeno da linguagem. É por esta razão que julgamos necessário este estudo, que pode nos fornecer elementos de compreensão da dimensão para-o-outro do homem de cor. Uma vez que falar é existir absolutamente para o outro” (FANON, 2008, p. 33). Achille Mbembe, profundo conhecedor da obra de Frantz Fanon, que tão bem situou em suas obras os pensamentos de Fanon, Hannah Arendt e Foucault, nos obrigou a compreendê-los. Primeiro, porque nos perturbava o que Mbembe anunciava, em uma linguagem tensa e por vezes desconcertante, capaz de romper com o que Fanon nomeou de círculo vicioso, calcificado, fechado, ora entre a brancura, ora pela negrura.

Se tanto Fanon, quanto Mbembe trazem no centro de suas reflexões a linguagem, adicionada às leituras de Foucault, intelectual que nos orienta ao enfrentamento do significante e não uma atitude dócil e conformista diante a verdade que ele nos impõe. Nesse intento compreendemos que a linguagem se situa em um campo bélico, nevrálgico para o domínio da disputa do poder e seus mecanismos *Era preciso um esforço, um desafio*, e de fato nos submetemos a esse duelo. Outrossim, por acreditar que Arendt, em sua necessidade de compreender o totalitarismo, e Foucault, em sua interrogação pela origem das instituições e das disciplinas, ambos poderiam partilhar chaves interpretativas para compreensão do mundo construído brutalmente pela Modernidade, e o fato é que não nos enganamos.

As leituras dos autores citados nos possibilitaram sair de um esquema mental que reflete isoladamente o trágico do desenvolvimento capitalista, sem desejar perceber que há um fio de Ariadne¹⁴ que os organiza. Não se trata de um exercício isolado do poder, quase um ato de loucura da mente humana. Contudo, a destruição humana como existências fragmentadas constituem o espaço político do passado e do presente.

¹⁴ Este belo elemento do mito Teseu e o Labirinto foi brilhantemente analisado por Flávia Regina Marquetti em *O fio de Ariadne - o Touro da IDA*. Disponível em: <https://antiguidadeclassica.com.br/website/edicoes/setima_edicao/3.pdf>. Acesso em: 04 fev. 2021.

CAPÍTULO 1: A PROMESSA DA POLÍTICA

Neste capítulo refletimos sobre as realizações do fazer e do pensamento político de Nelson Mandela e seus companheiros de viagem (diferentes, desiguais, desconfiados) entre os anos de 1985/1994¹⁵, período em que Mandela, o ANC¹⁶, entidades e partidos políticos das mais diferentes formações, enfrentaram as difíceis negociações e relações de força, que levaram a libertação de Madiba e culminaram nas primeiras eleições democráticas e não raciais em 1994.

Seu título inspira-se no livro póstumo de Hannah Arendt, *La Promesa de la Política* (2016), editado pela Editora Paidós, em Barcelona. Com uma bela introdução de Jerome Kohn, aborda dois projetos não concluídos de Hannah Arendt, um sobre a importância de Karl Marx para tradição de pensamento político ocidental e outro, elaborado como uma introdução a política, acerca da natureza da prática política. Em ambos emerge um elemento fundamental negligenciado pela filosofia política ocidental, o lugar da ação como elemento chave da prática política, e de validação de verdade.

No decurso do século XX, a história da África do Sul foi assinalada por segregações, desde 1910, com a formação da União Sul Africana, essa união consagrou o direito de tutela da raça branca sob a população nativa, pois não os reconheciam como humanos. Em 1913, o Ato da terra dividiu o território entre a minoria branca e as comunidades compostas por nativos que ficaram com 7,5% das terras. A minoria branca abocanhava nada menos que 92,5%. Um negro só podia viver fora de suas terras se estivesse empregado em propriedades brancas (NETO, 2010, p. 49). Outros atos destituindo direitos foram legalizados, em torno da constituição e da reivindicação da supremacia branca, em propaganda implacável contra o “perigo negro”. De acordo a Liga da Juventude do ANC,

Em 1936 a última porta para a cidadania foi fechada na cara dos africanos pelo Ato da Representação dos Nativos, que instituiu três homens brancos para representar oito milhões de africanos, em um Parlamento onde 150 representavam dois milhões de brancos. Ao mesmo tempo, um Ato da Terra foi aprovado para garantir que, no caso de o Ato da Terra de 1913 ter deixado alguma lacuna que pudesse ser usada pelos

¹⁵Embora o marco temporal esteja definido entre 11 de fevereiro de 1990, data da libertação de Madiba, o processo de negociação para uma África do Sul democrática se estende por toda a segunda metade da década de 1980, sob a presidência de P.W. Botha e a consequente transferência de Nelson Mandela da Ilha de Roben para a Prisão de Pollmors e posteriormente Victor Vester, próximo à Cidade do Cabo.

¹⁶Instituído em 1912 como Congresso Nacional dos Nativos Sul-Africanos. Rebatizado de Congresso Nacional Africano (CNA) em 1923. Depois do Massacre de Sharpeville, em março de 1960, o CNA foi proibido pelo governo sul-africano e passou para a clandestinidade até que a proibição foi suspensa, em 1990. Seu braço militar, o UmkhontoWeSizwe (MK), foi criado em 1961, com Mandela como comandante supremo (MANDELA, Nelson. Cartas da prisão. São Paulo: Todavia, 2018).

africanos, o Ato da Terra e Custódia dos Nativos a preenchesse, em nome do “humanitarismo e da civilização Moderna (IDAF, 1989, p.38).

Sem embargo, apesar de todo controle, as áreas urbanas foram mudando depressa e os nativos não estavam dispostos a obedecer às leis que os segregavam e os jogavam à miséria, 60% dos africanos viviam em áreas destinadas aos europeus, e mesmo nas áreas urbanas os superavam, representando uma proporção cada vez maior da população. Conforme o historiador Martin Meredith (2014, p.581) “um enorme número de africanos migrou para os centros industriais de Witwatersrand, impulsionado pela pobreza e fome nas “reservas” africanas e pelas condições adversas nas fazendas de brancos. Eles tinham esperança de achar trabalho nas indústrias em expansão do tempo de guerra”.

Se o estado colonial, implica necessariamente em segregação através da instalação de leis em detrimento a supremacia branca, em 1948 com a chegada do Partido Nacional dos africâneres ao poder, o apartheid foi apresentado pelos políticos nacionalistas e intelectuais como um projeto que seria capaz de acabar com o “perigo negro” doutrina baseada no Herrenvolk, no mito do povo eleito. Eles deram especial atenção à classe trabalhadora africâner, que enfrentava a concorrência da mão de obra negra barata (ARENDT, 2012; MEREDITH, 2014).

Este projeto, transformado em gestão do Estado, primeiramente implantado pelo governo de Daniel Malan, e lapidado pelos demais nacionalistas, ficou conhecido como apartheid, uma palavra da língua africâner, que significa desenvolvimento separado. Resultando em conjunto de leis, condições de vida em privilégio da supremacia branca, *Slegs vir Blankes* - “Apenas Brancos”, e negação para os demais grupos, *Nie Blankes* - “Não Brancos”.

Para a total segregação, e no intuito que elas fossem mais eficientes, novas leis foram criadas, A Lei do Registro da população, que as obrigava a classificarem-se dentro dos três grupos raciais proposto pelo governo: branco, de cor, africano. Em 1949, a proibição de casamentos inter-raciais, a obrigatoriedade de portar os passes (registros, similares a um passaporte), para poder circular nas cidades, em 1951, a criação dos “bantustões”, nações separadas ou “Estados independentes”, nestes espaços eles poderiam residir e ter propriedades, em 1953, proibido o uso coletivo de locais públicos, como banheiros, bebedouros, praias e instituído um sistema de ensino especialmente para a população negra.

Ao longo destes anos de pesquisa, em longa revisão bibliográfica, percebemos que grande parte da reflexão sobre Nelson Mandela e a luta antiapartheid, se concentra na formulação de um discurso eficiente, baseado em valores como paz, tolerância e conversão do

opressor, tão bem representado na foto de posse do então presidente Nelson Mandela e seus vice-presidentes, Thabo M'Beke e Frederick de Klerk.

Figura 1 – Nelson Mandela com Thabo Mbeki, à esquerda e F.W de Klerk. Pretória, 10 de maio de 1994.



Fonte: MANDELA, Nelson; LANGA, Mandla, 2018, p. 373.

Esta imagem por si só encantadora, reunindo um ex-exilado, um ex-prisioneiro e o último presidente do regime de apartheid, parece consolidar os valores da democracia liberal tão ao gosto das sociedades ocidentais, o mundo livre, como dizia Ronald Reagan, ex-presidente dos Estados Unidos da América e grande apoiador do Partido Nacional Sul Africano.

Todavia, tal imagem ao congelar este momento, nos induz a duas representações que pretendemos repensar. De um lado a centralidade da figura de Nelson Mandela e seu próprio processo de conversão de guerrilheiro em pacifista. E, de outro, a superioridade da tática da não violência contra as mobilizações massivas e violentas, em especial armadas, no processo de superação de opressões coloniais.

Na primeira narrativa, de certo modo, hegemônica nas sociedades ocidentais, um marco fundamental foi o 13 de fevereiro de 1990, data da libertação de Nelson Mandela. No entanto, muitos esquecem que foi precedido de outro 13 de fevereiro, cinco anos antes.

Neste, Mandela, Walter Sisulu, Raymond Mhlaba, Ahmed Kathrada e Andrew Mlangeni subscreveram uma carta ao presidente da República e líder do Partido Nacional, Peter Bhotha, na qual refutaram a proposta de serem libertados, em troca da renúncia do uso da violência como instrumento político.

Para eles, tal posição do então presidente Pieter Botha, era um ato desesperado, de profunda manipulação política com o fim de parar as manifestações populares internas e a crescente oposição externa ao regime do apartheid.

Os prisioneiros da Penitenciária de Pollsmoor, em resposta, buscaram estabelecer as condições para negociação de uma África do Sul democrática. Entre elas,

O governo deve renunciar primeiro a violência; dismantelar o apartheid; suspender a proibição do CNA; deve libertar todos os que foram presos, banidos ou encarcerados por sua oposição ao apartheid; deve garantir a atividade política livre¹⁷.

A narrativa dominante em diferentes produções biográficas, faz acreditar que o heroísmo e a grandeza de Nelson Mandela são chaves para compreender o processo de reconciliação e de construção de uma África do Sul democrática. No entanto, tal percepção tende a obscurecer um longo processo de confrontos e negociações que tornaram possível a emergência de lideranças da estatura de Nelson Mandela e Frederik de Klerk, agraciados com o Prêmio Nobel da Paz de 1993¹⁸.

Figura 2 - Nelson Mandela e Frederik de Klerk

¹⁷ Carta ao Presidente Peter Bhotha. 13.fevereiro de 1985. MANDELA, Nelson. *Cartas da Prisão*. São Paulo: Todavia, 2018.

¹⁸ Reconheço que em linhas gerais, também partilhei dessa percepção, de forma entusiástica, na minha dissertação de mestrado intitulada *A poética da esperança: sentidos políticos nas memórias de Nelson Mandela*. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2016.



Fonte: Nelson Mandela e o sonho de uma África do Sul. D.W Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-002/nelson-mandela-o-sonho-de-uma-%C3%A1frica-do-sul-livre/a-42613388>>. Acesso em: 14 set. 2020.

Vale lembrar que no início de 1985, Pieter W. Botha, chegava ao auge de sua popularidade entre a população africâner e brancos anglófonos, ao apontar com a perspectiva de reformas políticas, abrandamento de aspectos superficiais do apartheid como a interdição de casamentos inter-raciais e, principalmente por meio da adoção de uma nova constituição que estabelecia um parlamento tricameral, com espaços de representação para brancos, indianos e colored¹⁹.

No front externo, embora profundamente abalada pela repercussão do Massacre de Soweto em 1976, e após o escândalo da Estratégia do Governo de Unidade Nacional que se seguiu, Pieter Botha chegara ao poder com uma estratégia de máxima pressão sobre os Países da Linha de Frente. Ele combinou ações militares, apoio a resistência e medidas diplomáticas como as que levaram ao Acordo de Nkomati, com o Governo Moçambicano, do compromisso de cessar o apoio a Resistência Nacional Moçambicana (RENAMO), em troca do desmantelamento dos acampamentos do Umkhonto We Sueze, palavra em isiZulu significando A lança da Nação, braço armado do ANC. Assegurando, deste modo, o apoio dos principais

¹⁹ De um modo geral a bibliografia em língua portuguesa publicado no Brasil, tende a traduzir o termo colored por mestiços, mas creio que o termo que possui um longa presença a produção intelectual coeva, não seja capaz de traduzir as especificidades destas populações sul africanas, na medida que muitos aspectos sociais e econômicos devem ser levados em consideração, como ausência de estreitos vínculos culturais com as populações nativas, o fato de viverem em áreas urbanas e ocupando funções com alguma qualificação, além do domínio da língua africâner. Neste sentido, recomendo a leitura da dissertação de mestrado de Giovani Grilo Salvi. *Uma história de traição: um projeto assimilacionistacolored na cidade do cabo (1906/1910)*. Campinas, SP: Universidade de Campinas, 2012.

parceiros estratégicos, EUA e Reino Unido, além de outros países europeus com interesses econômicos na África do Sul.

Economicamente, após anos de incerteza e instabilidade e com o apoio importante de potências ocidentais, em especial os Estados Unidos de Ronald Reagan e a Inglaterra de Margareth Thatcher, os bancos internacionais passaram a fornecer empréstimos de curto prazo para as empresas sul africanas, multinacionais presentes no país, o que indicava otimismo com o futuro, muito bem captado por jornais ocidentais como Financial Times, entre outros. Nas palavras de Anthony Sampson:

No verão de 1984, a África do Sul era de novo a favorita dos banqueiros internacionais, e a revista Euromoney publicava uma reportagem especial, brilhante, sem nuvens políticas no horizonte. A taxa de câmbio dupla, destinada a proteger a moeda, havia sido abolida no ano anterior. Dos bancos dominantes, os lucros do Barclays em 1983 se elevaram em 24% sob o ano anterior, ao passo que os do Standard cresceram 47%; e ambos estavam aplicando em fundos no país (SAMPSON, 1988, p.173).

No entanto, nesta mesma época o árduo trabalho do Congresso Nacional Africano, sob a presidência de Oliver Tambo e novos parceiros, como o Conselho Mundial de Igrejas, começaram o processo de fissura na sólida sustentação de investimentos financeiros internacionais. Foi justamente a pressão dos cristãos que passaram a produzir incômodos nas assembleias de acionistas de grandes empresas estadunidenses.

Talvez, o lance mais extraordinário foi a decisão em julho de 1985, de redução de investimentos na África do Sul pelo Chase Manhattan Plaza de New York. Com empréstimos de cerca de 500 milhões de dólares, cerca de 0,5% dos seus investimentos no mundo. Diante das ações dos movimentos antiapartheid, pressão por cancelamento de contas, entre outros, o Chase decidiu deixar de rolar as dívidas das empresas sul africanas, dívidas de curto prazo, no valor de centenas de milhões dólares, provocando bola de neve com ações idênticas de casas bancárias como Bankers Trust, Manufactures Hanover e o Bank of América.

Naquele mês de julho, 400 milhões de dólares saíam da África do Sul (SAMPSON, 1988), provocando queda acentuada do rand sul africano. De uma hora para outra o Governo Sul Africano se tornou um pária para banqueiros internacionais.

A resposta da população africana e indiana, em meados da década de 1980, foi como um atendimento ao chamado de Óliver Tambo “tornar a África do Sul ingovernável!”. Diferente dos pais em Shaperville (1960), das crianças de Soweto (1976), os anos de 1980 assistiram a uma revolta generalizada, subterrânea e eficaz.

O aumento do preço dos aluguéis no Triângulo do Vaal, próximo a Johannesburg, levou os moradores a recusarem-se a pagar. No distrito de Sebokeng, os moradores foram cercados por sete mil soldados, muitos deles presos, o que levou Winnie Mandela a fazer a seguinte declaração após uma visita a localidade:

quando o exército é chamado para cercar um distrito porque as pessoas estão fazendo demonstração contra os preços dos aluguéis – porque as pessoas estão protestando como fazem em qualquer país democrático - então a situação deve ter se deteriorado ao máximo (BENSON, 1987, p.238).

Além da recusa ao pagamento de aluguéis nos distritos urbanos, o não reconhecimento das autoridades locais e o enfrentamento da “polícia negra”, o grande instrumento da polícia política sul africana, a rede de vigilância no seio das comunidades, que responderam com uma singela e violenta decisão: o colar - a eliminação dos informantes por meio da utilização de pneus em chamas.

Figura 3 – Necklancing²⁰



Fonte: Portal R7. 01 de maio de 2015. Disponível em: <<https://noticias.r7.com/internacional/21-anos-apos-fim-do-apartheid-africa-do-sul-ainda-mantem-vestigios-e-costumes-dos-anos-do-regime-01052015>>. Acesso em: 29 jan. 2021.

²⁰Necklancing, a prática de colocar um pneu embebido em gasolina em supostos informantes do regime do apartheid.

Segundo Grahah Leach,

O governo estava perturbado com o indício de que os radicais estavam procurando lançar em alguns distritos um programa revolucionário clássico em duas etapas. A primeira fase tornar o distrito ingovernável, como já instará o ANC. Em muitas áreas o governo local entrara em colapso, em consequência a ataques movidos contra conselheiros negros e da renúncia de outros inspirados pelo medo. (...) A lei e a ordem entravam em colapso mesmo com o mais simples caso de furto, que era impossível investigar a não ser que a autoridade entrasse no distrito acompanhada de policiais e soldados em veículos blindados. Com efeito parecia as autoridades que a segunda fase do programa dos ativistas estava se tornando evidente (LEACH, Grahah Apud. SAMPSON, A, op.cit.195-196).

Três organizações ocuparam um papel fundamental na configuração desse estado de coisas: a COSAS (Congresso de Estudantes da África do Sul), UDF (Frente Democrática Unida) e COSATU (Congresso Sul Africano de Sindicatos).

O Congresso dos Estudantes da África do Sul, criado em 1979, por inspiração de Óliver Tambo, herdava uma organização mais antiga, fundada por Steve Biko, a Organização dos Estudantes da África do Sul (SASO, na sua sigla em inglês), de 1969, fruto da ruptura com a liderança liberal branca da Associação Nacional de Estudantes da África do Sul (NUSAS, na sigla em inglês). Representava a emergência de novos discursos e práticas antirracistas, como do Movimento Consciência Negra, espalhado pelas instituições educacionais sul africanas, a partir da Universidade do Norte de Torfloop, atual Universidade do Limpopo.

A SASO e seu agrupamento não estudantil, a Convenção do Povo Negro (BPC, na sua sigla em inglês), ocuparam um papel importante naqueles anos, ao organizar o movimento estudantil e, ao mesmo tempo, ser o lado visível de um movimento político antiapartheid quando toda a liderança estava presa, banida ou exilada.

Em primeiro momento tolerada, já que os estudantes pareciam seguir a orientação do regime ao organizarem-se em uma entidade baseada no pertencimento e orgulho racial, a partir de 1972, teve sua atuação restringida pelo governo, pois sob a presidência de Themba Sono, a SASO lançou o Manifesto da Educação Negra, no qual refletia sobre três pontos: a rejeição a educação bantu, o lugar neutro da universidade, a valorização da cultura africana e dos sistemas de conhecimento para inspirar o orgulho da identidade negra e das raízes negras²¹.

²¹ BADAT, M.S (1999).

Em 1975, por comemorarem a independência de Moçambique, suas lideranças foram presas e processadas por terrorismo, em um julgamento conhecido por SASO, em referência as nove lideranças juvenis indiciadas, mas no qual brilhou a estrela de Steve Biko, como testemunha de defesa²².

Principal liderança estudantil durante os protestos contra a obrigatoriedade do ensino de africâner na educação básica, que levaram ao massacre de Soweto de 16 de julho 1976, a SASO foi finalmente banida em 1977, em uma ação que incluiu a prisão de quase toda liderança do Movimento Consciência Negra, que na época não estava encarcerada. Segundo Mary Benson, “Todas as organizações, incluindo sindicatos, entidades assistenciais e culturais foram banidas, bem como dois jornais negros, e brancos simpáticos à causa, tais como o reverendo Beyers Naude, diretor africânder do Instituto Cristão”²³.

Como afirma Thiven Reddy,

em meados da década de 1970, o movimento da consciência negra havia estabelecido uma série de organizações e muitas organizações comunitárias já existentes, associadas à sua ideologia. Um mosaico solto de organizações, de mulheres, trabalhadores, estudantes, jovens, culturais, artes, construção de tijolos, cerâmica etc., localizados nos níveis local, regional e até nacional, (combinados de) várias maneiras entre si, contribuiu para criar um renascimento de uma cultura cívica e política negra²⁴.

Em 1979, por inspiração de Oliver Tambo, presidente do ANC no exílio, o movimento estudantil se organiza em uma nova organização: o Congresso Nacional dos Estudantes da África do Sul (SANCSO, sua sigla em inglês), que contribuiu incrivelmente para dar visibilidade ao protagonismo dos jovens no início dos anos 1980 e se tornar uma presença relevante nas tradições de luta na África do Sul contemporânea.

²² HEFFERMAN, Anne. Resistência Estudantil na África do Sul: o julgamento SASO9 e Steve Biko. Disponível em: <<https://theconversation.com/student-resistance-in-south-africa-the-saso-nine-trial-and-steve-biko-115185>>. Acesso em: 03 jul. 2020.

²³ BENSON, Mary. Nelson Mandela: o homem e o movimento. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

²⁴ REPÚBLICA DA ÁFRICA DO SUL/ Conselho Nacional de Educação/África do Sul, 2004, p.24. Disponível em: <https://open.uct.ac.za/bitstream/handle/11427/22067/Reddy_HigherEducation_SocialTransformation_2004.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 03 jul. 2020.

1.1 A UDF E A ESTRATÉGIA DE MOBILIZAÇÃO POPULAR

No intuito de ampliar a pressão sobre o regime do apartheid, o ANC em parceria com as organizações estudantis, associações comunitárias, sindicatos e o Conselho de Igrejas Cristãs, pôs em movimento uma estratégia apreendida da experiência de libertação nacional vietnamita: a mobilização popular como importante para o sucesso da guerra de guerrilha. Deste espírito nasceu a Frente Democrática Unida, a principal organização de enfrentamento ao regime²⁵.

Figura 4 - Albertina Sisulu em uma conferência da UDF em Johannesburg, 1983.



Fonte: Disponível em: <<https://www.sahistory.org.za/people/albertina-nontsikelelo-sisulu>>. Acesso em: 21 jan. 2021.

Dez mil pessoas reunidas na Cidade do Cabo, representando mais de 570 organizações, que iam de igrejas, associações de ciclistas até sindicatos, oriunda de diferentes comunidades da África do Sul, representavam uma estrutura deliberadamente preparada para enfrentar a repressão do regime. “Sabíamos que líderes poderiam ser podados, mas outros sempre poderiam assumir a liderança”²⁶. Depoimento à Anthony Sampson, que escondeu a autoria para que o depoente não fosse perseguido pelo regime.

A UDF, incorporando no seu ideário elementos que compunham a célebre Carta da Liberdade de 1955, defendia uma única África do Sul “não racial”, não fragmentada e livre dos bantustões. Segundo Popo Molefe, secretário geral, “ela era a voz para dizer que ainda havia uma chance de suscitar mudanças sem perdas de vidas”²⁷.

²⁵ PEREIRA, Analúcia D. A Revolução Sul-Africana. São Paulo: UNESP, 2012, p.117.

²⁶ SAMPSON, Anthony. Op. Cit. p.175. Depoimento de um organizador anônimo ao autor.

²⁷ Ibidem.

Vale lembrar, que embora a direção da UDF estivesse com representantes da velha guarda do ANC, como Albertina Sisulu, Helen Joseph e Archie Guned, este último um dos réus e Archie Guned, este último um dos réus do processo de Rivonia, filho do ex-presidente geral do ANC nos anos 1920. Allan Boesak, presidente da Aliança Mundial das Igrejas Reformadas, junto com Nelson Mandela eram os patronos²⁸, suas lideranças eram mais proletárias do que a “classe média escolarizada” dos tempos de juventude de Nelson Mandela.

Eles presenciavam a revolta generalizada pelos distritos do país.

A polícia estava ajudando a unir empresários e trabalhadores negros entre si, e os negros militantes pareciam confiantes de que, quando os verdadeiros terroristas surgissem, eles achariam mais fácil se esconder. ‘Há casas seguras para os combatentes pela liberdade’, vangloriava-se um militante, ‘mesmo nas pequenas cidades africanas no Estado Livre de Orange’ (SAMPSON, 1988, p.197).

No aniversário de um ano da fundação da UDF, Albertina Sisulu proferiu o seguinte discurso:

Filhos e filhas da África
 Para mim hoje sou uma grande mãe
 Para hoje nosso bebê multirracial nasce
 Para hoje nosso bebê que governará esta África do Sul no futuro nasce
 O bebê multirracial, a Frente Democrática Unida
 que está unindo as pessoas fale com uma só voz.
 Que é unir as pessoas para dizer a verdade
 Que é unir as pessoas para dizer não às Leis Koornof
 Que é unir as pessoas para dizer não a Nova Constituição, porque ela não nos dá liberdade.
 Estamos aqui hoje para celebrar um bebê que nasceu nesta data no ano passado, quando uma de suas mães estava na prisão. Eu sabia que tinha um novo bebê no berço, embora estivesse na prisão. Fiquei muito feliz por ter esse bebê, mas, infelizmente para mim, ele foi tirado de mim antes que eu pudesse vê-lo. Mas estou feliz em dizer hoje, todas aquelas pessoas vieram testemunhar que aquele bebê nasceu e está chutando e.... É a marcha do povo para a liberdade.
 (Em conscrição de indianos e negros)
 Pode ter muitos exércitos, mas o tempo acabou, a paciência do povo já se esgotou. Temos mães aqui, pretas e brancas, mães que sabem o que é trazer uma criança a este mundo, mães que sabem as dificuldades que enfrentaram. Será que nós, como mães, vamos permitir que um governo mergulhe nosso país em um banho de sangue?
 (Em conclusão)
 Estou muito feliz por ser um desses da UDF, porque em todos esses 17 anos que estive banido, era meu desejo um dia, eu chegar a esse encontro, um encontro multirracial, um encontro que dá-me esperança de que esta África do Sul, um dia, seja uma África do Sul justa para todos²⁹.

²⁸ BENSON, Mary. *Nelson Mandela: o homem e o movimento*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987, p.236.

²⁹Extraído do Discurso de aniversário da UDF de Albertina Sisulu. Disponível em: <<https://www.sahistory.org.za/archive/extract-speech-delivered-albertina-sisulu-first-anniversary-udf>>. Acesso em: 24 jan. 2021.

Novamente, o protagonismo dos movimentos estudantis ocupava um papel fundamental, na medida em que inspirados nas práticas do Movimento de Consciência Negra, das décadas de 1960 e 1970, suas ações se espalhavam das unidades de ensino superior para educação básica e ganhavam as ruas empoeiradas dos distritos.

A histeria que varre as escolas e os distritos parece as Cruzadas das Crianças da Europa Medieval. Imune ao pensamento estratégico dos pais, dos professores e até do Bispo Tutu, ela abre seu caminho mortal à margem das políticas convencionais e das ideologias tradicionais. A socialização política agora começa com os vapores do gás lacrimogêneo³⁰.

Tal protagonismo apontou duas questões importantes. Daniel Montisisi, um dos líderes estudantis do Levante de Soweto de 1976, entendeu que:

Na formação dos comitês de rua e de defesa, os jovens são de uma importância central. Eles são os primeiros a serem detidos, os primeiros a serem alvejados pelas balas. Mas isso não deve ser percebido que estamos na vanguarda da luta. Este papel pertence aos nossos pais trabalhadores (SAMPSON, 1988, p.200).

Além de mecanismos de proteção, segundo Anthony Sampson, tanto as direções do ANC como da UDF, também passaram a ter interesse na contenção de rebeldia juvenil. Segundo Winnie Mandela, um pouco a pedido dos próprios estudantes, outros por desesperos dos pais, foram se organizando Associações de Pais Negros, esta herança do Levante de Soweto de 1976, que culminou em 1985 na Primeira Conferência Nacional de Educação que buscava propor algum entendimento entre as gerações e uma pauta negociável com o regime, inclusive a legalização das instituições de representação estudantil.

1.2 “A LUTA DE NOSSOS PAIS TRABALHADORES”: COSATU

Segundo Mary Benson, em meados dos anos 1980, a Federação dos Sindicatos da África do Sul e o Conselho dos Sindicatos Sul Africanos uniram-se a UDF e a COSAS para organizar uma greve no Triângulo do Vaal, que paralisou toda a indústria local³¹. Tais mobilizações sindicais se inscrevem em uma longa tradição de lutas dos africanos nativos contra a supremacia africâner. Homens como Clements Kadalie, que na década de 1920 fundou o Sindicato Industrial e Comercial dos Trabalhadores (ICU na sua sigla em inglês)³².

³⁰ SAMPSON, Anthony. Op. Cit. p. 199.

³¹ BENSON, Mary. Op. Cit. p. 238.

³² SAMPSON, Anthony. Op. Cit. p. 84.

Neste mesmo contexto, a reorganização das lutas trabalhistas nos anos 1980, ocupou um papel fundamental. Embora ignorados pela nova Constituição de Pieter Botha e por toda a legislação segregacionista desenvolvida desde a configuração da União Sul Africana de 1910, sessenta por cento da população africana habitava as zonas urbanas e, de uma ou outra forma, era impactada pelas mudanças econômicas trazidas pelos investimentos estrangeiros e as políticas de substituição de importações de um governo sul africano cada vez mais isolado e sancionado.

Nestes termos, segundo Mary Benson, a estratégia Botha/Malan para manter-se no poder dependia da colaboração da classe média negra, ampliando os espaços de participação no sistema, por meio da eletrificação de certos distritos, facilitação de acesso a comércio, praças, hotéis, restaurantes e teatros, além, é claro da expansão do ensino superior. De um modo geral, esperavam uma melhoria das condições de vida de determinados grupos urbanos que se opusessem a massa das áreas rurais e de migrantes recém-chegados.

O boom econômico dos anos áureos do apartheid, entre os anos 1960 e meados de 1980, produziu uma gigantesca massa urbana de nativos africanos, que por meio da proibição das organizações sindicais e a perseguição a organizações políticas antirregime, tornou a África do Sul o paraíso das empresas multinacionais. Segundo Anthony Sampson, citando o jornalista Norman Macrae em artigo para o Economist de 1968, “o país gozava da verdadeira felicidade econômica em geral, por não padecer de inflação gerada pelos sindicatos com suas pressões sobre os custos”³³.

Essa fina articulação entre racismo institucional e imperialismo das companhias ocidentais não passou despercebido pela liderança do Congresso Nacional Africano. Alfredo Nzo, secretário geral do ANC nos anos de 1970, assim declarou no periódico Sechaba, da organização:

Companhias sul-africanas como a Anglo-American Corporation sob Harry Oppenheimer e muitas outras têm interesses interligados e diretorias comuns com as companhias britânicas e americanas. Economicamente, portanto, os racistas sul-africanos que se apegam ao *apartheid* são parte integrante e vital de um sinistro plano de exploração dos capitalistas em escala internacional³⁴.

A bibliografia especializada é unânime em afirmar que o sindicalismo na África do Sul data do final do século XIX, mas foi somente nos anos 1970 que se transformou em grande instrumento de pressão sobre o apartheid, em especial a partir das greves de Durban em 1973, principalmente no setor têxtil, por aumento de salários.

Foi neste contexto que nasceu a Federação de Sindicatos da África do Sul (FOSATU na sua sigla em inglês). Segundo Sian Byrne, informa que a FOSATU foi a primeira entidade sindical nacional de trabalhadores “negros” desde o declínio do Congresso de Sindicatos da África do Sul (SACTU), fundado nos anos 1950 e que compôs com ANC, SACP e outras organizações, a Aliança do Congresso.

Maiores federação sindical do país, da fundação em 1979 até sua junção a COSATU, em 1985. De 45.000 trabalhadores em onze sindicatos, registrados e não registrados, em 1981 aumentou para 95.000 e no final de 1984, para 120.000 membros³⁵.

O autor destoa da narrativa comum ao chamar atenção para a presença de uma tradição militante de inspiração claramente socialista e distinta do campo dominado pelo Partido Comunista da África do Sul. Segundo ele:

a tradição combinava um princípio de não racismo com uma estratégia focada em sindicatos industriais nacionais, forte organização de chão de fábrica, controle democrático dos trabalhadores por meio de estruturas sindicais e “organização rígida” (onde os afiliados concordavam com políticas comuns e recursos combinados)³⁶.

Outro aspecto da tradição obreirista da FOSATU adveio de sua influência de ideias da Nova Esquerda e apropriação das experiências de controle operário herdadas dos soviets russos, dos conselhos de fábrica italianos e do sindicalismo britânico.

Nesta mesma direção, Sian Byrne chama atenção para a importância da educação do trabalhador filiado a entidade.

No curto prazo, isso foi usado para dotar os delegados sindicais e os líderes dos trabalhadores com as habilidades - necessárias para que fossem eficazes. No longo prazo, entretanto, Fosatu forneceu uma ampla educação socialista que deveria criar uma “política da classe trabalhadora” inserido em um “movimento da classe trabalhadora”, que se estendeu para além do movimento sindical; alcançando todas as esferas da vida: material, política, ideológica e cultural³⁷.

O foco da FOSATU na organização nos locais de trabalho, combinada com uma leitura das práticas negativas do envolvimento do sindicalismo com o nacionalismo, experimentado pela SACTU, levou a Federação a distanciar-se de determinadas formações políticas, inclusive a UDF em 1983.

³³ Ibidem, p.105.

³⁴ Ibidem, p. 110.

³⁵ BYRNE, Sian. Rethinking “Workerism” and the FOSATU Tradition, 1979-1985. Paper presented at the Durban Moment Conference Rhodes University, 21 – 23 February 2013.

³⁶ Ibidem, p.3.

³⁷ Ibidem, p.14.

Entretanto, segundo Tyanai Masiya, muitos sindicatos, herdeiros das greves de Durban de 1973, resistiram a integrar-se a FOSATU, e de algum modo tensionavam pela participação nas lutas políticas “mais amplas” contra o regime do apartheid.

Portanto, as sementes do sindicalismo dos movimentos sociais que foram iniciadas pelo sindicalismo político da SACTU na década de 1950 continuaram a ferver entre muitos grupos sindicais (principalmente baseados na comunidade) que não aderiram ao FOSATU³⁸.

Ao longo de 1985, um amplo processo de negociação entre sindicalistas levou a dissolução da FOSATU e a constituição de uma nova forma de organização sindical, o Congresso Sul Africano de Sindicatos (COSATU, na sua sigla em inglês). Nas palavras de Terror Lekota, organizador do Sindicato Geral de Trabalhadores:

A luta da classe trabalhadora não termina no chão da fábrica. Quando os trabalhadores que enfrentam a gerência deixam a fábrica, eles se deparam com os problemas de altos custos de transporte, aluguéis e instalações comunitárias inadequadas, que afetam seus salários. Fortalecer as organizações comunitárias é melhorar as condições da classe trabalhadora; combater aluguéis altos e passagens de ônibus é lutar contra a luta da classe trabalhadora. Os sindicatos devem assumir as lutas da comunidade se quiserem representar os interesses dos trabalhadores³⁹.

Assim, a COSATU se torna uma das mais importantes organizações populares, combinando ativismos de chão de fábrica com mobilizações gerais contra aspectos mais violentos do apartheid na organização do trabalho, mas igualmente na organização dos impostos que incidiam sobre bens básicos de alimentação.

A aliança entre o Congresso Nacional Africano e a Frente Democrática Unida foi fundamental para mobilizar os trabalhadores sul-africanos contra o regime e levar a elite dirigente à mesa de negociação.

1.3 “SOMENTE HOMENS LIVRES PODEM NEGOCIAR”

Em 11 de junho de 1964, Mandela e integrantes do alto comando do MK foram condenados à prisão perpétua.

³⁸: MASIYA, Tyanai. Sindicalismo do Movimento Social: Caso do Congresso dos Sindicatos da África do Sul, *Politikon: South African Journal of Political Studies*, 41: 3, 443-460. Esta versão de 2014, foi baixada pela University of Western Cape em 15.12.2014.

³⁹ Ibidem, p. 449.

Após quase três décadas de encarceramento, em 11 de fevereiro de 1990, Mandela finalmente foi libertado da prisão de Victor Verster, resultado de cinco anos de diálogos entre o governo e o CNA.

Kobi Cotsee foi personagem fundamental na organização e funcionamento de um comitê secreto formado por ele, Nelson Mandela, General Willense, Fani van der Merwe, diretor Geral do Departamento Penitenciário e, para desconfiança de Mandela, Dr. Niel Barnard, chefe do Serviço Nacional de Inteligência e homem de confiança do presidente Pieter W. Botha. Nestes encontros, além de ajudá-los a compreender o que era o Congresso Nacional Africano, discutiam sobre as condições de uma negociação, o que seria um governo de maioria, as preocupações com os direitos das minorais, em especial dos brancos⁴⁰.

É importante salientar que além do diálogo com lideranças do Partido Nacional, nos últimos meses de 1989, Mandela também passou a encontrar-se com ativistas pelo fim do Regime do Apartheid, no sentido de relatar seus diálogos com o Partido Nacional e manter a mobilização de massa.

Como fica indicado no documento abaixo, datado de 16 de outubro de 1989, endereçado ao Comissário das Prisões, em Pretória, onde relata seus encontros no cárcere, com indicação do bom andamento de resultado dos eventos.

Figura 5 – Documento endereçado ao Comissário das Prisões

Para o comissário de Prisões

I335/88: NELSON MANDELA

16.10.89

Comissário de Prisões
Pretória

Caro general Willemse,

O frutífero encontro entre alguns líderes do Movimento Democrático de Massa e o autor desta carta em 10 de outubro de 1989 realçou a urgência de encontros semelhantes com líderes de outras regiões.ⁱⁱ

O encontro de 10 de outubro será com certeza seguido por intensas discussões pelo país afora, e encontros semelhantes com o signatário desta carta, desde que realizados em breve, podem facilitar uma abordagem comum de alguns dos problemas discutidos com os representantes naquela data.

Uma pronta resposta sua será de grande valia.

Saudações,
[Assinado NRMandela]

Fonte: MANDELA in VENTER, Sahm, 2018, p.579.

⁴⁰ MANDELA, Nelson. Longa caminhada para liberdade. Curitiba: Nossa Cultura, 2012, p.652-663.

F.W de Klerk, então vice-presidente da República e membro do Partido Nacional Africano, assumiu o governo após Pieter Botha ser afastado da presidência devido a problemas de saúde. Em seu pronunciamento à nação em 1990, durante a abertura do parlamento, afirmou que aquele ano seria diferente.

É certo que a pressão internacional aumentara, assim como campanhas pela liberdade de Mandela, como a ingovernabilidade do país gerada pela violência em todo seu território, além pressão do CNA para que o governo criasse condições de negociações. No mesmo dia que o presidente F.W de Klerk, anunciou a legalização do Congresso Nacional Africano, do Congresso Pan-Africanista, do Partido Comunista Sul-Africano, e de cerca de outras trintas organizações políticas clandestinas, como expressa em seu discurso mais famoso, anunciando a libertação de Nelson Mandela (2-02-1990).

Além disto, afirmou "...a agenda é aberta e os objetivos globais a que somos aspirantes devem ser aceitáveis para todos os sul-africanos. Entre outras coisas, os objetivos incluem uma nova constituição democrática; universal; sem franquia de dominação; igualdade perante um poder judiciário independente; a proteção das minorias, bem como dos direitos individuais; a liberdade de religião; uma economia sólida baseada em comprovados princípios económicos e empresas privadas"⁴¹.

Para ele, "... Nelson Mandela poderia desempenhar um papel importante"⁴². O Governo observou que ele se declarou disposto a fazer uma contribuição construtiva para o processo político pacífico na África do Sul. Disse ainda "O governo tomou uma decisão firme para libertar Mandela incondicionalmente"⁴³. Inclusive reiterando o

(..) convite com mais convicção do que nunca: a pé através da porta aberta, assumir o seu lugar na mesa de negociações com o governo e outros líderes que têm importantes bases de poder dentro e fora do Parlamento. A partir de agora, todos os pontos de vista políticos serão testados contra o seu realismo, a sua exequibilidade e sua imparcialidade. O tempo de negociação chegou"⁴⁴.

⁴¹ Em verdade, Botha se afastou a partir de uma série de ações desastrosas que iniciaram com as derrotas militares em Angola, combinada com a pressão internacional que passara a reduzir os investimentos econômicos na África do Sul, aumento da ação militar e a mobilização de massas por parte do Congresso Nacional Africano, Frente Democrática Unida e Congresso dos Sindicatos da África do Sul, que provocou a perda de confiança do Partido Nacional e, provavelmente, o acidente vascular cerebral, que levou a destituição do P.W. Botha do poder. Ver José Ribeiro. A importância de Peter Botha e a Libertação de Nelson Mandel. Jornal de Angola. 04 de outubro de 2016. Disponível em: <http://jornaldeangola.sapo.ao/reportagem/a_importancia_de_pieter_botha_e_a_libertacao_de_nelson_mandela>. Acesso em: 18 de julho de 2021.

⁴² Fundação F.W de Klerk. Conferência: Olhando para trás, olhando para o futuro 20 anos depois de 2 de fevereiro de 1990. Disponível em: <<https://www.fwdeklerk.org/index.php/en/document-library/publications>>. Acesso em: 18 de julho de 2021.

⁴³ Ibidem.

⁴⁴ Ibidem.

Na mesma data, Mandela escreve uma carta aos cuidados de Gerit Viljoen⁴⁵, na qual informa acerca da Resolução adotada numa reunião do Comitê Executivo Nacional do Congresso Nacional Africano, lida para ele por Thabo Mbeki, em 22 de janeiro de 1990, da qual participaram os líderes recém libertos da prisão. Nela reafirmou-se a importância das Declarações de Harare⁴⁶ e das Nações Unidas⁴⁷, para a pacificação política da África do Sul.

Ela enfatizou a importância do fato de que tais documentos são apoiados pela esmagadora maioria do povo da África do Sul, pelo restante da África e pela comunidade internacional. A resolução reiterou que, em consonância com as disposições daquelas declarações, as negociações não podem ocorrer antes que seja criado o clima necessário para elas. A recusa do regime de Pretória em empreender as ações apropriadas a esse respeito é mais um elemento que confirma sua relutância em ver o fim do Apartheid com o mínimo possível de derramamento de sangue e de destruição (MANDELA, 2018.).

Neste sentido, a Resolução, afirmava Mandela, apontou para

“(...) a importância da libertação imediata e incondicional de Nelson Mandela e de outros presos políticos. Ela prestou tributo a nosso querido camarada e colega de liderança, Nelson Mandela, e expressou seu total apoio às ações que ele continua a realizar mesmo de dentro da prisão, que estão em plena concordância com as diretrizes e os objetivos de nosso movimento, para levar (adiante) a luta pelo fim do Apartheid” (Ibidem, p.589).

Um dos pontos fortes da Resolução foi a decisão clara, por parte do Congresso Nacional Africano, de priorizar “um arranjo obtido por meios políticos”. Indicando, desde sua fundação, a firme disposição de negociar uma saída pacífica para este conflito de origem colonial, destacou “Ao longo de seus 78 anos de existência ele tem feito o que pode para convencer os sucessivos governos de minoria branca a adotar a mesma posição, mas sem sucesso”.

⁴⁵ Gerrit Viljoen (1926-2009), ministro de desenvolvimento Constitucional. Na época participante da equipe do governo nas conversações com Mandela (VENTER, Sahn, 2018, p. 588).

⁴⁶ A Declaração de Harare é um dos instrumentos norteadores da ação em defesa dos Direitos Humanos da Commonwealth, a Comunidade de Nações, originária do antigo Império Britânico, com sede em Nova Deli, Índia. Disponível em: <<https://sur.conectas.org/commonwealth-of-nations/>>. Acesso em: 21 jul. 2021.

⁴⁷ Ao longo dos anos a Organização das Nações Unidas aprovou diferentes resoluções contra o regime de segregação racial na África do Sul. Em 1962, em decorrência do Massacre de Shaperville, condenou-se o Regime do Apartheid; em 1973, a Assembleia Geral considerou o Apartheid um crime contra a humanidade; em 1974, finalmente, a África do Sul foi banida da Assembleia Geral. Max Altman. Hoje na História: 1962 - ONU condena apartheid na África do Sul. Portal Opera Mundi. 06 de novembro de 2013. Disponível em: <<https://operamundi.uol.com.br/historia/32243/hoje-na-historia-1962-onu-condena-apartheid-na-africa-do-sul>>. Acesso em: 18 jul. 2021.

Neste momento, o CNA reforçou, mesmo com toda a violência praticada ao longo dos anos pelo Regime, “(...) o compromisso com essas posições não está em dúvida. Ele é fundamental para a natureza do CNA como movimento que busca a democracia, a paz e a justiça para todos. Ao mesmo tempo, o processo de extinção do Apartheid mediante negociações requer que o regime de Pretória demonstre, ele próprio, seu compromisso com uma solução política empreendendo as ações necessárias para tornar possível tal solução”⁴⁸.

A Resolução alertou para o fato de que nenhuma solução poderia ser alcançada “enquanto o regime do apartheid buscar impor sua vontade sobre a maioria do nosso povo e seus representantes”. Qualquer acordo a ser negociado precisava atender “às aspirações fundamentais de todas as pessoas do nosso país, com tais aspirações sendo expressas pelas próprias pessoas em atividade política aberta e debate franco”. Ou seja, só homens livres podem negociar!

Neste ponto, foi fundamental para os representantes da minoria branca, a substituição do conservador P.W. Botha, pelo relativamente liberal FW de Klerk, na liderança do Partido Nacional e da presidência da República:

o Partido Nacional e seu governo, portanto, precisam dar um decisivo passo adiante buscando as condições para a criação de um clima propício à negociação e reconhecendo a importância central dos representantes genuínos do povo do nosso país (MANDELA, 2018, p.588-589).

Esta carta, endereçada ao Ministro do Desenvolvimento Constitucional, Gerrit Viljoen, também evidencia a concertação das posições das lideranças internas e no exílio, como Oliver Tambo, assim como a superação das desconfianças com a reunião do partido entorno da liderança de Nelson Mandela. Condição fundamental para habilitar o Congresso Nacional Africano como principal interlocutor das massas africanas com o governo de minoria branca⁴⁹.

Vale a pena enfatizar, naquilo que interessa nesta tese, a disposição e firme compromisso do CNA com a paz e as negociações para promover o fim do apartheid. A persuasão tornou-se modo de se encontrar consensos.

⁴⁸ Ibidem.

⁴⁹ Esta não era uma questão menor. Uma das condições para participar do comitê secreto acima referido, foi consultar a liderança do CNA, em Lusaka, Zâmbia, principalmente Oliver Tambo. E esta foi uma das razões que em 10.02.1985, Zindzi Mandela, leu um manifesto diante de uma multidão organizada pela Frente Democrática Unida, afirmando antes de tudo, sua lealdade ao Congresso Nacional Africano e a seu/ presidente Oliver Tambo. MANDELA, Nelson. Cartas da prisão. São Paulo: Todavia, 2018.

Ao contrário da prática do Partido Nacional, até o final da década de 1980, centrada na segregação e na violência, como únicas propostas viáveis de governabilidade, cujo modelo fora compartilhado por europeus, seus descendentes e as “pequenas Europas”⁵⁰.

Estamos diante de projetos políticos antagônicos e que trazem em seu subsolo cosmovisões de mundo divergentes, pois para o Ocidente a política constitui-se através da Raça, cujo conhecimento tornou possível o apartheid.

O que foi proposto pressupunha uma transformação no pensamento e na ação dos sul-africanos, mas em especial no modo do pensamento cognitivo e na prática política, ao recusar os mesmos parâmetros válidos para o Ocidente. Ao contrapor a política como campo da morte, sendo a violência uma condição preponderante para seu desenvolvimento, marcando a história de sujeitos e populações inteiras, Mbembe (2018) aponta para necropolítica. É certo que estamos diante uma tensão, entre a guerra e a política, entre a esperança e a morte. Mais que uma mudança de regime se trava uma batalha civilizatória.

⁵⁰ Ver SANTOS, Boaventura de Souza. *O Fim do Império Cognitivo: a afirmação das epistemologias do Sul*. 1ª edição. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

CAPÍTULO 2 - O PENSAMENTO RACIAL E A INVENÇÃO DO APARTHEID NA ÁFRICA DO SUL

Ninguém pode conhecer ou apreciar o Boer se não conheceu seu passado, pois ele é o que seu passado fez dele.

Arthur Conan Doyle⁵¹

Um momento importante no processo de negociações entre o ANC e o Partido Nacional foi o encontro, em 05 de julho de 1989, de Nelson Mandela, então prisioneiro do regime, e Pieter Botha, presidente da República da África do Sul. Nos trinta minutos que durou a conversa, travada em africâner, trataram antes de tudo sobre história da África do Sul, em especial, a Rebelião Africâner de 1914.

Figura 6 - Encontro de Pieter Botha e Nelson Mandela



Fonte: Disponível em: <<https://twitter.com/sahistoryonline/status/1014798085313228800>>. Acesso em: 21 jul. 2021.

⁵¹ O epílogo é uma tradução livre, ao mesmo tempo uma ironia, já que o sentido dado a frase foge completamente a intencionalidade de quem a escreveu. Se na pesquisa, o desejo é de aproximar-se dos africâneres a fim, de desracializá-los, o autor segue caminho oposto. Doyle, Arthur, Conan. *The War in South Africa, Its Cause and Conduct*. Good Press, 2019. Conan Doyle, o famoso escritor das aventuras de Sherlock Holmes, participou como membro do exército britânico da Guerra Anglo Bôer. O livro publicado em janeiro de 1902, surgiu como resposta a má repercussão que a guerra causou às propagandas do Império britânico, como uma justificativa as suas ações, Talvez como resposta a um outro livro, bastante difundido no mesmo período do autor crítico do Império britânico, John Atkinson Hobson, *The War in South Africa: Its Causes and effects*, na qual o autor denuncia as falsas propagandas da Coroa, ao mesmo tempo que revelou as verdadeiras intenções da guerra contra os bôeres, da qual se destacam o lobby judeu na África do Sul, perpassando não apenas as riquezas minerais, como o controle da comunicação.

Madiba, em um dado instante perguntou a seu interlocutor se não via a luta dos africanos como semelhante aos dos africanos no final do século XIX. Botha respondeu que aquele conflito poderia ser visto como uma briga entre irmãos e não uma luta com revolucionários. No que Mandela retrucou: E por que não uma briga entre irmãos de cores diferentes?⁵²

Inspirada nesta percepção política de Nelson Mandela, muito próxima da visão aristotélica de política, segundo Hannah Arendt, associada à ideia de amizade, o ponto em que homens desiguais decidem viver na polis, sem posição hierárquica de mando, em isonomia, e desse modo promovendo o bem comum, o bem viver⁵³, optamos neste capítulo reconstituir as relações de força nas formações discursivas, que enredaram os sujeitos políticos na história austral da África, levando a invenção de uma África do Sul democrática.

Decisão que nos obrigou a compreender o apartheid em seus próprios termos. Todavia, no desenvolver da tese, eis que nos encontramos com uma ordem político cultural um tanto arriscada do discursivo, descortinando a necessidade de apresentar o muro⁵⁴: *O Pensamento Racial e a Invenção do Apartheid na África do Sul*, um estado colonial totalitário, com o qual os viventes sul-africanos confrontaram-se forjando: *O Imaginário Radical*, em *Batalha das Ideias*.

A principal perspectiva em que se deve atentar para melhor compreensão do capítulo e a discussão que o permeia em torno discurso, advém da ideia de que as coisas e as ações físicas existem, todavia apenas dentro do discurso ganham sentido, recordando ser essa a tese central na teoria construtivista acerca da representação discursiva.

Foucault, em sua ênfase no conceito de discurso, poder e verdade, em especial de como o saber está tramado com o poder, assim como suas reflexões acerca do discurso enquanto campo de batalha, confere contribuições fundamentais para situarmos o controle, a seleção e a redistribuição da materialidade dos discursos, nas palavras do filósofo:

Creio que aquilo que se deve ter como referência não é o grande modelo da língua dos signos, mas sim da guerra e da batalha. A historicidade que nos domina e nos determina é belicosa e não linguística. Relação de poder, não relação de sentido (FOUCAULT, 1985).

⁵² MANDELA, Nelson. *Longa caminhada até a liberdade*. Curitiba, PR: Nova Cultura, 2012, p. 673.

⁵³ Aqui Arendt se refere explicitamente a *Ética a Nicomaco*. ARENDT, Hannah. Op.cit, 2016, p. 54-55.

⁵⁴Referência a um dos símbolos da Guerra Fria, o Muro de Berlim, construído em 1961 pela República Democrática Alemã, separando Berlim Oriental de Berlim Ocidental. Sua queda marcou a Reunificação da Alemanha e o fim da Guerra Fria em 1989. Ver: ARBEX, Júnior, José. *Guerra Fria: Terror de Estado*, política e Cultura. São Paulo: Moderna, 1997.

Para tanto, ao invés de racializar os africanos (loucos, tribos, racistas), buscamos analisar a narrativa hegemônica no Ocidente (na qual escondem as raízes da natureza do mal)⁵⁵, na qual a África do Sul se aproxima aos nossos olhos como uma região isolada no planeta e os africanos, frutos de conhecimento e práticas sociais singulares, distintas das demais colônias de povoamento como do julgo da colonização ocidental.

Quicá, porque os africanos não nos ensinaram a amar-lhes tanto quanto aos ingleses, franceses, alemães e norte-americanos, estes sim, símbolos de civilidade. Institucionalizamos um modo de representar os africanos, localizados pela diferença, entretanto interditamos outras, utilizando determinadas leituras e excluindo formações discursivas que possibilitaram, em diferentes períodos históricos, a produção de um mundo colonial e as democracias liberais, em práticas sociais, ora como verdade, ora revestidas em simulacros do antirracismo liberal.

Segundo a antropóloga brasileira Laura Moutinho⁵⁶, “poucos povos são descritos em gêneros diversos, com tanto desprezo como os africanos”. É certo que concordamos com a afirmação, entretanto, sob o ponto de vista de uma análise crítica do discurso, importa questionarmos por que o mesmo desprezo cabível aos africanos por suas violências, tantas vezes relatadas por inúmeros estudiosos, não está disposto contra as principais nações capitalistas?

Salvo algumas desventuras de percurso e arranhões, seguem ocupando um lugar não apenas confortável, mais de desejo em nosso imaginário⁵⁷, pois simbolizam o direito internacional, os direitos humanos, a democracia ou, simplesmente, a civilização. Em nome da lei e da paz mundial a violência não é apenas permitida, como regulada por organismos internacionais, após nomear o inimigo, restando senão sua própria aniquilação, para o bem de toda a humanidade.

⁵⁵ Segundo Achille Mbembe em seu livro *Necropolítica*, se observarmos não tão somente a alteridade que constitui o nomos do espaço político em que ainda vivemos, e sim o desejo de aniquilação, a eliminação biofísica dos corpos racializados, “é a morte do outro, sua presença física como um cadáver, que faz o sobrevivente se sentir único. E cada inimigo morto faz aumentar o sentimento de segurança do sobrevivente” (Mbembe, p.62, 2018). Em termos foucaultianos, a legalização da morte através da soberania do Estado, revela que o racismo regula e distribui essa função, como inscrito no funcionamento de todos os Estados Modernos.

⁵⁶ Moutinho, Laura. (2015) *The other side? Das Implicações morais de certos horizontes imaginativos na África do Sul. Anuário Antropológico*, (online), v.40, n.2, 2015, consultado 17 de maio de 2021.

⁵⁷ Neste sentido, gostaríamos de nomear a compreensão que trazemos acerca do imaginário, partindo da significativa obra de Cornelius Castoriadis, *A Instituição Imaginária da Sociedade*, da qual não se trata de imagem, tampouco o não real, segundo o autor, “aqueles que falam de “imaginário” compreendendo por isso o “especular”, o reflexo, ou o “fictício”, apenas repetem, e muito frequentemente sem o saberem, a afirmação que os prende para sempre a um subsolo qualquer da famosa caverna: é necessário que (este mundo) seja imagem de alguma coisa. O imaginário de que falo não é imagem de. É criação incessante e essencialmente indeterminada (social, histórica e psíquica) de figuras/formas/imagens, a partir das quais somente é possível falar-se de “alguma coisa”. Aquilo que denominamos “realidade” e “racionalidade” são seus produtos. CASTORIADIS, Cornelius. i. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, p. 13.

Para Achille Mbembe, essa brutalidade a qual parte do planeta é submetido pela força de seus mandos, sacrificando mais da metade do globo à miséria, dialoga com um trabalho constante em assegurar-lhes essa áurea sacra, continuando a utilizar o racismo a fim de assegurar a persuasão aos sacrifícios necessários,

Apesar dos horrores do tráfico negreiro, do colonialismo, do fascismo, do nazismo, de genocídios e de outras carnificinas, as nações ocidentais, em particular com os intestinos distendidos por toda a espécie de gases, continuam a mobilizar o racismo ao serviço de todas as histórias mais ou menos rebuscadas, mais ou menos homicidas (MBEMBE, 2017, p. 100).

Logo, não é por acaso que ao situarmos os alemães, pós Segunda Guerra Mundial, há um deslocamento entre o regime nazista e o povo alemão, neste caso o significante alemão, não absorveu no imaginário ocidental, o conceito que lhes associe diretamente as atrocidades do nazismo, porque o povo alemão não é sinônimo de ser um nazista⁵⁸. O que caracteriza o povo alemão é o gosto pelo trabalho e a disciplina, assim como o império britânico não se transformou em sinônimo de fome, genocídio e escravidão, mas de pontualidade e elegância. Os judeus, são ancorados como as únicas vítimas do nazismo e por ser o povo escolhido por Deus, raras vezes são condenados publicamente por serem responsáveis pela atual limpeza étnica na Palestina, tais valores positivos estão dispostos tanto para si, quanto para a hierarquização dos seus descendentes nas colônias.

Embora estes exemplos sejam profundamente reducionistas e binários, de acordo a Stuart Hall (2016), a cultura popular ocidental está encharcada por leituras/sentidos que atribuem qualidades a um tipo específico (significante), igualmente a representação desses tipos, na construção de conceitos mentais (significados). Na bem verdade, nossa sociedade pode atribuir estes sentidos e possuir esses conceitos porque partilhamos do mesmo código cultural (classificando amigos e inimigos).

⁵⁸ Durante a cobertura de Hannah Arendt, no julgamento de Eichman em Jerusalém, para a revista The New Yorker, no ano de 1961, publicando em 1963, um dos seus livros mais emblemáticos: *Eichmann em Jerusalém Um relato sobre a banalidade do mal*. Sua busca pela banalidade do mal, segundo a biógrafa HEBERLEIN, Ann, causou forte repulsa e raiva nos círculos intelectuais da década de 1960, *Arendt Entre o Amor e o mal: Uma Biografia*, São Paulo: Companhia das Letras, 2020, p. 9. Em 1964, voltaria a lançar uma edição revista e com maiores detalhes do mesmo livro. De acordo a Arendt, Ben Gurion, o primeiro chefe de governo do Estado de Israel, surpreendentemente não mencionava a Alemanha Ocidental. De acordo com Arendt, era tranquilizador ouvir que Israel, “não considerava Adenauer responsável por Hitler” e que para nós, um alemão decente, mesmo pertencendo à mesma nação que vinte anos atrás ajudou a matar milhões de judeus, é um ser humano decente” (sem nenhuma menção aos árabes decentes). A República Federal Alemã, embora ainda não reconhecida pelo Estado de Israel, talvez por medo que os países árabes pudessem reconhecer a Alemanha de Ulbricht, pagou 737 milhões de dólares de reparação a Israel no decorrer dos últimos dez anos; esses pagamentos logo chegarão ao fim, e Israel está tentando agora negociar um empréstimo a longo prazo com a Alemanha Ocidental. Daí a relação entre os dois países. ARENDT, Hannah, *Eichmann em Jerusalém Um relato sobre a banalidade do mal*. São Paulo, Companhia das Letras, 2020, p.24.

O fato, é que não coube aos africanos a missão de helenização do planeta Terra e a utopia de uma colonização interplanetária⁵⁹. Frantz Fanon, em *Condenados da Terra* (1963), e mais recentemente Aníbal Quijano, em *Colonialidade do poder e classificação social* (2010), nos recordam que a criação de um mundo colonial, a disposição geográfica, a distribuição de poder, a classificação dos seres no planeta e sua importância foram construídos a partir de uma profunda violência. Essa violência que produziu primeiro uma inversão no mundo dos colonizados e segundo, a divisão desse mundo entre a existência de comunidades indígenas e cidades europeias, de escolas indígenas e escolas europeias. Embora este seja o significado do apartheid, acabamos de descrever a organização do mundo colonial e o desenvolvimento das sociedades industriais no mundo moderno.

A despeito que os africanos tenham seu quinhão na construção desse mundo colonial, estão muito longe de serem os únicos e tampouco poderiam receber o Prêmio Nobel pela responsabilidade da organização de sociedades em que vivemos. Seguindo esses princípios dos quais rapidamente tentei situar, enfrentando a soberania do significante africano, pós final da década de 1980 e a interdição da linguagem, onde se apaga, se desloca e rearticula o papel da civilização europeia naquele processo histórico.

Para tanto, foi necessário inclusive repensar o uso das fontes; se inicialmente, o propósito era evidenciar a perversidade de políticas raciais, em especial da Polícia de Segurança, focando somente as audiências das Comissões de Verdade e Reconciliação (TRC em sua sigla em inglês). Tornou-se preciso um reposicionamento.

Grosso modo, este capítulo traria como alicerce as fontes da Comissão citada, porém, elas não responderiam em sua plenitude ao chamado dos demônios⁶⁰: como e por que aquelas pessoas acreditavam naquilo que acreditavam. Em que mundo é possível classificar pessoas e decidir sobre a vida e a morte?

Nesse limiar, foi se delineando, como tarefa primordial, rastrear elementos, mecanismos, que nos permitissem aproximações ao cotidiano e a construção de pensamentos raciais dos brancos sul africanos.

⁵⁹ Aqui uma referência ao bilionário de origem sul africana, Elon Musk, proprietário da Tesla Motors, e seu projeto de colonização de Marte por sua empresa a Space X.

⁶⁰ Neste parágrafo, estabeleci um diálogo com *Meus Demônios* de Edgar Morin, onde o filósofo se detém na descoberta das grandes ideias que ocuparam e estimularam seu espírito. Os nove capítulos de seu livro/ se atém a cada um desses temas. Ao fazer referência a palavra Demônios, no título de sua obra, relaciona-se com duas definições, uma a Daimôn, de Sócrates, alusiva a “entidades espirituais ao mesmo tempo interiores e superiores a nós” (MORIN, 1997, p. 8). O autor enfatiza, que para Jung, “há uma dialética permanente do eu com a sombra, esta camada móvel da alma onde se agitam os demônios, que nos possuem enquanto não compreendemos que são nossas fontes vivas” (MORIN, 1997, p. 8). Nesse sentido, foi preciso compreender de forma consciente os demônios dos brancos sul africanos e com eles dialogar.

Para tanto, outras fontes foram ganhando corpo, como as biografias produzidas por Mary Benson, “*Nelson Mandela o Homem e o Movimento* (1987), organizada por Anne Benjamin, Winnie Mandela, *Parte da minha alma* (1984), o primeiro volume do *Relatório Final Comissão de Verdade e Reconciliação*, assim como leituras das audiências da Comissão (no segundo volume) e os textos literários de Nadine Gordimer, *O Melhor Tempo é o presente* (2014), como de John Maxwell Coetzee, *Infância* (2010). Tornaram-se os principais documentos de análise, a fim de capturar os processos mais significativos, que expressam nos seus pormenores, os pensamentos, os valores contidos nesse percurso da manutenção do apartheid.

Incorporei as fontes literárias e biografias a fim de me aproximar dessa cultura do cotidiano⁶¹, da vida comum, da diferença cultural, de maneira que tivesse elementos para descrever e interpretá-la. Frente aos caminhos dúbios na acepção do que compreendemos por cultura, compartilhamos a noção de Peter Burke⁶² com ênfase na mentalidade e no cotidiano: sendo palavra imprecisa, com definições concorrentes, a minha definição advém de “um sistema de significados, atitudes e valores partilhados e as formas simbólicas (apresentações, objetos artesanais) em que eles são expressos e encarnados”.

Dentro dessa perspectiva, priorizei a história dos africanos⁶³ e a literatura, pois permitiu aproximar não apenas dos grandes feitos de uma cultura, por meio da ficção e representação, no entanto, oportuniza a memória falar⁶⁴. Profundamente significativa é a própria possibilidade de adentrar pelos olhos de outros nesse universo cultural, que nem sempre se requer tão fechado, estático, quanto os discursos nacionais o desejam, podendo a linguagem literária embrenhar a caminhos híbridos entre o significado singular e o significado coletivo⁶⁵.

Outra acepção, igualmente compartilhada acerca dessa linguagem, advém da reflexão do filósofo Edgar Morin (1997), na qual no momento exato da leitura nos constituímos de um duplo, dando lugar não apenas ao espelho refletido, mas as zonas periféricas do sujeito, onde costumam habitar contradições,

⁶¹ É correto afirmar que este caminho não adentra o desconhecido. Em minha dissertação de mestrado (2016), dediquei o primeiro capítulo, *Na Encruzilhada entre História e Literatura: A Biografia como documento e Testemunho Histórico*, na discussão entre o uso dessas duas fontes pelo historiador.

⁶² BURKE, Peter. *Cultura Popular na Idade Moderna*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 25.

⁶³ Cabe esclarecer que usamos o termo africanos e não africanos, por conta da carga negativa que o termo possui em português. Decisão semelhante a Giovani Grilo Salve. *Uma história de traição: um projeto assimilacionista colored na Cidade do Cabo, 1906-1910*. Campinas, SP: Universidade Estadual de Campinas, 2012. (Dissertação de mestrado).

⁶⁴ Aqui, igualmente, incorporo a interpretação do teórico Homi Bhabha, acerca da linguagem literária, e a possibilidade de confrontar os discursos nacionais hegemônicos, quando estão a adentrar passados silenciados, são capazes de assombrar o próprio passado histórico, que permite à memória falar (BHABHA, 1998).

⁶⁵ Para melhor compreensão, ver: BHABHA, Homi *O local da cultura*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

Um livro importante revela-nos uma verdade ignorada, escondida, profunda, sem forma que trazemos em nós, e causa-nos um duplo encantamento, o da descoberta de nossa própria verdade na descoberta de uma verdade exterior a nós, e a descoberta de nós mesmos em personagens diferentes (MORIN, 1997, p. 19).

Este diálogo oportuno entre a história e literatura, permitiu-nos tecer uma colcha de retalhos, a fim de perseguir pormenores que nem sempre são visíveis nos documentos oficiais,

A biografia e autobiografia. Incorporada pela história, como documento, em que através da escrita de sujeitos históricos, é possível contextualizar um determinado período, refletir sobre detalhes do cotidiano, já para a literatura, resgatada como gênero literário (COMPAGNON, 1999).

Entre fios e retalhos, foi possível historicizar caminhos que levaram a construção de percepções culturais do apartheid, explorar como ocorreram práticas sociais de segregação e classificação. Os ressentimentos entre bôeres e ingleses parecem conter elementos que possibilitaram tal pacto social. Foi decisão bastante arriscada, entretanto, fazendo minhas as palavras de Guimarães Rosa, em *Grande Sertão Veredas*, romance memorável que se impôs por seu gigantismo e sabedoria como magistral na literatura brasileira: *O real não está no início nem no fim, ele se mostra é no meio da travessia*⁶⁶.

Desse modo, nossa aproximação com o regime de apartheid na África do Sul, advém não de uma aberração excepcional de governança⁶⁷, tampouco interpreta africâneres no papel do mal absoluto, não obstante sem diminuir suas responsabilidades. Saímos do lugar comum que os transformam em bode expiatórios, pois se o mal não é um passado em nossa sociedade, mais do que relegar os horrores da Modernidade ao esquecimento, cujos eventos sucedem a história um após o outro, urge encará-los, a fim de restaurar a nossa dignidade humana⁶⁸.

Estratégias de apartheid, enquanto fato histórico significativo, orienta na compreensão da belicosidade ocidental, pois de modo algum essa gestão de pessoas e exercício de políticas de colonialidade lhes são estranhas. Enquanto controle do poder em termos da morte, onde a divisão da espécie humana em raças encontra seu principal elemento de persuasão, assegura a

⁶⁶ ROSA, João Guimarães. Grande sertão: veredas – “O diabo na rua, no meio do redemoinho...” — 22 a ed. — São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

⁶⁷ CÉSAIRE, Aimé. *Discurso sobre o Colonialismo*. Lisboa: Sá da Costa Editora, 1977. FERRO, Marc. *História das colonizações: Das conquistas às independências séculos XIII a XX*. São Paulo: Companhia das letras, 1996. MBEMBE, Achille. *Necropolítica*. São Paulo. N-1 edições, 2018.

⁶⁸ Para maior compreensão cf. ARENDT, Hannah. *Origens do Totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

manutenção de seus exemplares modelos de explorações e políticas, seja nas plantações/colonialismo/capitalismo.

2.1 O CABO DAS TORMENTAS

A região primeiramente chamada Cabo das Tormentas, mais tarde, renomeada Cabo da Boa Esperança, em sua primeira nomeação parece mais adequada às disputas que suscitou entre as empresas coloniais, pela importância marítima que representava. A Colônia Holandesa e sua coirmã a Companhia Neerlandesa das Índias (VOC), na corrida ao continente africano, perderam seu enclave na África do Sul, em 1796; dali em diante a Holanda passou a ter controle tão somente sobre seus colonos⁶⁹.

A extensão da soberania britânica à região, assinada em 1814, na Convenção de Londres, permitindo a Coroa tomar posse da região do Cabo, significou mudanças naquele espaço disputado por empresas coloniais, intensificando em 1828, quando foram introduzidas reformas pelo governo britânico, assentadas especialmente no controle da terra, no direito e na administração como estratégias de exclusão⁷⁰.

Em linhas gerais, o controle de poder pelos colonizadores europeus nesse território ocorreu em duas frentes. De um lado os bôeres, colonos pioneiros que, fugidos das perseguições religiosas na Europa, migraram para a cidade do Cabo, primeiramente para fortalecer a Companhia Holandesa, posteriormente expandindo-se para a região interiorana do Cabo. Fortemente ligados a uma cultura agrícola, pastoril e escravagista, centrados no assentamento de famílias, em sua subsistência e no controle das terras, desenvolveram o que poderíamos chamar de uma colônia de povoação, lembrando que parte desse trabalho agrícola era atividade de nativos escravizados. E de outro, os britânicos interessados em expandir o império no continente africano, explorar suas riquezas naturais e assegurar um mercado para suas empresas e produtos.

No início do século XVIII, a colônia do Cabo contava com cerca de 1.134 “negros livres” e 30.000 escravos, demonstrando a importância do trabalho desenvolvido por nativos escravizados para essa comunidade europeia de 25.000 brancos⁷¹. Os escravizados se ocupavam principalmente da produção de vinho e de trigo, enquanto no porto da cidade desempenhavam

⁶⁹ ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *Sob o trópico de Capricórnio*. Prefácio e SAMPSON, Op. cit. p.7.

⁷⁰ Ibidem, p. 8.

⁷¹ GREENTEIN, Lewis J. “*Slave and citizen: the South African case*”, 1973. Apud: LOVEJOY, Paul E. *A escravidão na África: Uma história de suas transformações*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

as mais diversas tarefas no comércio local, onde sua mão de obra não estava conectada a produção de riqueza, tampouco ao comércio escravo, porém a suas necessidades básicas.

A colonização dos bôeres parece possibilitar uma dimensão tanto subjetiva quanto material no fundamento, como na consolidação e construção do regime de apartheid, nas palavras de Michel Foucault (1999), acentuadas pelos interesses dessa pesquisadora, na perspectiva que “a análise histórica permite localizar a emergência de novas formas de subjetividade”⁷².

Martin Meredith, no seu esforço para compreender àquela experiência histórica, em especial sob o impacto da consolidação da presença britânica e os esforços dos bôeres para manterem sua autonomia, assim traduziu o referido contexto:

O antigo sistema de posse da terra permitia que os trekboeres pagassem uma pequena taxa anual pelo direito de ocupar uma fazenda de 2.400 hectares “emprestada”, tratando-a efetivamente como sua, para comprar, revender e herdar à vontade. Ele foi abolido em favor de um sistema de tributação sobre a terra, destinado a promover práticas agrícolas mais produtivas. Os velhos monopólios de que açougueiros, padeiros, comerciantes de vinho e leiloeiros usufruíam foram substituídos por um regime de livre iniciativa que tendia a beneficiar os comerciantes de língua inglesa já familiarizado com ele. Uma nova política de idioma foi proclamada: em 1822, o governo anunciou que, ao longo dos cinco anos seguintes, o inglês seria aplicado progressivamente como a única língua permitida nos tribunais e escritórios públicos. No lugar de funcionários holandeses, o governo nomeou advogados qualificados do Reino Unido para o tribunal de justiça e introduziu procedimentos legais britânicos (MEREDITH, 2017, p. 247-248).

É importante observarmos três pontos: tributação da terra, conceito de produtividade e a língua inglesa como língua de prestígio, pontos organizados em torno da invenção desse novo território e de uma percepção de mundo individualizada, tendo como utopia mercantilizar toda a subsistência humana na criação de uma sociedade de trabalho⁷³, sendo que para tal empreendimento foram fundamentais as reformas.

Esses indícios nos evidenciam que os bôeres não partilhavam da mesma cultura dos mercadores, ao não participarem da ética do trabalho e tampouco da cultura de produtividade, da qual os britânicos foram os principais divulgadores, como bem lembrou Karl Marx⁷⁴.

Portanto, acostumados a viver fora do controle da coroa britânica e sobre uma forma de poder pautada sobre aspectos de rivalidade e contestação belicosa com os reinos africanos, em

⁷² FOUCAULT, Michel. *A Verdade e as Formas Jurídicas*. Rio de Janeiro: Nau Editora e PUC Rio, 1999, p. 11.

⁷³ Para melhor compreensão ver, DE DECCA, E. *O Nascimento das Fábricas*. São Paulo: editora Brasiliense, 1982; MARX, Karl. *O Capital: Crítica da Economia Política*. Volume II. São Paulo: Difel, 1985, THOMPSON, E. P, *Senhores e Caçadores*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

⁷⁴ MARX, Karl. A chamada acumulação primitiva do capital. *O Capital*. V.II. Capítulo XXIV. São Paulo: Difel, 1985.

que cada clã acabava organizando suas próprias determinações, os bôeres viram-se a partir das reformas governamentais sob a hierarquia de uma forma inaugural de poder, que passou a estabelecer uma noção conjunta de direito, administração e soberania política, onde uma falta era sempre uma falta à coroa britânica.

2.2 A GRANDE TRECK

A Grande Treck ocorreu em meados do século XIX, com o intuito de manter seu estilo de vida, em especial a escravidão dos nativos africanos, que desde 1828 a partir da portaria 50 havia sido proibida pelos britânicos, assim como fugir dos impostos, mas sobretudo do poder e controle da coroa, aos quais eram forçosamente submetidos.

Por isso, a partir dos combates e da tentativa de regulação, sobre o modo do trabalho, a partilha da terra, a cultura de prestígio, os bôeres realizaram uma grande migração para o interior, conhecida como a Grande Trek, na qual fundaram a República de Transvaal (1852) e o Estado Livre de Orange (1854), em homenagem a casa dinástica da Holanda. A Grande Treck pode ser observada como a resistência bôer contra as leis britânicas e a sua empresa civilizatória, deixando perceber que os bôeres ainda não estavam imersos ao que John Atkson Hobson, chamou de espírito capitalista⁷⁵.

Para o desenvolvimento das condições necessárias para o capitalismo moderno, era importante a abolição da escravatura. Não por fins humanitários, como difundiam a coroa e imprensa britânica, mas no entendimento de Hobson, a consolidação de uma etapa necessária para a expansão do capitalismo, sendo as reformas necessárias para o desenvolvimento do próprio capital.

Por outro lado, os colonialistas britânicos representantes da grande rainha branca, passaram a colidir com maior intensidade contra os africanos, em especial após 1870, data das famosas descobertas de minas de diamantes da região de Kimberley.

A corrida para as minas causou um impacto profundo seja na arquitetura, na configuração urbana, como nas relações políticas. Com ela chegaram magistrados, novos agricultores, agentes de trabalho, caçadores de concessões públicas, missionários, expansão da tributação, instituições (escolas, prisões).

⁷⁵ Ver HOBSON, John. *A evolução do capitalismo moderno: Um estudo de produção mecanizada*. São Paulo: Círculo do livro, 1996.

Um novo sistema de valores culturais e de dominação colonial, geridos por meio de diferentes dispositivos que limitaram os sujeitos a certos domínios de saber, a certas verdades que se encontram dispostas dentro desse campo político.

A consolidação da soberania britânica nos vastos territórios da África Austral permitiu um ambiente que teve como expressão primeira a Guerra Anglo-Bôer, e como resposta, a emergência de uma consciência nacional africâner. Quando o regime de apartheid por fim se consolidou e ganhou status de política governamental com a ascensão do Partido Nacional, no embate entre os nacionalistas africâneres e os proprietários de minas, quase sempre representados como constituídos de uma maioria de liberais britânicos. Como assinalou Luiz Felipe de Alencastro,

(...) tensões de fronteira entre os dois Estados bôeres e os enclaves ingleses transformaram-se rapidamente em conflitos armados na Guerra Anglo-Boer. Uma guerra cruel, sem tréguas, em que o imperialismo britânico, criando campos de concentração para os colonos inimigos, mostrou que a Europa mais uma vez renegava a sociedade bôer, condenando destarte a redefinir suas relações com os africanos e com o resto do mundo⁷⁶.

Ao que parece emergia um tipo de humanidade que se habituou a fazer de seu sistema político jurídico, uma estrutura de terror e de campo da morte, ao decidir através da soberania quem deve viver e quem deve morrer⁷⁷, tal qual o império britânico.

2.3 O ETERNO RETORNO: CAMPOS DE CONCENTRAÇÃO BÔER

A clássica distinção entre vítima e carrasco – que outrora serviu de fundamento para a mais elementar justiça – foi tremendamente atenuada. Hoje vítima, amanhã carrasco e, de novo, vítima – o ciclo odioso enreda-se e propaga-se de todas as maneiras.
MBEMBE, Achille (2017, p. 66)

⁷⁶ ALENCASTRO, Luiz Felipe. Prefácio. SAMPSON, Anthony. Op.Cit. p.11.

⁷⁷ Portanto, minha abordagem é baseada na análise do filósofo Michel Foucault e seu conceito de soberania, e como está se relaciona com a guerra e o biopoder. Ao lado da preocupação de Achille Mbembe, ao ocupar-se da soberania não dentro do escopo que a leitura tradicional propõe da luta pela autonomia. Entretanto, a partir do conceito biopoder de Foucault, Mbembe desenvolve sua discussão em duas categorias, para ele fundamentais, a vida e a morte. A história da expansão da civilização ocidental no planeta está assentada na simbiose Raça/Política, fundamentais para a organização e manutenção de seu poder, uma forma de poder assentada no corpo, ou na sentença máxima de “quem deve viver e quem deve morrer”, da qual Foucault desenvolveu o conceito de biopolítica, e mais recentemente Mbembe, ao revisitar Foucault, agregou os conceitos de estado de exceção e estado de sítio, de modo a reconhecer a política como o trabalho da morte, que chamou de Necropolítica. O sistema colonial e capitalista compõe, desde o século XV, diferentes formas de governabilidade, que inexoravelmente rompem com o corpo da liberdade, inaugurando, nos termos de Achille Mbembe, uma “democracia racializada”.

Quando a imprensa ocidental cobrou do Império Britânico os custos de uma aventura militar que mobilizou meio milhão de soldados, 24 mil militares mortos e uma grande devastação entre bôeres e nativos africanos durante o qual as forças britânicas conduzindo mulheres e crianças bôeres em campos de concentração, cerca de 20.000 pessoas morreram - uma violação dos direitos humanos brutal de proporções chocantes, a produção de inventário sobre o ocorrido premiou tão somente os bôeres como responsáveis. Imputavam-lhes as causas do conflito como singularidades presentes na África do Sul e na cultura bôer, deslocando-os da civilização europeia.

Interessante ter sido na literatura da época, como a produzida por Arthur Conan Doyle, médico, cirurgião, testemunha do conflito, que endossou no pós-guerra esse deslocamento entre ingleses e bôeres, estes como uma raça degenerada. Já os estudos críticos sul africanos mobilizam termos como capitalismo racial, onde a igreja reformada holandesa e outras instituições culturais constituem uma excrescência, distante de um mundo que havia ultrapassado o nazifascismo, parte dele comprometido com disseminação dos valores democráticos e liberais.

Entretanto, sabemos que a ciência, a técnica, a religião e a civilização europeia são partes de um mesmo momento da modernidade ocidental. Em suas colônias a história e o direito ocidental, convergiram na legislação colonial⁷⁸. A constituição do direito nas colônias foi fundamental, possibilitando transformar em criminosos, pessoas, grupos ou comunidades inteiras que não se submetessem a leis metropolitanas.

Nesse mesmo sentido, a Lei do Ato da Terra, de 1923⁷⁹, que retirou os africanos da terra e do direito do acesso a ela, a lei os impeliu para áreas urbanas. Em 1926, o Ato das Minas e do Trabalho, lhes negou o exercício de trabalhos especializados. Estas duas dimensões anteriores a consolidação do Partido Nacional no governo, são fundamentais para compreendermos essa noção de direito, e de uma produção de verdade e validação de práticas sociais, que se deram a partir de ferramentas jurídicas, das quais a partir de 1948, o Partido Nacional as aprofundou. O apartheid tornou-se um regime legal, baseado na classificação/hierarquização dos corpos, na divisão espacial dos territórios, possibilitando a emergência de uma classe média africâner e a expansão do desenvolvimento capitalista.

⁷⁸ Ver FERRO, Marc. *História das Colonizações*. Das Conquistas às independências séculos XII A XX, São Paulo: Editora: Companhia das Letras, 1996.

⁷⁹ Nos parece interessante, em próximos trabalhos discutir como no ocidente a configuração de sociedades capitalistas se articulam a partir do acesso à terra e organização do trabalho, neste momento pelo tempo escasso, embora exista o desejo, não disponibilizamos do tempo necessário para realizá-lo.

Donald Woods, importante jornalista e voz dissonante contra o regime de apartheid, expõe em um dos capítulos de seu livro *Biko* (1987), as influências que modelaram seu pensamento, que intitulou *Meu próprio Mundo Branco*,

Minhas primeiras impressões sobre os negros eram, portanto, de pessoas atrasadas, poucas das quais sabiam ler ou escrever, que geralmente usavam tangas e cobertores em vez de roupas “européias” e que eram vítimas de extrema superstição, sendo dominados por bruxarias e feitiçarias, tendo como um dos seus efeitos um aparente grau alarmante de insensibilidade e crueldade (WOODS, 1987, p.59).

A hierarquia de valores culturais que se instituiu em todo Ocidente, que outorgou para si denominar o que é civilização, cultura e conhecimentos, reduziu as experiências de outros povos ao mundo da incredulidade e da carência. Portanto, o mundo branco de Donald Woods, não é um mundo particular ao da África do Sul, mas nos revela meandros de como a raça, enquanto uma técnica de poder foi se instalando, ao mesmo tempo que o desenvolvimento dos valores da sociedade burguesa e do que define como conhecimento útil, legitimado no interior de regiões colonizadas.

Em vista disso, a política implantada pelo Partido Nacional a partir de 1948, assentou-se no saber jurídico e no discurso da Igreja Holandesa Reformada, com seu mito da raça eleita na construção do outro absoluto. Estes elementos parecem conter os princípios basilares para fortalecer e alargar o pensamento racista dentro do regime apartheid, no qual seus fundamentos discursivos construíram o alicerce onde as práticas desiguais cotidianas são aceitas e compreendidas como destino.

Ao mesmo tempo, as motivações que a Europa imperial capitalista oportunizou ao proliferarem crenças racistas, a fim de saquear os recursos locais, o roubo das terras e a exploração do trabalho dos nativos, antes mesmo do regime de apartheid ser inscrito como doutrina política, a lógica racial já se apresentava como estrutura cognitiva e de poder, assentada em políticas da dessemelhança.

Não por acaso foi amplamente compartilhado pela comunidade africâner, entre ingleses e demais estrangeiros europeus, que se dividiam entre capitalistas, em sua grande maioria ingleses, a elite africâner que a partir da vitória do Partido Nacional fez parte da máquina do Estado, além de uma classe média urbana formada por pessoas de toda a Europa e famílias de brancos pobres, composta majoritariamente por uma classe trabalhadora africâner. Logo, o apartheid não foi um regime alheio ao sistema econômico capitalista, mas fundado em consonância ao seu desenvolvimento.

Desse modo, ao lado dos fenômenos históricos e das decisões políticas do Partido Nacional, implementadas por agentes como Daniel François Malan, Johannes Strijdom, Hendrik Verwoerd, John Vorster, Pieter Botha, De Klerck, junto a homens da intelectualidade, como o sociólogo Geoffrey Cronjé, conhecido por ser o idealizador do regime, em especial por seu trabalho ‘N Tuiste vir die nageslag (“Um lar para a posteridade”), de 1945 e da estrutura legal e policial, seja da Força de Defesa da África do Sul (SADF) ou dos Serviços da Polícia da África do Sul (SAPS), temos os lugares comuns da sociedade, das relações socioculturais e saberes que tornaram possível os poderes de apartheid.

Para tanto, o papel conivente do racismo e do sistema jurídico, no conjunto das relações sociais das populações brancas da África do Sul, estabeleceram o apartheid enquanto técnica de gestão de pessoas, nas quais as fundamentais categorias vida e morte são projetadas a partir dessa realidade.

Ao fazermos um paralelo na esfera de discursos amplamente compartilhados dentro do Volker, normalizando os espaços chamados de blankesallen⁸⁰, location⁸¹, bantustões, swartgevaar, compound⁸², no romance de Nadine Gordimer, *O Melhor Tempo é o Presente*. Essa narradora, ao enveredar por caminhos que nos levam a refletir sobre aquele período, enfatiza,

Naquele tempo, o tempo de antes, não se podia pensar em termos do que se queria mesmo fazer na vida. A bússola interior apontava a toda hora para o único polo: enquanto não terminasse aquela distorção da vida humana em comum, não havia espaço para um sentido da realização pessoal, escalar o monte Everest ou ficar rico, tais coisas eram fugas da realidade, sinais indecentes de que se estava do lado dos que não queriam mudanças (GORDIMER, 2014, p. 15).

As reflexões sobre princípios que norteiam a vida dos seres humanos parecem ser postas a prova em momentos de escuridão, princípios que fizeram do regime um campo de validação para seus receptores, do qual poderiam rejeitar, validar, classificar, produzindo assim um juízo de valor.

Contudo, é preciso recordar que primeiro pela Inglaterra e mais tarde com o apoio de Washington, os articuladores “daquele tempo” já viviam sobre o impacto cultural precedido

⁸⁰ Expressão africâner, que significa para brancos, sendo nota do tradutor Paulo Henrique Brito, para a edição em português de GORDMER, Nadine. *O Melhor tempo é o Presente*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014, p.20.

⁸¹ Significa em africânder, bairro segregado para negros, no tempo do apartheid, conforme nota do tradutor Paulo Henrique Brito, para a edição em português de GORDMER, Nadine, op. cit, p.40.

⁸² Tradução, que significa em africâner, dormitório no qual os operários negros das minas ficavam isolados do mundo exterior, enquanto durasse o contrato de trabalho. Nota de Paulo Henrique Brito, para a edição em português de GORDMER, Nadine. *O Melhor tempo é o Presente*, op. cit.

pelos valores capitalistas: sob o slogan Felicidade *Individual*⁸³, anterior a qualquer outro valor que a vida pudesse expressar.

Refletir sobre os caminhos que possibilitaram a existência de apartheids em sociedades capitalistas, para além de um gesto de escrita, como da técnica que nos impõem a própria pesquisa, nos situa em encruzilhadas das quais o Ocidente, enquanto civilização se encontra, e da qual fazemos parte, seja em nossa servidão voluntária⁸⁴ ou na coragem da desobediência⁸⁵.

Aqui, fortemente inspirada no problema central da obra do intelectual francês, Frédéric Gross, *Desobedecer*, sua discussão recaí na seguinte questão: “por que suportamos o insuportável?” Por que obedecemos a tão poucos? Gross, recorre um longo caminho respondendo à questão nevrálgica do porquê obedecemos, apontando como em diferentes períodos históricos, pensadores responderam a essa indagação, fosse do ponto de vista, de La Boétie, Thoreau, Foucault e Hannah Arendt.

Por ora, centralizaremos o diálogo entre as reflexões de Arendt e Foucault, a primeira, após estudar exaustivamente as origens do totalitarismo e o segundo, a origem das instituições centrando-se no poder, perguntaram por que as pessoas cooperam com o mal, por que não são capazes de resistir a ele. Foucault, como resposta desenvolveu o cuidado de si centralizado na coragem da verdade. A coragem da verdade, foi tema e título que o filósofo denominou os últimos anos de suas aulas, entre 1983 e 1984, no Collège de France, a verdade como coragem de dizer, o que é preciso ser dito em potência ética.

Para Arendt, a chave para a recusa do mal se cultiva na constante reflexão dos nossos pensamentos e prática, a prática política tornar-se-ão indissociáveis para Arendt, que apontou os limites da racionalidade técnica. É preciso recordar que em sua fuga da Alemanha nazista, após ver amigos, companheiros aderirem ao totalitarismo, recusou-se a ser mais uma filósofa, profundamente assombrada e descrente da vida intelectual desconectada da ação e responsabilidade. A conclusão de Frédéric Gross, é que a coragem da desobediência parece ser o único caminho para o reencontro com a nossa humanidade e com a capacidade de projeção de futuro.

Ao nosso ver, os diversos povos da África do Sul, por um momento de sua história, em especial entre as décadas de 1950/1990, em confronto com um muro, regido por discursos, materializados em leis, práticas sociais e um conhecimento específico das potências capitalistas,

⁸³ Ver: ARBEX, José Júnior. *Guerra Fria: Terror de Estado, política e Cultura*. São Paulo: Moderna, 1997, p. 11.

⁸⁴ LA BOÉTIE, Etienne. *Discurso da Servidão Voluntária*. São Paulo: Brasiliense, 1999.

⁸⁵ GROSS, Frédéric. *Desobedecer*. São Paulo: Ubu editora, 2018.

parece indicar caminhos para que os povos subalternos possam reconstruir politicamente, a sua própria humanidade. O tema será mais bem desenvolvido no terceiro capítulo.

Portanto, se o discurso se materializa no cotidiano, organizando as dimensões do social, do histórico, da verdade e tem como fio condutor e expressão a linguagem que se funde com nossa própria existência, irrompe em diálogos com a Modernidade, para compreensão do mundo no qual estamos todos imersos, apontando como devemos compreender, pensar e agir através de suas instituições disciplinares.

As características que os mais diversos pesquisadores utilizaram para demonstrar a distância dos africanos para com a Europa civilizada, tão bem representada pela Inglaterra, *tribalização, africanização, bárbaros*, nos joga em mapas mentais típicos da construção do pensamento racial do século XIX. Pensar racial que justificou a colonização de parte do planeta pelas empresas coloniais civilizadoras, segundo abordagens de Nadine Gordimer, uma das mais importantes escritoras da África do Sul, inspirando autores como Coetzee a expressar, através da literatura, a realidade de sua terra natal.

Sua personagem Jabu, uma ex-militante da luta antiapartheid em país que tenta reinventar-se, expõe em suas reflexões a importância da linguagem, contribuindo com a emancipação do marido ao lhe proporcionar a capacidade de se exprimir como africano, e não apenas por meio de uma língua europeia. Outrora seu pai havia formado frases para que ela lesse, juntando as palavras sublinhadas nas páginas dos livros de estudo que ele dava um jeito de fazer com que chegassem a ela na cadeia, alcançando mais uma máxima: “É uma infelicidade utilizamos a língua do opressor para clamar por liberdade”. Depois ficou sabendo que essas palavras eram de Gandhi⁸⁶.

Em consonância com a reflexão proposta por Gordimer, era preciso aprender a pensar fora das mesmas cadências de sistemas capitalistas coloniais. Parece-nos que os africanos, ao não partilharem o modo de vida que não tem como centro os valores do capitalismo industrial, são igualmente racializados. Inclusive pelos próprios intérpretes da história, ao usufruírem desse imaginário distanciam os africanos de uma Europa que parece apagar a sua própria história recente.

Por esse ângulo, a raça como o mais importante mito das empresas civilizadoras exerce o que Hannah Arendt chamou de persuasão, onde as relações de poder, mediadas por interesses, benesses, disputas e uma percepção cognitiva entre o acesso a bens materiais e simbólicas se estabelecem, desse ângulo se trata, se aborda o apartheid.

⁸⁶ GORDIMER, Nadine. *Melhor tempo é o presente*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014, p. 53.

Em outras palavras, o apartheid na África do Sul demonstrou mais uma vez para o mundo, a capacidade do Ocidente propor regimes globais, baseados em sua economia sacrificial em que a classificação, a divisão, a exclusão, o mal e a recompensa se apresentam como fundantes, para a plantação, a escravatura, o gueto, as prisões, simultaneamente na manutenção de uma rede de cumplicidades, típicas de sociedades burguesas.

2.4 O POVO ELEITO DA ÁFRICA DO SUL

Evidenciando as influências que modelaram o pensamento ocidental acerca da construção do outro e de si, uma percepção que não possibilitou ver a identidade em termos de uma humanidade partilhada, mas na relação do idêntico, do semelhante, baseados em relações profundamente narcísicas, nas quais brancos sul africanos estão profundamente mergulhados em seus próprios termos, na manutenção da civilização branca, contudo, sendo correto afirmar que sempre há dissidentes.

Frente à necessidade de compreender quais os caminhos, por onde esse imaginário racial, essa prática foi-se consolidando naquela sociedade como prática da verdade, podemos recorrer às públicas audiências da Comissão de Verdade e Reconciliação. Nelas, uma mãe aflita grita em tom de queixa - “Por favor, você não pode trazer de volta apenas um osso do meu filho para que eu possa enterrá-lo”⁸⁷.

Para essa mãe, até que possa finalizar seu ritual de boa morte, apartheid é um passado que estanca a possibilidade de futuro. Essa mãe precisa cumprir com os ritos de passagem, ao não fazer se encontra tão presa ao mundo dos mortos como seu filho. Confronta publicamente o Estado, pois apenas deseja uma parte, uma lasca do filho, para que ambos possam descansar.

Contudo, se o passado muitas vezes tem o hábito de voltar para seus refúgios, a fim de sepultar todas as feridas, nas palavras de Desmond Tutu “Elas devem ser abertas. Elas devem ser limpas... isso não é ser obcecado com o passado. É tomar cuidado para que o passado esteja devidamente tratado para o bem do futuro”⁸⁸. Todavia, o que a história da civilização ocidental nos permite compreender é que se recusam a aprender com sua própria experiência.

Apesar de todos os mitos e fantasias acerca do mundo dos nativos, teimosamente insistiam em perdurar suas características humanas. Entretanto, para os colonizadores, se aquela

⁸⁷ÁFRICA DO SUL. *Relatório Final da Comissão da Verdade e Conciliação*. V.2, p.6. Disponível em: <<https://www.justice.gov.za/trc/report/finalreport/Volume%201.pdf>>. Acesso em: 08 fev. 2021.

⁸⁸ÁFRICA DO SUL. *Relatório Final da Comissão da Verdade e Conciliação*. V.2, p.6. Disponível em: <<https://www.justice.gov.za/trc/report/finalreport/Volume%201.pdf>>. Acesso em: 08. fev. 2021.

espécie escura, diferente, dessemelhante era também humana, seria preciso transpor essa contradição,

Só restando ao homem branco reexaminar sua própria humanidade e concluir, que nesse caso, ele era mais do que humano, isto é, escolhido por Deus para ser o deus do homem negro. Era uma conclusão lógica e inevitável no caminho da radical negação de qualquer laço comum (ARENDT, 2012, p. 280).

Embora para Hannah Arendt, esse mito ao qual a Igreja Reformada Holandesa se assentara, lhe fosse específico, ou semelhante somente à ideia de povo eleito judaico, de modo a distingui-la de todas as demais denominações cristãs,

Os bôeres simplesmente negavam a doutrina cristã da origem comum dos homens; e aquelas passagens do Antigo Testamento que ainda não transcendiam os limites da velha religião nacional israelita, eles a transformaram numa superstição que nem poderia ser chamada de heresia. Como os judeus, acreditavam firmemente que eram o povo escolhido, com diferença fundamental de que haviam sido escolhidos não para a divina salvação da humanidade, mas para a ociosa dominação de outra espécie, condenada a um trabalho forçado não menos ocioso. Esta é a vontade de Deus na Terra, segundo a Igreja Reformada Holandesa, que diverge dos missionários de todas as outras dominações cristãs (ARENDT, 2012, p. 281).

É importante salientar que, para Achille Mbembe, em *Política da Inimizade*, trabalho meticuloso para apreender as relações entre as grandes narrativas mitológicas do Ocidente e a produção incessante de inimigos, o autor confere o mito do povo/raça eleita como constituinte da humanidade ocidental. Assim, a necessidade do inimigo, para além de uma necessidade social, transformou-se em uma necessidade ontológica dessa sociedade, onde sacrifício e dádiva podem ser outorgados pelo Estado a partir da classificação: amigos e inimigos,

Irreprimíveis, o desejo do inimigo, o desejo de *apartheid* e a fantasia do extermínio estabelecem a linha de fogo, em suma, a decisiva provação do início deste século. Vectores por excelência de acefalia contemporânea, obrigam por todo o lado os regimes democráticos a feder da boca e, num delírio grosseiro, a viver como bêbados. São estruturas psíquicas difusas e ao mesmo tempo forças genéricas e passionais; marcam o tom afectivo dominante do nosso tempo e agudizam muitas lutas e mobilizações contemporâneos. Estas lutas e mobilizações alimentam-se de uma visão ameaçadora e ansiosa do mundo, que dá prioridade às lógicas de suspeição, a tudo aquilo que é secreto e resulta da conspiração e do ocultismo. Levadas até as últimas consequências, desembocaram quase inexoravelmente na vontade de destruir o sangue derramado, o sangue tornado lei, numa continuidade expressa com a Lex talionis (a lei de Talião) do Antigo Testamento (MBEMBE, 2017, p. 80).

Em suas memórias, Zelda La Grange, secretária e, posteriormente, assessora pessoal de Nelson Mandela, filiada à Igreja Reformada Holandesa, provinda de uma família de classe média africâner, até princípios da década de 1990, período que ela chama de “Mudança” em

sua autobiografia, nunca precisou pensar sobre o significado do apartheid, desabrigando em seu cotidiano e memórias a relação que pessoas comuns tinham com o regime. Embora seus pais não trabalhassem para o governo, apoiavam o regime assim como dedicavam total respeito à autoridade da Igreja Reformada Holandesa, “Segundo nossa igreja, estávamos certos. Fazíamos a coisa ‘certa’”⁸⁹.

Recordando que, tanto o Estado quanto a Igreja Reformada Holandesa, estavam comprometidos em solucionar o problema de bem-estar social das famílias brancas e pobres sul africanas, em sua maioria africanos, era preciso salvá-los da degeneração entre as raças, assim como preservar os representantes da civilização branca⁹⁰.

Seguindo a organização de colônias de povoamento para europeus, como seus descendentes, enquanto minoria vivendo em estado constante de insegurança, sentimento que colaborou com o pavor ao dessemelhante, configurando a generalização do medo nas colônias brancas, utilizado desde primórdios da colonização como ferramenta de controle e repressão para produzir relações centradas na diferença e na alteridade. Relação baseada no medo que não se estancou com o fim da escravidão e igualmente pôde ser utilizada no regime de apartheid, na fantasia do perigo negro ou o inimigo.

Donald Woods, tal como Zelda La Grange, nos aproxima do imaginário acerca da naturalidade que compunham aquelas relações, revelando como sentimentos que possuem acerca dos nativos foram se fortalecendo através da mensagem religiosa:

meu contato com outras crianças brancas reforçou a versão branca geralmente aceita do estereótipo negro, que os negros nunca poderiam ser como nós, que eles foram criados negros porque o Todo-Poderoso claramente pretendia que eles ficassem separados e fossem diferentes, com uma cor diferente, uma linguagem diferente, atitudes diferentes (tudo naturalmente inferior a nós) (WOODS, 1987, p. 60).

É certo afirmar ser, via linguagem, que valores, discursos, costumes e tradições são partilhados (cultura). O mundo em que o sujeito está imerso desde o nascimento, para Fanon, através da linguagem concretiza um modo de Ser. Deste modo, seria também por meio dela, que a ruptura ontológica do colonizado e racializado deverá ocorrer, em profundo enfrentamento de si mesmo, a fim de desenraizar de suas moléculas a servidão não raras vezes voluntária⁹¹, em duplo movimento que propõe um enfrentamento radical de si e da organização

⁸⁹ LA GRANGE, Zelda. *Bom dia, Sr. Mandela*. Rio de Janeiro: Novo Conceito Editora, 2015, p. 20.

⁹⁰ BARBOSA FILHO, E. A.; VIEIRA, A. C. S.; ROCHA, S. Pigmentocracia: classe, raça e gênero no sistema de bem estar social sul africano. *Revista em pauta*. Disponível em: <<https://www.epublicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/45247>>. Acesso em: 08 fev. 2021.

⁹¹ Inspirada em LA BOETIE, Etienne. *Discurso da Servidão Voluntária*. São Paulo: Brasiliense, 1999.

política que lhe aprisiona. Nas palavras de Fanon (2018, p. 170), “o problema negro não se limita ao dos negros que vivem entre os brancos, mas sim ao dos negros explorados, escravizados, humilhados por uma sociedade capitalista, colonialista, apenas acidentalmente branca”.

Explorando o sentido de dois signos inventados pela modernidade: “negro” e “branco”, a criação do mapa conceitual de cores na cultura ocidental pôde não apenas inventar, nomear, mas acarretar poder a elas, no modo com que as culturas/raças são diferenciadas umas das outras, classificadas e arranjadas no nosso universo mental. Se não pudéssemos diferenciar o “negro” e o “branco”, não poderíamos usar esses critérios para representá-los em nossos lugares comuns, já que o sentido seria exatamente o mesmo⁹².

De modo que os signos: swartgevaar⁹³, comunista, criminoso, kaffris, raça superior branca, povo de deus, radical, não atuam em separado, são partes do mesmo universo cultural na produção do inimigo. Ao mesmo tempo, estruturam uma dimensão do real, constituindo culturas inerentes a espaços cognitivos eurocentrados. Um requerente de anistia da Força de Defesa da África do Sul (SADF, em sua sigla em inglês), relata como, ao chegar no que então era o Sudoeste da África, ele e seus colegas recrutas foram informados, por seu comandante: “rapazes, aqui vocês irão atirar em milhares de “Kaffirs”⁹⁴.

Para tanto, pensem os signos branco, negro = kaffir = criminoso = perigo; entretanto, sem empenho da cultura e do campo ideológico, são em si mesmos vazios, mas confrontados, corpos negros e brancos expressam significado, pois são capazes de construir conceitos a partir de sua mera aparição.

Ao lermos *Infância*, de autoria de J. M. Coetzee, primeiro volume de sua trilogia autobiográfica na África do Sul, percebemos como a divisão, a separação, a violência, foi se instaurando no cotidiano,

Duas vezes por semana repete-se a separação de ovelhas e cabras. Enquanto os judeus e católicos são deixados para trás, os cristãos vão cantar hinos e ouvir sermões. Para se vingar disso, e para se vingar do que os judeus fizeram a Cristo, os meninos africânderes, grandes, valentões, às vezes pegam um judeu ou um católico e lhe aplicam murros no biceps, golpes rápidos e maldosos com os nós dos dedos, ou lhe dão uma joelhada no saco, ou torcem seu braço até ele implorar perdão (COETZEE 2010, p. 17).

⁹² Para uma maior compreensão sobre o tema ver *Cultura e Representação*. HALL, Stuart. Rio de Janeiro: Editora PUC- Rio: Apicuri, 2016.

⁹³ Perigo negro, em africânder.

⁹⁴ AFRICA DO SUL. *Relatório Final da Comissão da Verdade e Conciliação*. V.2, p.6. Disponível em: <<https://www.justice.gov.za/trc/report/finalreport/Volume%201.pdf>>. Acesso em: 08 fev. 2021.

Esses imperativos invadem e devastam o mundo infantil do personagem John, ao tempo que preparam as crianças brancas para a naturalização da violência. A vista disso, a lógica racial atua como um veneno escamoteando os sentidos mais simples e a própria capacidade de interpretar a realidade, não por estar baseada em discursos críveis, mas pela persuasão e fascínio que tem exercido na psiquê ocidental⁹⁵, onde economia e psicologia encontram correspondentes nos signos raciais, tocando em zonas íntimas da imaginação, da fantasia e dos sentidos, permitindo ao grupo, assim forjado, assumir com certa desenvoltura e segurança material uma superioridade, ainda que cativo dessa lógica de pensamento e sistema econômico que ao racializar/desumanizar, já racializou/desumanizou. Continuando com Coetzee,

(...) enquanto ele é escuro, pesado e culpado: ele também é negro, o que significa que não tem dinheiro, vive num buraco obscuro, passa fome. Significa que se a mãe dele chamasse “Menino!” e acenasse, como ela faz muitas vezes, aquele menino teria que parar seu percurso, se aproximar e fazer o que ela lhe mandasse (carregar a cesta de compras, por exemplo), e depois de tudo, receber uma moeda nas mãos em concha e agradecer. E caso ele ficasse bravo com a mãe depois, ela simplesmente sorria, dizendo: “Mas eles estão acostumados com isso!” (COETZEE, 2010, p.49).

A mãe de John nunca perguntou a uma criança nativa como se sentia ao ter sua vida constantemente penetrada por aqueles estranhos, ainda assim compartilhava da certeza de que elas estavam acostumadas com o tratamento dispensado para si, certezas naturalizadas, sem a necessidade de serem questionadas.

No entanto, observa vantagens na preservação da cultura ocidental e cristã, da qual se sente na missão de proteger: *o fardo do homem branco*. Aqui, o advento das leis como da organização da necropolítica, são fundamentais, advindos da união da elite africâner com sua classe trabalhadora, permitindo minimizar a concorrência no mercado de trabalho, retirando direitos dos nativos urbanizados, restringindo o potencial dos indianos e suprimindo os trabalhadores livres judeus, no mesmo tempo que possibilitaram o fortalecimento de um capitalismo supérfluo, estruturado por uma elite inglesa financista. Acompanhando o Reverendo Desmond Tutu, na Apresentação do Relatório Final da Comissão da Verdade e da Reconciliação,

Não duvido que muitos dos que apoiaram o apartheid acreditavam que era a melhor política nas circunstâncias de preservar a sua identidade, língua e cultura e os de outros povos também. Eu acredito que essas pessoas não foram impulsionadas por motivos maliciosos. Muitos acreditavam que Deus lhes havia dado um chamado para ajudar a civilizar nativos ignorantes... eles estavam defendendo seu país e o que eles entendem

⁹⁵ FANON, Frantz. *Pele Negra Máscaras Brancas*. Salvador: Edufba, 2008; MBEMBE, Achille. *Políticas da Inimizade*. Lisboa: Antígona, 2017.

por seus valores cristãos ocidentais contra o ataque comunista ateu. Não, eu não chamo seus motivos em causa. Eu, entretanto, condeno a política que eles aplicaram⁹⁶.

Não por acaso, Guerreiro Ramos em seu estudo inaugurando o campo de estudos da branquitude no Brasil, “Patologia Social do ‘branco’ brasileiro”, de 1955, aponta para a importância de analisarmos o *ethos*, a norma, não em termos originários da cultura, mas a partir de relações concretas vinculadas a essa sociedade: “nas sociedades coloniais, o *ethos*, as normas, são inculcadas de fora para dentro... As sociedades coloniais, em sua estrutura total são regidas por critérios heterômicos, principalmente a sua economia como a sua psicologia coletiva (RAMOS, 1957, p. 177).

Nessa mesma direção, o racismo deixa de ser o particular, para apresentar certa maneira de existir, um componente fundante na construção de comportamento físico e mental das sociedades herdeiras das nações civilizadoras. Não ao acaso, Fanon adverte sobre os mecanismos entre as “nações civilizadoras” e o racismo, apontando a necessidade da nação ocupante objetificar e aprisionar os grupos nativos. Para o autor:

El racismo infla y desfigura el aspecto de la cultura que lo practica. La literatura, las artes plásticas, las canciones para modistillas, los proverbios, las costumbres, las pautas ya sea que se propongan seguir el proceso o vulgarizarlo, restituyen el racismo. Es decir, un grupo social, un país, una civilización, no pueden ser racistas inconcientemente (FANON, 1965, p.45).

O sistema de pensamento estruturado na pureza da raça e no ideal de uma identidade única, disponibiliza ao dessemelhante, estratégias de violência, perseguição, a qual não imperou exclusivamente no mundo dos nativos, pois o que pareciam não saber era que, em uma sociedade colonial, todos são racializados.

Tem sido necessário regressar ao passado, a essas memórias soterradas a fim de compreender a civilização ocidental na qual ainda estamos todos imersos. Para Winnie Mandela:

Nós por nós mesmos, nunca consideramos as pessoas pelos critérios da cor. Nós só queremos saber se alguém é aliado, se é uma pessoa com os mesmos pensamentos, um companheiro de luta, alguém que também sofre com a opressão. A libertação deste país será também a libertação dos brancos. São os nossos opositores que nos obrigam agora também a usar o critério de “negro” e de “branco” (Winnie Mandela, 1987, p.180).

⁹⁶ Desmond Tutu. Apresentação. AFRICA DO SUL. Relatório Final da Comissão da Verdade e da Reconciliação. Disponível em: <<https://www.justice.gov.za/trc/report/finalreport/Volume%201.pdf>>. Acesso em: 18 jul. 2021.

Winnie compreendia que a libertação do país seria também a libertação dos brancos do jugo do capital, desse modelo econômico e civilizatório de desenvolvimento humano. Para Aimé Césaire, desse modelo advém o termo “descivilização”, “a colonização se esmera em descivilizar o colonizador, em embrutecê-lo, na verdadeira acepção da palavra, em degradá-lo, em despertá-lo para os instintos ocultos, para a cobiça, para a violência, para o ódio racial, para o relativismo moral” (CÉSAIRE, 1977, p.17).

Nesse sentido, o uso de raça parece escamotear a violência disposta entre os “iguais”, pois esse branco como uma instituição pura e idêntica que os transforma todos em pares, parece existir apenas no que diz respeito ao inimigo que pode ser comum a todos - o não branco ou ainda o outro absoluto. De acordo a Glissant, “porque de fato é disso que se trata: de uma concepção sublime e mortal que os povos da Europa e as culturas ocidentais veicularam no mundo; ou seja, toda a identidade é uma identidade de raiz única e exclui o outro” (GLISSANT, 2013, p.24-25).

O que importa é um modelo em que tal grupo identitário, com características aparentemente únicas e singulares, possui qualidades que os tornam superiores e excepcionais frente aos demais, aqueles que não congregam dos mesmos valores podem ser, portanto, aniquilados. Aparentemente se trata apenas de signos raciais, de um mundo branco, contra a invenção de “negros” pelo mundo, mas ao se deslocar da lógica racial, eficientemente organizada para a separação/classificação e para a produção da guerra de todos contra todos, o que se revela são entremeios que correspondem à exclusão do discurso, não se podia dizer ou escrever tudo o que se pensava,

uma pessoa branca proscrita era um pária em seu bairro suburbano; pior ainda, ele era um traidor de sua raça e sujeito a ira de raivosos inimigos brancos que consideram ser um dever patriótico demonstrar sua hostilidade. Tiros eram disparados contra a nossa casa; ameaças telefônicas e olhares hostis de motoristas que passavam por ali tornaram-se comuns (WOODS, 1987, p. 21-22).

Ao refletir sobre a importância de considerações de Frantz Fanon, Achille Mbembe disponibilizou em seus estudos no campo da linguagem, avaliando sua “extraordinária atenção prestada à linguagem, à palavra, à música, ao teatro, à dança, ao aparato, ao cenário e a toda espécie de dispositivos técnicos e de estruturas psíquicas”⁹⁷, concluiu ser no campo da linguagem que as estruturas psíquicas se apresentam.

⁹⁷ MBEMBE, Achille. Op. Cit., 2017, p.16.

Se a Modernidade produziu como veneno e como cura, uma única medicina, a Raça, para Arendt, “quer como forma de conceito ideológico gerado na Europa, ou como explicação de emergência para experiências chocantes e sangrentas, sempre atraiu os piores elementos da civilização ocidental”⁹⁸.

Logo, como criar fissuras, atalhos, caminhos que desviem deste percurso, de pensamentos que parecem ter um único destino possível? Desse modo, é fundamental sair da amnésia que a colonização ocidental nos proporcionou, pois ao tentar apagar as digitais das demais civilizações, também monopolizou “a raça como princípio político”⁹⁹.

A ruptura de suas justificativas para explicar o terror que impõe ao planeta, em formas de escravidão, apartheids e totalitarismos, impõe necessariamente o enfrentamento a sua lógica de pensamento, na qual os povos nativos figuram como “o outro”, “o inimigo”, na contramão de todos os sentidos,

os brancos eram os sul-africanos enquanto seus colegas residentes negros eram agora estrangeiros, residentes temporários na África do Sul branca, não diferente de outros migrantes privados de direitos que trabalham fora de seus países de origem. Eles se tornaram “o outro”, uma curta distância de que eles deveriam se tornar “o inimigo”¹⁰⁰.

A raça em si, é o mote, uma técnica que atua a nível cultural, econômico e psicológico. Porém, a adesão a esses pensamentos racistas dentro de uma engenharia social, só se tornou possível porque os mais distintos setores socioculturais da África do Sul sentiram-se privilegiados e participaram de sua lógica de ganho. Exemplos clássicos na África do Sul foram os impimpis¹⁰¹, evidenciando ser a recompensa um fator decisivo, em universo onde a desigualdade dá o tom. Para os africanos, ademais da recompensa, a sensação de proteção/segurança, conforme palavras de La Grange,

mesmo com meu país se tornando um pária internacional, nós continuávamos brincando e rindo na sede do governo. Isso porque meu povo era protegido. Protegido de homens como Nelson Mandela. Eram pessoas como ele - negras e determinadas a derrubar o governo, desafiando a superioridade branca - que nós tínhamos (LA GRANGE, 2015, p. 19).

⁹⁸ ARENDT, Hannah. Op. Cit., 2012, p. 268.

⁹⁹ Ibidem, p. 267.

¹⁰⁰ AFRICA DO SUL. *Relatório Final da Comissão da Verdade e Conciliação*. V.2, p.6. Disponível em: <<https://www.justice.gov.za/trc/report/finalreport/Volume%201.pdf>>. Acesso em: 08 fev. 2021.

¹⁰¹ Traidores negros que tinham sido membros do exército do apartheid. Cf. GORDIMER, Nadine. *O Melhor tempo é o presente*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014, p. 53.

O sul africano branco percebia reivindicações de direitos iguais como uma ameaça ao poder que haviam construído, em especial a todo investimento em políticas de bem-estar social na melhoria de vida dos brancos pobres,

A legislação e os serviços sociais se voltavam para proteção social às famílias brancas das consequências da exploração capitalista sobre a crescente massa de trabalhadores brancos urbanos. Nesse sentido, em 1913, o Ato Nacional de Proteção à Criança (Children's Protection Act) subsidiou bolsas de auxílio financeiro para crianças brancas de famílias pobres. A partir de 1926, o Ministério da Educação contava com recursos para pensões para mães, madrastas e avós que cuidassem de crianças brancas (BARBOSA; VIEIRA; ROCHA).

O direito ao acesso a políticas públicas, desde 1913, impactou em melhores salários, moradia, direito a ter uma “negra” para a realização dos trabalhos domésticos. Desse modo, “Na época do apartheid você nem pensava nas coisas, simplesmente agia”¹⁰². Para Frederic Gross, o não pensar, é o nó que ata obediência cega à irresponsabilidade, produzindo o que ele chamou em seu livro *Desobedecer*, de Inversão da Monstruosidade. Nos termos de Hannah Arendt, em *Eichmann em Jerusalém - A banalidade do mal*.

Em vista disso, inclusive determinados setores que se identificam ou são identificados com o grupo vitimado ou oprimido, participam da rede de cumplicidade, pois a sociedade colonial, ao possibilitar um cadinho aqui e ali para os representantes de cada grupo, produz uma cadeia de silêncio e suporte para a sua permanência.

A lógica de pensamento racial permitiu a expansão e o aprimoramento da sociedade capitalista na África do Sul, ora desenvolvendo a própria sociedade de classes, cercando as terras, produzindo trabalhadores expropriados, organizando a manutenção de uma sociedade típica das civilizações capitalistas, impregnada por seus valores, acompanhando palavras de Achille Mbembe: “onde a semiotização da segregação racial provém simultaneamente da fé, da doutrina e do direito, sendo qualquer transgressão de um destes tópicos possíveis de diversos castigos, inclusive a morte”¹⁰³.

Segundo Mandela,

(...) a segregação racial era uma invenção colonial britânica; os africanos, ao criarem o apartheid, apenas lançaram mão de um modelo já conhecido. Mandela também sabia que os africanos que dividem com os brancos uma mesma história de pobreza, caso aceitassem a transformação representada pela nova democracia, seriam fundamentais para defendê-la (MANDELA; LANGA, 2018, p. 285).

¹⁰² LA GRANGE, Zelda. Op. Cit. p. 20.

¹⁰³ MBEMBE, Achille. *Crítica da razão negra*. Lisboa: Antígona, 2014, p. 86.

Mandela compreendia que parte significativa daquela população africâner havia sido convidada a fazer defesa de um regime que nunca lhe prestou contas das benesses reais do apartheid, aprendera a olhá-los através de suas nuances, diferenças sociais e divergências políticas, já que para o regime havia sido fundamental a persuasão, que os fizera crer que eram um corpo unitário, uma Raça superior. Embora dominante, nesse pensar havia dissidentes entre eles.

Em carta a Mary Benson, Winnie Mandela revela o trágico fim de um homem africâner, médico, disposto a apoiá-la,

além disso eu devia começar, a partir de 1/3/79, a trabalhar para um certo dr. Chris Hatting, em Welkom, grande venerador e admirador fanático de Nelson. Ele era um deles, um dos africânderes. Ajudou-nos financeiramente durante alguns meses. Desde outubro do ano passado lutei pela licença para trabalhar. O brigadeiro Coetzee disse-me que a permissão fora concedida, mas que eu devia esperar a informação por escrito. Nesse interim o dr. Hatting contou-me que há algum tempo era seguido por um carro com quatro homens. No dia 1 de março, que eu devia começar a trabalhar para ele, vinha até aqui para se informar da minha autorização. Às oito horas, a seis quilômetros da minha casa, o carro dele capotou sem causa explicável e ele morreu no local. Depois da sua morte chegou prontamente à licença para eu trabalhar. Mataram-no, não lançaram a culpa sobre ninguém, da mesma forma como agiram com Steve Biko. Mas esta morte foi pior, porque o mundo nunca vai saber dela. Ainda não me recuperei do choque, e nunca pensei que pudesse sentir tanto a perda de alguém que nem era um dos nossos. Isso também me ensinou a amar mais profundamente _ antes meu amor era talvez superficial e ideologicamente determinado. Agora eu amo real e honestamente todos os que se identificam tão completamente conosco (MANDELA, 1987, p. 40-41).

Revestidos de medos, presos a identitarismos, pessoas se deixam seduzir pela mesma linguagem ocidental que sustenta sua dominação: a racialização do outro. Esse outro, nas sociedades capitalistas ocidentais, toma diversas dimensões, rostos e culturas em diferentes tempos e lugares. O outro palestino, comunista, mulçumano, terrorista, exilado de guerra, pobre, sem teto, aquele que elegemos como criminoso, o outro do qual não se conhece, não importa seu destino, portanto não alcança empatia, amizade.

CAPÍTULO 3 - O IMAGINÁRIO RADICAL E A BATALHA DAS IDEIAS

Este capítulo nasce sobre a influência decisiva do intelectual e militante brasileiro Eder Sader, *Quando os novos personagens entraram em cena*, 1988, em sua noção de matrizes discursivas. As formas de abordar a marcante presença de trabalhadores na cidade de São Paulo, reelaborando suas experiências e atribuindo significados a suas recentes mobilizações, situaram-se frente um Estado totalitário, em ambiente de profundas violências. O autor acompanhou lutas de trabalhadores e movimentos populares urbanos, nas décadas de 1970 e 1980, diante de uma Ditadura Civil Militar, encontrando em pequenas lutas cotidianas por sobrevivência, novos espaços do fazer político.

É preciso ser justo que tal como Sader, na conjuntura final dos anos 1980 e na luta contra opressão de regimes totalitários, nos interessamos por personagens que, de algum modo, destoaram ou foram esquecidas da memória hegemônica no Ocidente. Centralizaram, a nosso ver em termos significativos, a luta contra o regime de apartheid no Congresso Nacional Africano e no Partido Comunista da África do Sul.

De súbito, a pesquisa foi apontando a necessidade de rastrear uma humanidade, que parecia confrontar sua castração, sendo a obediência, (o desejo de cumplicidade), a indiferença e o aprisionamento da imaginação, necessários para a instalação e a normalidade de apartheid, em relação ao qual já dispomos nesse trabalho algumas de suas formações discursivas.

Uma consignação da qual a maioria dos brancos, na África do Sul, faziam parte, não apenas no consórcio da raça, mas na aceitação de sua própria brutalidade, sendo certo ser o convite bastante sedutor: viver em bairros limpos e bem cuidados, ver seus filhos sendo educados em melhores escolas, na certeza que aqueles negros sabiam o seu lugar, fosse como empregadas domésticas, jardineiros, trabalhadores das minas, policiais, para os que conseguiam participar de uma classe média, em obediência e resignação, a fim de assegurarem essa nova posição. A energia vital dos “selvagens”, “primitivos”, “daqueles negros”, quando desobedientes classificados ora como “terroristas” ora por “criminosos”, permitia-lhes desfrutar de seu bem-estar social ou de uma identidade racial.

Face ao poder do regime apartheid, que nessa nova ordem empurrava as famílias africanas para as áreas urbanas, impedindo-os de acesso à terra, frente falta de moradia, controles do ir e vir, jogados para a execução de trabalhos mal pagos, restando o caminho da revolta.

Figura 7 – Capa do filme A Dry White Season



Fonte: Disponível em: <<https://www.tiff.net/events/a-dry-white-season>>. Acesso em: 18 jul. 2021.

No filme estadunidense *A Dry White Season*¹⁰⁴, 1989, dirigido por Euzhan Palcy, mais conhecido por apresentar um Marlon Brando velho e pelo desempenho de Donald Sutherland no papel do protagonista, retratou o Levante de Soweto, ocorrido em 16 de junho de 1976, quando estudantes em protesto pacífico reivindicavam uma educação de qualidade. “Com a recusa do africâner, como a língua do opressor bôer, os jovens trouxeram também o seu protesto contra a educação de bantos, que devia adestrá-los para serem serviçais da sociedade branca dominante” (WINNIE, 1987, p. 150).

¹⁰⁴ O título do filme em português é traduzido por *Assassinato sob custódia*.

Figura 8 - Estudantes iniciam a manifestações em Soweto em 1976



Fonte: Disponível em: <<https://efemeridesdoefemello.com/2016/06/16/estudantes-iniciam-o-levante-do-soweto-na-africa-do-sul/>> Acesso em: 18 jul. 2021.

Vinte e um mil jovens marcharam com slogans “Libertem Mandela”, “Libertem Sisulu!” Gritavam por Mandela e pela Carta da Liberdade. Os jovens andavam pelas ruas e cantavam canções sobre o líder preso na ilha de Robben, ao som de *Nikosi sikelel’ I Africa* (Deus abençoe a África).

Nikosi Sikelel’ I Africa,
Nkosi sikelel’ iAfrika
Maluphakanysw’ uphondo Iwayo
Yizmo imitandazo yethu
Nkosi sikelela, thina lusapho Iwayo¹⁰⁵.

Foi à sombra do hino que fez parte de todo o processo de luta, conduzidos no interior de uma vivência comunitária, na crença de um futuro partilhado, subjetividades na contramão de espaços instituídos por saberes e poderes ocidentais do individualismo, da castração e da morte. Cantando atravessaram estruturas de pensares eurocentrados, que majoritariamente contém a forma, mas nem sempre foram capazes de homogeneizar os interstícios, o imaginário desses sujeitos.

¹⁰⁵ A canção “Nkosi Sikel iAfrika”, foi composta em 1897, suas estrofes profundamente mergulhadas em uma cultura cristã, pois sua letra e composição se devem ao professor de uma escola missionária metodista, Enoch Mankayi Sontonga. No ano de 1927, o poeta Samuel Mqhayi, acrescentou sete estrofes Xhosas, neste mesmo período ela foi publicada. A canção tornou-se profundamente conhecida, ficando popularizada nas manifestações antiapartheid, rapidamente tornou-se símbolo da resistência ao regime.

Mesmo diante à decida aos infernos que o regime do apartheid lançou as populações africanas, os movimentos de rua, os jovens do MK, os trabalhadores em seus comícios, expressam culturas comunitárias de povos africanos, estes movimentos, como diria Maria Antonieta Antonacci, sempre emergem prenhes de muito som, músicas e gestuais¹⁰⁶.

Figura 9 - Manifestação popular pela libertação de Mandela, anos 1980.



Fonte: Disponível em: < <https://www.latimes.com/local/obituaries/la-me-nelson-mandela-20131205-story.html> >. Acesso em: 18 jul. 2021.

Recordando Hampâté Bâ, nas sociedades orais não apenas a função da memória torna-se mais desenvolvida, também a ligação entre o homem e a Palavra advém mais forte. “(...) Ele é a palavra, e a palavra encerra o testemunho daquilo que ele é”¹⁰⁷. Com punhos cerrados, com a força da palavra e memórias de suas lideranças encontraram a sua espera o serviço de segurança, homens brancos e negros, fortemente armados que lhes lembraram que aquela manifestação pacífica era ilegal.

A linha que os separava, era a fronteira entre a vida e a morte. De um lado, a força, a vitalidade de crianças e adolescentes que se recusavam a aniquilar seus corpos, a estabelecer

¹⁰⁶ Bela anotação, fruto do singular de Maria Antonieta Antonacci, professora e orientadora em um dos rascunhos deste texto.

¹⁰⁷ HAMPÂTÉ BÂ, Amadou. A tradição viva. In KI-ZERBO. *História Geral da África*, V.I. Brasília: UNESCO, 2010, p.168.

como parâmetro a mesma vida de seus pais. Do outro lado, a força do estado, a disciplina, a lei, tão bem representada pelos policiais, a *Necropolítica*.

Figura 10 - Policiais perseguem estudantes pelas ruas de Soweto em 1976.



Fonte: Moa Fanfa on Twitter. Disponível em: <<https://twitter.com/moafanfa/status/1008014969697374214>>. Acesso em: 21 jul. 2021.

Em mais um choque, o terror. Era preciso ter silenciado o canto, abaixado os punhos, a obediência e a resiliência teriam lhes possibilitado outro destino? Não o fizeram, seguiram desobedecendo, esse foi o crime imperdoável, a desobediência, além das surras costumeiras, dessa vez o castigo deveria ser maior.

Nas memórias de Winnie,

Eles marcharam contra o fogo cerrado das metralhadoras. Soweto ficou literalmente mergulhada na fumaça das metralhadoras. Os jovens caíam morrendo na rua, e para cada um que morria marchavam outros adiante.

Nós sempre soubemos que o inimigo estava fortemente armado. Entretanto, a decisão de combater, a ânsia de liberdade já era forte no coração dos nossos filhos, que estavam dispostos a enfrentar armas com pedras. Quando as pessoas querem realmente quebrar os grilhões da opressão, então nada mais as detém (MANDELA, 1987, p. 149).

Os policiais gritavam fogo! Uma nuvem de gás lacrimogênio envolvia os estudantes, enquanto tiros são disparados. As crianças se dispersam, iriam matá-las como se mata um kaffir e caçá-las com seus cães, arrebatando as portas das casas, e violentando qualquer um que se colocasse em seu caminho.

Inimigos mortais precisam ser aniquilados, precisavam aprender a obedecer, o regime acreditava que seria possível emudecê-las, aniquilando seus corpos, produzindo medo e terror. Entre as crianças desaparecidas, o personagem Jonathan, cujo pai seria morto por não obedecer a forças de segurança e calar-se, a mãe espancada até a morte, porque apesar de tudo não havia sido disciplinada. Por que temer a crianças?

Se estas crianças realmente são mortíferas, se protestaram como monstros, não coube aos policiais indagar a verdade¹⁰⁸, afinal este não é o seu trabalho, mas elas não estavam armadas, tinham coragem, entretanto não estavam armadas, porém, desobedeceram. Se há semelhanças entre elas e as crianças brancas? Na primeira fase do personagem Ben du Toit, ele afirma “Estes meninos estão loucos, bando de selvagens, a linguagem que entendem é a força, fugiram do controle (essa é a propaganda do regime, do qual docilmente acreditava).

O professor bem-apegoado, Ben du Toit e sua família africâner, vivem na zona habitada por luzes e dádivas, o almoço lhes espera a mesa, uma família feliz, com sonhos e perspectivas, um lindo quintal, com sua grama verde, uma casa confortável e negros por todos os lados limpando, costurando, cuidando do jardim, repousam em uma serenidade aterrorizante fechados em sua verdade.

Exposta em sua nudez, desvencilhado o desejo de acefalia e cegueira, o fim de apartheid, liberação nacional, o surgimento de uma nova nação. Para Frantz Fanon, não importa a assinatura, qualquer que seja o nome dado a processos de descolonização, é sempre um fenômeno violento, o colonizado bem sabe, de onde vem o seu bem-estar, para o autor,

El colono saca su verdad, es decir, sus bienes, del sistema colonial. La descolonización no pasa jamás inadvertida puesto que afecta al ser, modifica fundamentalmente al ser, transforma a los espectadores aplastados por la falta de esencia en actores privilegiados, recogidos de manera casi grandiosa por la hoz de la historia. Introduce en el ser un ritmo propio, aportado por los nuevos hombres, un nuevo lenguaje, una nueva humanidad. La descolonización realmente es creación de hombres nuevos. Pero esta creación no recibe su legitimidad de ninguna potencia sobrenatural: “la cosa” colonizada se convierte en hombre en el proceso mismo por el cual se libera (FANON, 1963, p. 31).

Se o regime de apartheid é fruto de um tipo de humanidade, regida pelo medo, a obediência e a felicidade individual, então que tipo de humanidade se coloca em sacrifício, que

¹⁰⁸ Segundo Foucault, As práticas judiciárias a maneira pela qual, entre os homens se arbitram os danos e as responsabilidades, o modo pelo qual, na história do Ocidente, se concebeu e se definiu a maneira como os homens podiam ser julgados em função dos erros que haviam cometido, a maneira como se impôs a determinados indivíduos a reparação de algumas de suas ações e a punição de outras, todas essas regras ou se quiserem todas essas práticas regulares, é claro, mas também modificadas sem cessar através da história, me parecem uma das formas pelas quais nessa sociedade definiu tipos de subjetividade; formas de saber e, por conseguinte, relações entre o homem e a verdade. FOUCAULT, Michel. Op. Cit. 1999, p.11.

tipo de humanidade dispõe de seu único bem: o corpo e confronta um muro belicoso e voraz. Diante desse muro impenetrável, como puderam acreditar em sua transformação?

Essa criação, esse ritmo próprio, as artimanhas contra o regime de apartheid, na práxis e na batalha das ideias, possibilitaram imaginar o inimaginável. Mas para tanto, era preciso romper as cadeias psicológicas que aprisionavam tanto quanto as barreiras institucionalizadas por exclusão. Evocando Fanon, “a descolonização realmente é criação de homens novos”¹⁰⁹.

Centrando em experiências de lutas sul-africanas alicerçadas em influências do Nacionalismo Africano, da Satyagraha, do Movimento Consciência Negra e do Obrerismo. Tal e qual, traços culturais de africanos e *uitlanders*, analisados no capítulo anterior, buscamos neste momento reconstituir os universos culturais, que alcançaram reposicionar da periferia para o centro da esfera pública, elementos de experiências políticas sul-africanas, excluídos no fazer-se de políticas excludentes dominantes.

O contra-ataque a natureza de políticas de apartheid ocorreu, também no campo da violência necessária, em ações de organizações como a Umkhonto We Sizwe, entre meados de 1960 ao final da década de 1980, pois ao enfrentarem o apartheid - das quais evidenciaremos duas dimensões: a amizade e a desobediência civil - propuseram para a África do Sul caminhos para a realização de uma humanidade partilhada.

3.1 NACIONALISMO AFRICANO

O ANC foi criado em 1912, inicialmente como Congresso Nacional do Nativo Africano, como o próprio nome indica nesse primeiro momento, era uma organização dedicada aos nativos, após alguns anos de sua instituição foi renomeado de Congresso Nacional Africano em 1923, sendo considerada a primeira organização sul-africana de caráter nacional, claramente inspirada no Congresso Nacional Indiano, partido indiano que desenvolvia ideologia nacionalista no esforço de tornar a Índia independente do Império Britânico (BRAGA, 2011, p. 278).

Reunia profissionais liberais, mas principalmente pessoas oriundas da nobreza tradicional dos diferentes povos nativos da África do Sul, enquanto uma resposta a clara percepção do pacto entre britânicos e africanos, que atribuiu aos primeiros o controle da economia e aos segundos o poder político.

¹⁰⁹ Ibidem.

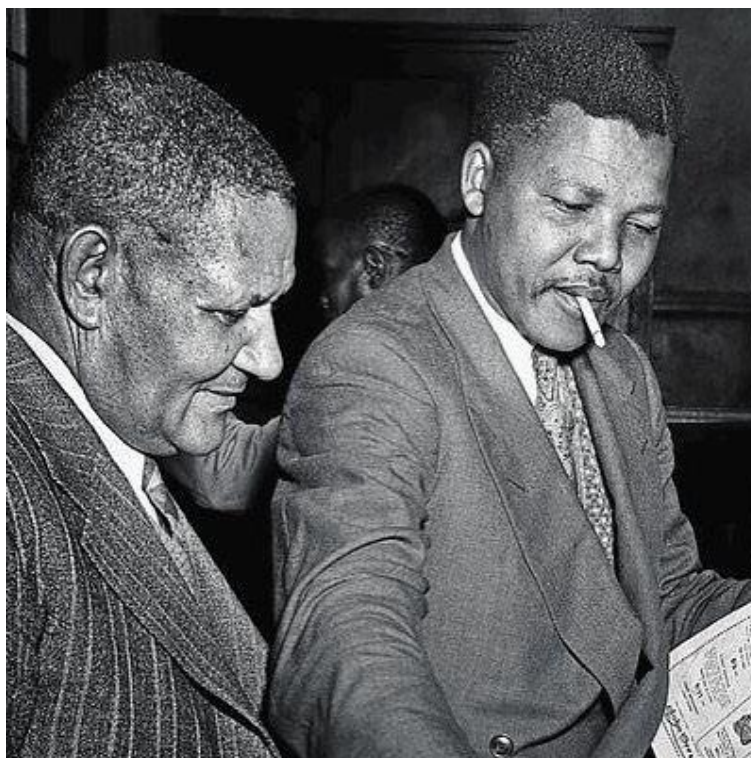
Atuavam dentro dos limites legais possíveis pela dominação e pelo regime institucionalizado em 1948, com o tempo se tornaram hábeis em escritas incessantes de cartas aos dirigentes do Partido Nacional, expressando suas reclamações e injustiças publicamente, sem que refletisse uma organização para enfrentá-los.

Para além de cartas e petições, já que as principais lideranças do partido eram também membros remediados da sociedade sul-africana, compondo no período uma classe média negra que a partir desses lugares podia tecer relações sociais de maior prestígio, formado por médicos, professores, advogados, muitos não estavam dispostos a colocar em risco as posições que lhes conferiam status e algum prestígio naquela sociedade em nome da luta contra apartheid.

Em resposta as mudanças que se avizinhavam, o Dr. Xuma, presidente do partido na época e inflexível à ideia de desobediência civil, era médico com uma clínica próspera e ampla, que não se arriscaria ir para a prisão. Substituído pelo Dr. Sebe James Moroka¹¹⁰, ambos tinham em comum sua condição social, igualmente médicos e donos de propriedade.

¹¹⁰Segundo Nelson Mandela, o Dr. Xuma era um médico e um dos negros mais ricos da África do Sul. Ele havia estudado em Edimburgo e em Viena. Seu avô havia sido chefe tribal no Estado Livre de Orange. MANDELA, Nelson. *Nelson Mandela Longa Caminhada até a Liberdade*. Curitiba, PR: Nossa Cultura, 2012, p. 142.

Figura 11 - Dr James Moroka, presidente do ANC e Nelson Mandela, da Liga da Juventude do ANC nos anos 1950.



Fonte: Disponível em: < <https://www.sahistory.org.za/node/141180>>. Acesso em: 18 jul. 2021.

Nem todos estavam dispostos a colocar as motivações da população sul-africana e a luta contra a desigualdade acima de seus próprios interesses. Portanto o prestígio, a posição social, os bens adquiridos, eram fatores a ser considerados, pois a mudança não viria daqueles que, embora não concordassem amplamente com as medidas do regime, puderam estabelecer-se. Neste sentido, o Dr. Xuma e o Dr. Moroka, levaram o discurso e a luta antiapartheid até a fronteira de seus próprios interesses.

O Dr. Moroka substituiu o Dr. Xuma na presidência do ANC, ambos tinham em comum sua condição social, igualmente médicos e donos de propriedade. Porém, ao ser preso em 1952, junto com outros dirigentes do CNA (Dr. Moroka, Walter Sisulu, J. B Marks, Nelson Mandela) e do Congresso Indiano (Dr. Dadoo, Yusuf Cachalia e Ahmed Kathrada) por promoverem objetivos do comunismo, surpreendeu a todos com sua atuação, ao submeter-se a um acordo humilhante de mitigação, ao Juiz Rumpff e entregar todos os seus companheiros ao banco das testemunhas para renunciar aos princípios sobre os quais o CNA havia sido fundado. Perguntado, se pensava que deveria haver igualdade entre negros e brancos (p. 171) na África do Sul, o Dr. Moroka respondeu que nunca haveria tal coisa. Nós nos sentimos como se estivéssemos murchando em desespero em nossas cadeiras. Quando seu próprio advogado lhe perguntou se havia alguém entre os réus que fosse comunista, o Dr. Moroka começou de fato a apontar seu dedo para várias pessoas, inclusive o Dr.

Dadoo e Walter. O juiz informou que aquilo não era necessário (MANDELA, 2012, p. 171).

A conduta do Dr. Moroka, no tribunal, foi um momento bastante difícil para o ANC, ao mesmo tempo possibilitou que o juiz Rumpff, condenasse a todos pelo que chamou de “comunismo estatutário”, de acordo com os estatutos da Lei e Repressão ao comunismo. Qualquer um que se colocasse contra os princípios do governo, mesmo que não fosse do partido comunista, poderia ser enquadrado como comunista estatutário,

(...) os dias do Dr. Moroka como presidente do CNA, estavam contados. Ele havia cometido o pecado fundamental de colocar seus próprios interesses acima dos interesses da organização e das pessoas. Ele estava relutante em arriscar sua carreira de médico e sua fortuna pelas suas crenças políticas, dessa maneira ele destruiu a imagem que havia construído durante três anos de trabalho corajoso em nome do CNA, e da Campanha de Desafio (MANDELA, 2012, p. 171).

Características apontadas, acerca de dois presidentes do ANC, Dr Xuma e o Dr Moroka, endossam reflexões de Fanon, acerca dos partidos políticos nacionalistas, e as motivações dos intelectuais colonizados, ou profissionais que passam a ocupar espaços de prestígio dentro dos espaços coloniais. É como se as memórias de Mandela se fundissem com as reflexões de Fanon, acerca de como estes sujeitos atuam no momento em que se deflagra um período de transição de forças: “un paso más y el dirigente del partido nacionalista guarda su distancia en relación con esa violencia. Afirma en alta voz que no tiene nada que ver con estos Mau-Mau, con estos terroristas, con esos degoladores”¹¹¹.

Amiúde, não apenas o individualismo apreendido por seus professores deve afirmar-se, assim como o egoísmo e a imbecilidade infantil, nas palavras de Fanon,

los partidos políticos nacionalistas no insisten jamás en la necesidad de la prueba de fuerza, porque su objetivo no es precisamente la transformación radical del sistema. Pacifistas, legalistas, de hecho partidarios del orden... nuevo esas formaciones políticas plantean crudamente a la burguesía colonialista el problema que les parece esencial: “Dénnos más poder” Los partidarios de los partidos nacionalistas son partidarios urbanos. Esos obreros, esos maestros, esos pequeños artesanos y comerciantes que han empezado_ en nivel menor, por supuesto_ a aprovechar la situación colonial tienen intereses particulares. Lo que esos partidarios reclaman es el mejoramiento de su suerte, el aumento de sus salarios (Idem. Op. Cit. 1963, p. 52- 53)

Quando da instituição de bantustões enquanto estados independentes, surgiu uma classe negra dirigente, embora dependente, que assumiu as responsabilidades administrativas e parte

¹¹¹ FANON, Frantz. *Los Condenados de la tierra*. Fondo de Cultura Económica: México, 1963, p. 55.

das atividades econômicas, particularmente comerciais. Essa nova classe, integrada por africanos, chamada a cooperar nesse esforço de racionalização das formas tradicionais de dominação econômica, social e racial, beneficiou-se da proposta neocolonial e aderiu, com sua enorme carga de contradições, propósitos de minar o processo e as lutas de libertação nacional.

“Essa pequena elite, beneficiada à margem do Apartheid, tentou cumprir seu papel de reduzir os anseios em torno da libertação nacional” (PEREIRA, 2011, p.131). Para Donald Woods, os chamados conservadores, como Chefe Buthelezi e outros líderes dos bantustões,

tentavam controlar o centro negro com uma política conciliatória para com os brancos, não por acaso foram chamados de colaboracionistas pela maioria negra, enquanto os líderes e militantes cassados, controlados, presos, assassinados ou que estavam na clandestinidade, eram chamados radicais (WOODS, 1988, p. 74).

O regime de apartheid criou mecanismos e legitimidade no corpo social, para além da força militar, em marcadores como interesses, funções e benesses, conjugando a organização estatal em conjunto com as relações de dominação que ocorriam no cotidiano. Outra questão, articulada a visão profundamente racista, em especial o mito do povo negro, ou a demarcação de um grupo cultural desviando a atenção da heterogeneidade no desenvolvimento da sociedade industrial, produziu o que V.Y. Mudimbe chamou de um espaço intermediário, com destaque para a inauguração de uma zona marcada pelo urbano e a presença de novas adesões dentro do sistema capitalista, em especial grupos definidos e as solidariedades de classe¹¹².

Em outras palavras, seja pelas implicações argumentadas por Fanon (1963) ou Mudimbe (2021), é nevrálgico apreendermos a complexidade da estrutura colonizadora, enredada a múltiplas negociações dos sujeitos neste novo espaço social, fato que os militantes tiveram que lidar durante toda a luta antiapartheid.

Nesse sentido, não menosprezando o regime, igualmente é importante localizar esses talhos, pois compõe a esfera dessas zonas coloniais, sendo fundamentais para a manutenção do redemoinho, nas cumplicidades de processos mais sofisticados e acabam escapando a generalizações costumeiras. Esse acontecimento nos aproxima da ideia do poder circular, desenvolvido por Foucault, “e com dominação, não quero dizer o fato maciço de “uma” dominação global de um sobre os outros, ou de um grupo sobre o outro, mas as múltiplas formas de dominação que podem se exercer no interior da sociedade”¹¹³.

¹¹²MUDIMBE, V.Y. *A Invenção da África: gnose, filosofia e a ordem do conhecimento*. Petrópolis: Editora Vozes, 2021.

¹¹³FOUCAULT, M. *Em Defesa da Sociedade*. São Paulo: WMF/Martins Fontes, 2016, p.24.

Ainda sobre este aspecto, conecto um fragmento de Winnie Mandela, ao explicar diferenças fundamentais entre a luta pela libertação radical, de correntes polidas ou transformadas em ouro, ao mesmo tempo em que explicita essa sedução e cumplicidade da servidão.

O Parlamento branco vai manter sempre o controle sobre as marionetes ‘de cor’ que ele conseguir atrair para reforçar o apartheid (...), enquanto o negro não quer que suas correntes sejam transformadas em ouro. Tampouco lhe importa que elas sejam um pouco polidas pelos negros instalados no conforto do edifício do Parlamento branco (MANDELA, 1987, p. 189).

De acordo com Winnie Mandela,

(...) a questão é, portanto, se você realiza ou não de forma direta e ativa a vontade deles, quando eles põem um cordão no seu pescoço para dirigi-lo como uma marionete, quando eles querem lhe prescrever o que você tem de pensar, como você tem de oprimir o seu próprio povo. Você então atravessa a fronteira quando aceita ser líder da homeland, quando se transforma na marionete do sistema (MANDELA, 1987, p.182 -183).

Desse modo, a mudança ocorreu a partir da juventude do ANC e das demais organizações que compunham um eixo de resistência, as quais mudariam profundamente o caráter da organização:

O CNA emergiu como uma organização verdadeiramente baseada nas massas com um corpo impressionante de ativistas experientes, que haviam enfrentado a polícia, os tribunais e as cadeias ... da campanha de Desafio em diante, ir para a prisão tornou-se um emblema de honra entre os negros africanos” (MANDELA, 2012, p. 172).

No manifesto da Liga da Juventude do ANC, em março de 1944, no item sobre Declaração de sua posição política, a Liga fez a seguinte ponderação,

Os africanos encaram a civilização como a herança comum de toda a humanidade, e reivindicam o pleno direito de dar sua contribuição para o seu progresso e de viver em liberdade, como qualquer sul-africano branco. Mais ainda: reivindicam o direito de ter acesso a todos os recursos e organismos, para gozar os benefícios e cumprir com as tarefas que o colocarão em pé de igualdade com qualquer outro grupo racial sul-africano.

A maioria dos homens brancos considera que o destino da raça branca é dominar o homem de cor. A crueldade de sua dominação, no entanto, está despertando, na África do Sul, sentimentos de ódio em relação a todas as barreiras que impedem o livre exercício da cidadania, e esses sentimentos não podem mais ser ignorados.

Na África do Sul, o conflito se manifestou em dois aspectos: um deles, o confronto das raças; outro, o dos ideais. O homem branco encara o universo como uma gigantesca máquina avançando pelo tempo e pelo espaço em direção a sua destruição final _os indivíduos, nele, são só pequenos organismos, ou vidas privadas que levam a mortes privadas: sucesso, poder pessoal e fama são as medidas absolutas de valor,

razões para se viver ponto. Esta visão sobre a vida divide o universo em uma série de pequenas entidades individuais que não podem evitar o constante conflito, acelerando, desta forma a aproximação do momento da destruição final (Fundo Internacional para a defesa da África Austral – IDAF, 1989, p. 34).

Na verdade, a visão cósmica das nações capitalistas pode ser caracterizada em termos de domínio, exploração, conquista, “a maioria dos homens brancos considera que o destino da raça branca é dominar o homem de cor”¹¹⁴, contudo o que a história ocidental tem presenciado desde o tráfico negreiro, é que ela não se expressa unicamente em termos de domínio, mas fundamentalmente de aniquilação, como diria Achille Mbembe. O desejo de produzir *A Sociedade da Inimizade* em escala planetária, tendo em conta as suas múltiplas configurações e descontinuidades, “na África do Sul, o conflito se manifestou em dois aspectos: um deles, o confronto das raças; outro, o dos ideais. O homem branco encara o universo como uma gigantesca máquina avançando pelo tempo e pelo espaço em direção a sua destruição final”¹¹⁵. Se pudermos notar uma genealogia comum entre as nações capitalistas e sua guerra pela manutenção de poder, uma guerra expressa na violência, na lei, na produção do indivíduo.

Sendo

que os indivíduos são só pequenos organismos, ou vidas privadas que levam a mortes privadas: sucesso, poder pessoal e fama são as medidas absolutas de valor, razões para se viver ponto. Esta visão sobre a vida divide o universo em uma série de pequenas entidades individuais que não podem evitar o constante conflito, acelerando, desta forma a aproximação do momento da destruição final (Ibidem).

Devido à sua crítica à civilização ocidental moderna, Mbembe tem refletido sobre saberes ocidentais e suas novas configurações, enquanto sinalizam para um mundo pretensamente secularizado, regido pela Razão, ainda que persista o desejo onírico pelo encontro do apocalipse, atualizando as possibilidades dessa destruição final, enredando o mundo todo em suas profecias religiosas e na busca da pureza racial.

Apesar dos horrores do tráfico negreiro, do colonialismo, do fascismo, do nazismo, de genocídios e de outras carnificinas, as nações ocidentais, em particular com os intestinos distendidos por toda a espécie de gases, continuam a mobilizar o racismo ao serviço de todas as histórias mais ou menos rebuscadas, mais ou menos homicidas (MBEMBE, 2017, p. 100).

¹¹⁴ MANDELA, Nelson. Op. Cit. 2012, p. 172.

¹¹⁵ Ibidem.

Sair do esquema mental que reflete isoladamente o trágico do desenvolvimento capitalista, sem desejar perceber que há um fio de Ariadne¹¹⁶ que os organiza. Não se trata de um exercício isolado do poder, quase um ato de loucura da mente humana, contudo a destruição humana como existências fragmentadas constituem o espaço político do passado e do presente.

Localizados na África do Sul, Massacre de Sharpeville, Massacre de Soweto, o banimento, o assassinato sistemático de lideranças, sabendo que muitos sul-africanos foram assassinados nas prisões, nas mãos da Polícia de Segurança do governo nacionalista, nomeados frequentemente com: suicídio por enforcamento, causas não reveladas, causas naturais. A cosmovisão da morte é confrontada por cosmovisões comunitárias, heranças de universos culturais africanos,

os africanos encaram a civilização como a herança comum de toda a humanidade... Os africanos, por outro lado, encaram o Universo como um todo composto; uma entidade orgânica, dirigindo se progressivamente na direção da conquista de uma harmonia maior e de união, na qual as partes individuais existem apenas como aspectos interdependentes de um todo, realizando os objetivos de sua vida integralmente na vida coletiva onde a Felicidade da comunidade é o parâmetro absoluto dos valores. Sua filosofia de vida caminha em direção a unidade de agregação no sentido de maior responsabilidade social (Fundo Internacional para a defesa da África Austral – IDAF, 1989, p. 35).

Em março de 1960, após o Massacre de Sharpeville, o partido foi proibido pelo regime e passou a desenvolver suas atividades na clandestinidade, voltando à legalidade somente em 1990.

3.2 SATYAGRAHA E A CAMPANHA DE DESOBEDIÊNCIA

Em meados da década de 1940, Mandela estava profundamente interessado em conhecer mais o povo indiano e saber de suas lutas. Os indianos haviam iniciado com lutas contra as injustiças raciais no país, ademais o Congresso Nacional Africano, desde sua fundação em 1912, tinha como inspiração o Congresso Indiano de Natal.

¹¹⁶ Este belo elemento do mito Teseu e o Labirinto foi brilhantemente analisado por Flávia Regina Marquetti em *O fio de Ariadne - o Touro da IDA*. Disponível em: <https://antiguidadeclassica.com.br/website/edicoes/setima_edicao/3.pdf>. Acesso em: 04 fev. 2021.

Figura 12 - Nelson Mandela e Nana Sita em 1952.



Fonte: BENSON, Mary. *Nelson Mandela: o homem e o movimento*. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 127.

Ao se aprofundar nas lutas políticas da África do Sul, compreendeu não serem os africanos nativos os únicos a terem seus direitos negligenciados. Ao cursar a faculdade de Direito na Universidade de Witwatersrand, Mandela foi marcado por dois colegas da faculdade, Ismail Meer e J.N Singh, ambos tendo papel importante na Campanha de resistência passiva em 1946, contra a lei do “Gueto”, do primeiro-ministro Jan Smuts.

Figura 13 - Fundadores do Congresso Indiano de Natal em 1895, Gandhi é o quarto à direita



Fonte: Disponível em: < <https://slideplayer.com.br/slide/11807912/>>. Acesso em: 18 jul. 2021.

Na África do Sul, os indianos estavam divididos segundo a função desempenhada, contrato de trabalho e religião, das quais compreendiam diferentes relações no seio social, embora fossem normalmente chamados por europeus e africanos como coolies ou sâmi. Havia os comerciantes muçulmanos, que se nomeavam “árabes”, depois os empregados hindus e ainda os empregados persas. Para serem levados a sério, os empregados hindus deviam misturar-se aos “árabes”, sendo que os seus colegas persas davam-se o nome de “persas”. Segundo Gandhi,

Essas três categorias entrelinham certas relações sociais. Mais o grupo muito mais importante era aquele dos trabalhadores livres ou sob contrato, os tâmuls, telugs e indianos do norte. Os trabalhadores sob contrato eram os que vinham para Natal depois de haver assinado um compromisso por cinco anos (GANDHI, 2019, p. 124).

Os trabalhadores sob contrato dividiam-se em três grupos: mulçumanos, hindus e cristãos, estes eram, por sua vez, descendentes de trabalhadores de contrato convertidos ao cristianismo.

Em 1950, no dia 26 de junho, após recrudescimentos do regime, o ANC, o SIAC, Congresso Indiano da África do Sul, em sua sigla em inglês lançaram uma campanha de mobilização massiva, conhecida como Dia Nacional de Protestos,

Naquele primeiro dia da Campanha do Desafio, mais de 250 voluntários violaram leis injustas pelo país e foram presos. Foi um início auspicioso. Nossas tropas eram ordeiras, disciplinadas e confiantes. Durante os cinco meses seguintes, 8.500 pessoas participaram da campanha. Médicos, operários de fábricas, advogados, professores, estudantes, clérigos, todos desafiaram e foram presos. Eles cantavam “Ei, Malan! Abra as portas da cadeia. Nós queremos entrar” (MANDELA, 2012, p.165-166).

Importa salientar como ao longo dos tempos, os mais diversos grupos sociais em luta contra opressões vividas, trocam engenhosidades, saberes, produção de conhecimentos constituídos a partir de suas próprias experiências de enfrentamento.

Segundo Enrique Dussel:

(...) los procesos históricos concretos de liberación nacional o regional ante el colonialismo europeo, la cual comienza en el Sur con Haití en 1804 ante Francia, en 1810 con otros territorios de América Latina ante España y Portugal, y aproximadamente después de la Segunda Guerra Mundial en África y Asia, permiten la aparición de filosofía de la liberación de este colonialismo que determina un momento creativo a tener se en cuenta” (DUSSEL, 2015, p. 91).

Para o autor, os momentos políticos e culturais de liberação foram momentos criativos, que permitem a enunciação de tradições de pensamento antes esquecidas ou sufocadas pela

hegemonia ocidental. E aquela campanha de desobediência civil denotou uma nova fase no combate ao apartheid,

Em consenso haviam decidido mudar a tática, conduzindo-a através da satyagraha. Também discutimos se a campanha devia seguir os princípios de Gandhi de não violência, que busca conquistar através da conversão. Alguns defendiam a não violência em bases puramente éticas, dizendo que ela era moralmente superior a qualquer outro método. Essa ideia foi defendida fortemente por Manilal Gandhi, filho de Mahatma e editor do jornal Indian Opinion, que era um proeminente membro do CIAS. Com sua conduta calma, Gandhi parecia a própria personificação da não violência, e ele insistiu que a campanha fosse conduzida em linhas idênticas aquelas de seu pai na Índia (MANDELA, 2012, p.156).

O diálogo, embora retroceda no tempo, nos importa no sentido que evidencia a trajetória da luta e suas nuances, outrossim nos aponta os moldes de resistência e saberes disponibilizados em quatro décadas de enfrentamentos. Não se tratou de uma coordenada fixa de resoluções, mas de percepções, de conhecimentos acumulados que se entrelaçaram, provenientes da luta anticolonial e antiapartheid de povos que compartilhavam os mesmos objetivos e, neste caso, o mesmo território, na contínua capacidade daqueles sujeitos construir novos arranjos entre componentes culturais heterogêneos. Seguindo a discussão,

Outros afirmaram que devíamos empregar o método exigido pelas condições. Se um método ou tática em particular nos permitia derrotar o inimigo, então deveria ser utilizado. Nesse caso, o Estado era bem mais poderoso do que nós, e qualquer tentativa de violência de nossa parte seria devastadoramente esmagada. Isso fez com que a não violência se tornasse uma necessidade prática ao invés de uma opção (MANDELA, 2012, p.156).

Se para Gandhi, líder pacifista que construiu a noção de Satyagraha, enquanto viveu na África do Sul: baseada em uma ética transformadora do opressor, pensamento filosófico que reside na força da alma e a busca da verdade. Foi criada sob a crença no deus hindu Vishnu, que tem como preceito a não violência. Segue os versos que se tornaram um princípio norteador em suas experiências,

Se recebeste água, dá um bom jantar;
Por uma inclinação de cabeça, faze uma reverência sólida;
A quem te salvou a vida, dá a tua em sua infelicidade;
Por uma boa ação, conta dez; em espírito, em palavras e em ato,
Aquele que faz o bem pelo mal é como se tivesse conquistado o mundo
(GANDHI, 2019, p. 148).

Nas palavras do autor português Boaventura, em reflexão que sublinha conhecimentos e ideias do líder indiano e sua relação com as lutas de libertação nacional na África,

A não- cooperação e o boicote são meios de luta normalmente identificados com Ghandi. No entanto, quer inspirado em Ghandi ou não, o boicote esteve sempre presente nas lutas de libertação na África, tanto contra o colonialismo como contra o apartheid do regime branco da África do Sul (SANTOS, 2019, p. 109).

Entretanto, se a não violência era compreendida como um princípio inviolável para o líder indiano, para Nelson Mandela este era um ponto questionável, esta tática deveria ser utilizada por eles naquele momento, já que era uma necessidade diante da diferença de forças entre o regime e a luta de resistência, sendo mobilizada enquanto fizesse sentido.

Em suas memórias, Mandela ainda considerou,

Esse era o meu ponto de vista, e eu via a não violência no modelo de Gandhi não como um princípio inviolável, mas como uma tática a ser utilizada à medida que a situação exigia. A princípio não era tão importante que a estratégia devesse ser utilizada mesmo quando fosse ineficiente, como o próprio Gandhi acreditava. Eu conclamei por protestos não violentos durante o tempo em que eles fossem efetivos. Essa visão prevaleceu apesar das objeções firmes de Manilal Gandhi (MANDELA, 2012, p. 156).

Após a campanha antirremoção da cidade de Sophiatown para Meadowlands, entre os anos de 1954 e 1955, ocorreu uma nova percepção da correlação de forças para Madiba, em especial ao perceber que o CNA não tinha ferramentas para dar alternativas para aquela população,

Nós nunca fornecemos ao povo uma alternativa à mudança para Meadowlands. Quando as pessoas perceberam que não podíamos nem parar o governo nem fornecer alojamentos para eles em outro lugar, sua própria resistência se esvaiu e o fluxo para Meadowlands aumentou (MANDELA, 2012, p. 205).

Segundo suas memórias, tal fato foi fundamental para repensar a própria natureza da luta e sua eficácia,

A lição que aprendi com a campanha foi que no final nós não tínhamos alternativa alguma senão resistência armada e violenta. Repetidamente, havíamos utilizado todas as armas de não violência em nosso arsenal – discursos, delegações, ameaças, marchas, greves, ficar em casa, prisões voluntárias – tudo em vão, pois tudo o que fazíamos era respondido com mão de ferro. Um guerreiro pela liberdade aprende da maneira mais difícil que é o opressor que define a natureza da luta, e ao oprimido frequentemente não se deixa recurso algum senão utilizar métodos que espelham aqueles do opressor. Em certo momento, só é possível lutar contra o fogo usando o fogo ancorado sobre os conhecimentos da luta armada e não para a reconciliação com seus opressores. ((MANDELA, 2012, p. 206).

Naquele primeiro dia da Campanha do Desafio, quando mais de 250 voluntários violaram leis injustas e foram presos, tornou-se um início auspicioso. “Nossas tropas eram ordeiras, disciplinadas e confiantes”, como lembrara Mandela.

3.3 A VIOLÊNCIA NECESSÁRIA

Resistência pacífica e não violenta é eficiente à medida que o seu oponente respeita as mesmas regras que você. Mas se um protesto pacífico é recebido com violência, sua eficácia chega ao fim.

MANDELA, Nelson (2012, p. 195)

A luta armada passou a ser discutido dentro do ANC, desde 1960, embora nas memórias de Nelson Mandela, pontuou que desde 1952 vinha refletindo sobre o tema com Walter Sisulu, enquanto mudança de tática na luta pela libertação. Entretanto, a partir de 1960, realmente a discussão passou a ser uma pauta do Congresso, após o Julgamento por Traição, ao qual foram submetidos dezenas de militantes do ANC.

Figura 14 - Nelson Mandela em companhia de oficiais argelinos em 1962



Fonte: BENSON, Mary. *Nelson Mandela: o homem e o movimento*. São Paulo: Brasiliense, 1987, p.133.

Houve um aumento da violência do regime, responderam a desobediência com repressão a greves, reuniões foram proibidas, impressoras confiscadas, em período em que o ANC já estava na ilegalidade, com um cerco bem maior do que haviam conhecido em torno dos movimentos de libertação,

Eu mal comecei a fazer a minha proposta, quando Kotane, secretário do Partido Comunista e uma das figuras mais poderosas da executiva do CNA, realizou contra-ataque, acusando-me de não ter refletido sobre a proposta com cuidado suficiente. Ele afirmou que eu havia sido vencido estrategicamente e paralisado pelas ações do governo, e que agora eu estava lançando mão de linguagem revolucionária por desespero. “Ainda há espaço”, enfatizou “para os velhos métodos se formas suficientemente imaginativos e determinados. Se embarcarmos no curso de ação que Mandela está sugerindo, estaremos expondo pessoas inocentes a massacres pelo inimigo (MANDELA, 2012, p. 332).

Em suas memórias, Mandela registrou esse diálogo,

fui franco e aberto e expliquei por que acreditava que não tínhamos escolha senão recorrermos à violência. Utilizei uma velha expressão africana: Sebatana há se bakwe ka diatla (Os ataques da besta selvagem não podem ser impedidos apenas com as mãos nuas). Moses era um comunista da velha guarda, e eu lhe disse que a sua oposição era como a do partido comunista em Cuba, sob Batista. O partido insistiu que as condições apropriadas ainda não haviam chegado, e ficou aguardando porque eles estavam simplesmente seguindo as definições idealizadas de Lênin e Stalin. Castro não ficou esperando, ele agiu e triunfou. Se você ficar esperando por condições ideais, elas nunca vão ocorrer. Disse a Moses, à queima-roupa, que a sua mente estava presa ao velho molde do CNA como uma organização na legalidade. O povo já estava

formando unidades militares por conta própria, e a única organização que tinha musculatura suficiente para liderá-lo era o CNA. Sempre afirmamos que o povo estava muito à frente de nós, e agora estava (MANDELA, 2012, p. 332-333).

O ano de 1960 foi de muitas discussões e debates, em torno do uso ou não da violência. Contudo, apenas em 1961 foi instituído o Braço Armado do Congresso Nacional Africano, com o apoio do Partido Comunista, tendo como líderes Walter Sisulu e Nelson Mandela.

Segundo o historiador nigeriano e professor de estudos africanos, Toyin Falola,

[...] as particularidades de algumas colônias africanas levaram a uma interpretação do encontro com a Europa mais radical e combativa, certamente menos permissiva e indulgente, inclusive com as mudanças mais positivas introduzidas na era colonial . . . Nas colônias portuguesas, a independência foi postergada até a década de 1970, marcada pela violência e pela guerra prolongada. Na África do Sul, a política de *apartheid* minou as relações raciais e radicalizou a elite negra. Nessas áreas, vários pensadores marxistas e radicais surgiram, oferecendo perspectivas que diferiam em alguns aspectos dos nacionalistas culturais. Alguns exemplos notáveis são Sekou Toure, da Guiné, Amílcar Cabral, de Guiné Bissau, Agostinho Neto, de Angola, Edouardo Mondlane, de Moçambique, e Nelson Mandela e Steve Biko, da África do Sul (FALOLA, 2020, p. 69).

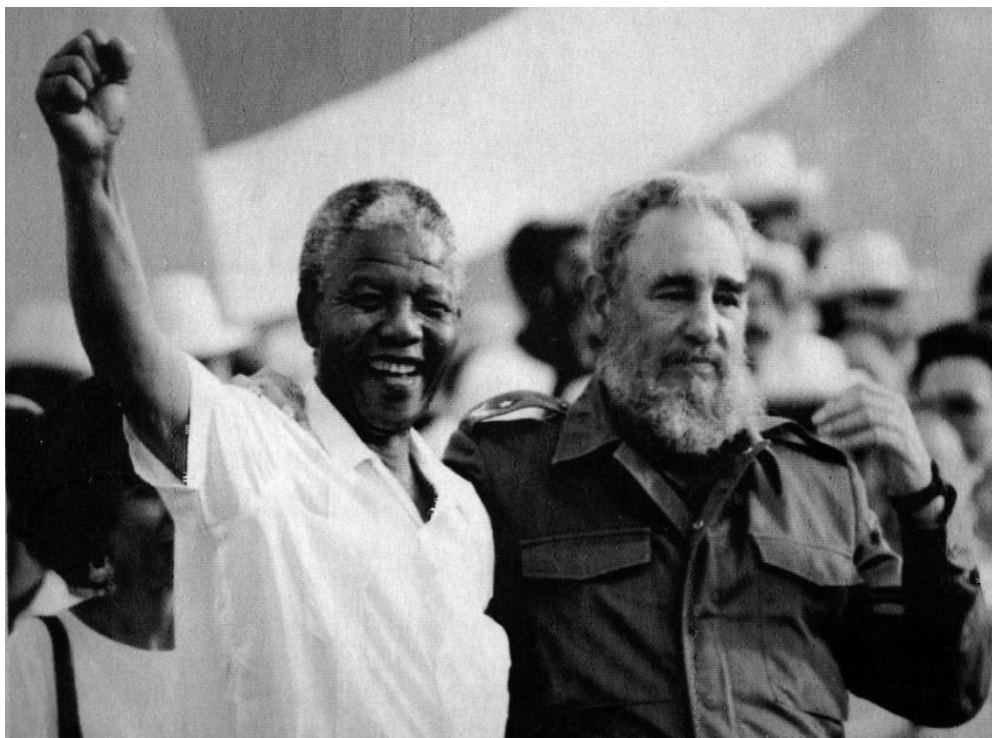
Doravante, a discussão em torno de recorrer ou não à violência para alcançar a liberdade, não se desenhou como questão singular da África do Sul, porém uma reflexão que muitas lideranças africanas anticoloniais enfrentaram, tais como Kwame Nkruma (Gana), Tom Mboya (Quênia), Julius Nyerere (Tanzânia), Mandela (África do Sul), Amílcar Cabral (Guiné Bissau) e Frantz Fanon (Argélia).

Nas palavras de Falola,

Na década de 1950, Frantz Fanon se juntou às fileiras crescentes de revolucionários após a Segunda Guerra Mundial. A crítica ao encontro colonial se tornou mais devastadora e os textos de Fanon eram o evangelho dos militantes de esquerda. Fanon e a elite sul-africana associavam a violência à superação do racismo e à conquista da liberdade, eles argumentavam que, em um contexto racializado, a autodeterminação seria difícil e que a violência era um meio de resolver os conflitos e as relações raciais coloniais. Na falta de um nome melhor, surgiu uma escola “Fanoniana”, com uma orientação intelectual que combinava as noções de classe e cultura para compreender a realidade do encontro com os europeus. Nessa linha de pensamento, o encontro foi uma forma de dominação cultural que desumanizou os africanos e arruinou muitas de suas instituições... (FALOLA, 2020, p. 70).

O enfrentamento ao regime colonial também expressa a presença de uma política anticolonial e de nomes como Fidel Castro, Coronel Muamar Gaddafi, Yasser Arafat, Samora Machel, Kenedi Kaunda. Mais tarde Mandela foi cobrado pela imprensa norte-americana pelo diálogo e relacionamento com essas lideranças.

Figura 15 - Nelson Mandela em visita a Fidel Castro em Cuba, 1991.



Fonte: Disponível em: < <https://blogs.oglobo.globo.com/blog-do-acervo/post/fotos-mostram-nelson-mandela-com-estadistas-de-diferentes-ideologias-como-fidel-castro-bill-clinton-lula-e-fh.html> >. Acesso em: 18 jul. 2021.

Em 1990, em sua primeira entrevista concedida durante sua visita aos EUA, Nelson Mandela foi interrogado sobre seu apoio ao líder palestino Yasser Arafat, ao participar da Rede ABC, com Ted Koppel,

O senhor se encontrou nos últimos seis meses três vezes com Yasser Arafat. São esses os seus modelos de líderes de direitos humanos? Se são, o senhor gostaria que um Kadafi, um Arafat ou um Castro fosse um futuro presidente da África do Sul?

Nelson Mandela: Um dos erros que alguns analistas políticos cometem é pensar que seus inimigos deveriam ser nossos inimigos. Nossa atitude em relação a qualquer país é determinada pela atitude daquele país com a nossa luta. Yasser Arafat, Coronel Kadafi, Fidel Castro apoiam a nossa luta ao máximo. Eles não apoiam apenas retoricamente. Estão alocando recursos a nossa disposição para nós travarmos a luta. Essa é a posição.

Senhor Siegman: Acho que eu seria desonesto se não expressasse profundo desapontamento com a resposta que o senhor Mandela deu à pergunta precedente, porque ela sugere um certo grau de amoralidade.

Nelson Mandela: No que diz respeito a Yasser Arafat, eu expliquei ao Senhor Siegman que nós nos identificamos com a OLP, porque, assim como nós, eles estão lutando pelo direito a autodeterminação.

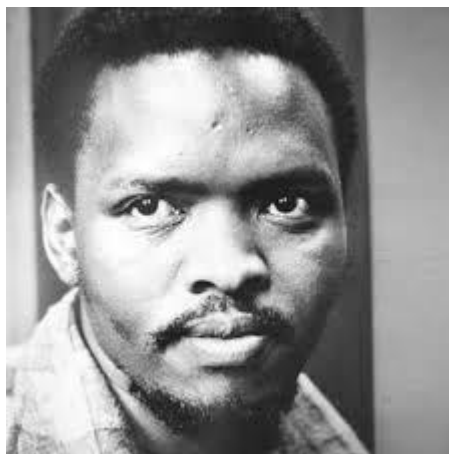
Companheiros de luta e infortúnio, os líderes dos movimentos nacionais foram fundamentais para que, no pior momento da luta, a partir dos anos 1960, seja na África do Sul, seja no exterior os esforços dos africanos por autodeterminação fossem mantidos. Seja apoiando a ação do MK nas fronteiras do país, seja dando suporte político e financeiro para as ações da

direção do ANC no exílio, fundamental na coordenação do ativismo internacional que contribuiu para pôr fim ao regime de apartheid. Como nos lembra Nelson Mandela, por vezes ela, a violência, foi a única forma de forçar o governo a sentar em mesa de negociações.

3.4 MOVIMENTO CONSCIÊNCIA NEGRA

A luta dos estudantes, em especial do Movimento Consciência Negra e sua liderança, Steve Biko, tornaram-se fundamentais a forjar o desequilíbrio necessário para impor, entre outras negociações, a saída da prisão das lideranças banidas, ademais de produzir uma maior instabilidade do regime.

Figura 16 - Bantu Steve Biko, líder do Movimento Consciência Negra.



Fonte: Disponível em: <<https://www.zonacurva.com.br/importancia-de-steve-biko-e-movimento-de-consciencia-negra-na-africa-sul/>>. Acesso em: 18 jul. 2021.

O movimento, desde o início não foi bem compreendido. Fosse por lideranças tradicionais, como posteriormente por seus intérpretes estrangeiros. Analúcia Pereira, especialista em História Sul Africana, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, argumenta que o Movimento foi fruto do descontentamento “de um grupo de negros barrados pelo apartheid”, nos anos 1950, e que acabou se envolvendo com movimentos de esquerda europeus e estadunidenses¹¹⁷.

¹¹⁷PEREIRA, Analucia D. Op Cit, 2012. p.98.

Figura 17 - Winnie Mandela em uma manifestação nos anos 1970.



Fonte: Disponível em: < <https://www.sowetanlive.co.za/opinion/columnists/2018-04-12-what-i-as-young-black-female-learned-from-winnie-madikizela-mandela/>>. Acesso em: 18 jul. 2021.

Já Winnie Mandela, em suas memórias, ao refletir sobre o lugar dos brancos no Congresso Nacional Africano, e rejeitar aqueles que não viam com bons olhos sua presença nas organizações africanas, declarou

este tipo de pensamento, que predomina no Movimento Consciência Negra, só leva a separar os homens, e só leva a separar as massas, pois todos, inclusive o governo, sabem que a situação neste país não permite a exclusão dos brancos. O fato que na oitava década do Século XX ainda existam homens que lutam por diferenças ideológicas dessa espécie, que continuam procurando determinar a direção de uma luta iniciada há quatrocentos anos, demonstra como o pensamento é imaturo (MANDELA, 1987, p. 181).

Figura 18 - Donald Woods e Steve Biko em 1970.



Fonte: Disponível em: < <https://www.sahistory.org.za/content/steve-biko-and-his-friend-donald-woods-former-editor-daily-dispatch-during-1970>>. Acesso em: 18 jul. 2021.

Donald Woods (1988), biógrafo e amigo de Steve Biko revelou que ele próprio tinha divergências com o Movimento. Segundo ele, “mesmo com todos os benefícios de uma educação branca, eu não podia competir intelectualmente com esse relativamente jovem”.

[...] eu há muito considerava o Movimento Consciência Negra como algo negativo, retrógrado, com conotações raciais. Mas com uma melhor compreensão de tudo o que ele implicava, percebi que em tais circunstâncias sua validade não podia ser racionalmente questionada nem inteiramente percebida por um não negro. Os adeptos do movimento eram incrivelmente diferentes da maioria dos negros que encontramos normalmente. Tinham mais orgulho, eram mais confiantes, descontraídos e articulados. Ironicamente, apesar de serem defensores da Consciência Negra, sua negritude era a coisa mais fácil de ser esquecida. Isso ocorria particularmente no caso de Biko, no sentido que sua personalidade e filosofia transcendiam muito as questões de raça e cor (WOODS, 1988, p. 107).

Anthony Sampson também percebera ao retornar a África do Sul nos anos 1970, um duplo movimento. De um lado, a opinião pública pró-apartheid parecia confiante na perenidade do regime e sua capacidade de afastar “o perigo negro”. De outros clérigos, como o pastor dissidente Beyers Naude, alertava para anos de políticas de separação, “é claro que os africanos estão ficando mais interessados no Poder Negro [...] parte do governo estão compreendendo que desencadeou uma força que não pode controlar”¹¹⁸.

¹¹⁸ SAMPSON, Anthony. Op. Cit.1988, p.119.

Não por acaso, segundo o depoente, os negros estavam abandonando as igrejas cristãs convencionais e aderindo a igrejas “separatistas”. “Quando lhes pergunto por que estão deixando a Igreja Anglicana, eles falam sobre Poder Negro”, disse-lhe Leo Rakale, um teólogo negro conservador¹¹⁹.

Leitores de escritas africanas, como da liderança argelina de Franz Fanon, argumentavam o Movimento Consciência Negra representou um novo ímpeto a revolta, tendo como referência a jovem liderança de Steve Biko, estudante de Cabo Oriental que, como vimos em 1969, rejeitou a NUSAS e organizou a Organização dos Estudantes da África do Sul, SASO na sua sigla em inglês. “Seu movimento fazia parte de uma nova insistência (...) em que os negros possuíam valores e tradições próprios; e o vocábulo **negro** estava sendo garbosamente adotado como parte de um orgulho de espíritos novos, tanto na África como nos Estados Unidos”¹²⁰.

Tendo informes de velhos militantes da luta antirracista, “estava mais difícil falar de política em Soweto”, enquanto muitos partidários do ANC temiam os objetivos do Movimento; entretanto sabemos que os jovens eram saudados por Winnie Mandela.

¹¹⁹ Ibidem, p.11.

¹²⁰ Ibidem, p.122.

Figura 19 - Barney Pityana, presidente da SASO em 1970.



Fonte: Disponível em: < <https://artsandculture.google.com/exhibit/steve-biko-o-movimento-da-consci%C3%A2ncia-negra-steve-biko-foundation/AQp2i2l5?hl=pt-BR>>. Acesso em: 18 jul. 2021.

Segundo Barney Pityana, em depoimento a Anthony Sampson, “sabíamos que a geração mais jovem queria ir adiante com as coisas, com uma base mais ampla. Winnie era muito franca e abriu o coração para nós. Steve sempre ia vê-la quando estava em Johannesburgo”¹²¹. Muitos introduziram, a partir de releituras da *Teologia da Libertação* e da *Pedagogia do Oprimido*, Frantz Fanon e Paulo Freyre, novas táticas de organização e militância, com ênfase na formação de quadros nas unidades de ensino superior e básica, como nos espaços comunitários.

Diferente das experiências anteriores, seu foco estava nos africanos urbanizados, abertos a coloreds e indianos, todos abarcando o termo negro. Aparentemente, em adesão a ideologia de orgulho racial, evocado pelo regime apartheid, o Movimento tornou-se referência para/periferias citadinas, como Soweto, constituindo uma plataforma de unificação de diferentes

¹²¹ SAMPSON, Anthony. Op.Cit. 1988, p.122.

grupos oprimidos da África do Sul, assentados no protagonismo da juventude, cujo ponto alto foram as Manifestações contra a Educação Bantu, em 1976.

Barney Pityana, amigo e fundador do Movimento Consciência Negra, presidente da SASO em 1970, argumentava ser praticamente impossível fazer uma boa análise política da África do Sul, sem citar Bantu Steve Biko e o Movimento Consciência Negra,

[...] a Consciência Negra fez surgir uma nova era de consciência política, por meio do qual os próprios oprimidos estavam assumindo a responsabilidade por seu destino político, o que deu confiança – embora alguns chamassem de arrogância – aos jovens negros, especialmente para que expressassem suas aspirações (PITYANA, 1990, p. 22-23).

Naquele contexto, a liderança do movimento de libertação da África do Sul, principalmente após o Massacre de Sharpeville, estava presa, banida ou exilada. Lideranças tradicionais, paulatinamente transformadas em governantes dos Bantustões, como Gasha Buthelezi e seu partido, o Inkatha, também passaram a reivindicar a representação dos sul africanos nativos, enquanto intensificava a repressão e vigilância nas cidades segregadas, as famosas townships.

Neste quadro, “a estratégia de Consciência era ressuscitar a verdadeira política de libertação, orientar as pessoas para os verdadeiros líderes na prisão ou no exílio, e unificar as lutas pela libertação”, conforme considerações de Pityana (1990, p. 21).

De acordo com o antigo presidente da SASO,

A chave para essa reviravolta conceitual era uma nova definição de negritude: a que tratava do fato objetivo da experiência de opressão e injustiça e que fazia um apelo as comunidades negras para que assumissem uma nova maneira de entender a negritude, que permitia uma participação total de asiáticos e coloreds (PITYANA, 1990, p. 24).

Ou seja, não se tratava de adesão a percepção sul africana de uma sociedade multirracial, como o termo parece sugerir. Mas de um duplo esforço para se apresentar como continuidade de uma tradição de lutas por libertação, ao mesmo tempo unificando as diferentes comunidades de uma ou outra forma, vítimas da supremacia branca. Perspectiva que os levava a distanciamento dos antigos ciclos liberais e aproximação de atividades comunitárias, atuando em clínicas de saúde e em esforços de alfabetização. Não por acaso, como já informamos, é possível que os estudantes tenham se apropriado de Paulo Freyre e seu método educacional, muito antes dos brasileiros.

É desta perspectiva que se deve compreender a necessidade de repensar o papel dos intelectuais e demais antirracistas brancos, no processo de libertação. Pois não se tratava apenas

de rejeição a um grupo racial, ao colonizador que os recusava, mas uma reflexão sobre o protagonismo, os métodos e o alcance da luta.

Steve Biko, em *Alma negra, pele branca*, em clara referência a *Peles Negras, Máscaras Brancas*, de Franz Fanon, alertava para implicações da participação dos negros nas organizações integracionistas e liberais. Nessas organizações, como a NUSAS, a integração era vista como um fim e um meio. Em seu entendimento, tal integração era artificial, pois:

(...) as pessoas que formam o organismo integrado foram retiradas de diferentes sociedades segregadas, com seus complexos de superioridade e inferioridade introjetados, complexos que continuam a se manifestar mesmo na estrutura “não racial” do organismo integrado. Portanto, a integração assim obtida é uma via de mão onde os brancos são os únicos a falar, cabendo aos negros escutar (BIKO, 1990, p. 32-33).

E mais, para Biko essa integração era quase sempre improdutiva, pois os participantes perdiam muito tempo em debates e trocas de insultos, procurando provar uns para os outros quem era o mais liberal. Desse modo, não bastava selecionar alguns negros *inteligentes e articulados*, mas alcançar outro modo de dizer “evoluídos” para *tomar chá* e depois apresentarem-se a seus iguais como melhores que eles. Concluindo,

o liberal precisa saber que o tempo do **Bom Selvagem** já passou, que os negros não precisam de intermediários na luta pela sua própria emancipação. Nenhum liberal verdadeiro deveria se ressentir do crescimento da Consciência Negra. Antes todo liberal deveria saber que é dentro de sua sociedade branca que deveria lutar por justiça (BIKO, 1990, p. 38).

Em um segundo artigo, Biko se propõe a analisar o *Mundo Negro* e delinear a *nova abordagem*. Lembramos que a realidade de Biko, diferente de lideranças como Nelson Mandela, Albert Luthuli, não se situava em raízes rurais e tradicionais. Nascido pós 1948, era fruto da expansão econômica, do desenvolvimento industrial e da configuração de zonas urbanas segregadas na África do Sul.

Em seu entendimento, décadas de segregação institucionalizada, além desqualificar a vida dos negros, produziu uma “pobreza espiritual mortífera. E esse último efeito é aquele que cria montanhas de obstáculos no curso normal da emancipação do povo negros”¹²².

Mas o tipo de homem negro que temos hoje perdeu sua dignidade humana. Reduzido a uma casca servil, ele olha com respeito e temor para estrutura de poder de branco e aceita o que vê como uma *posição inevitável*. Bem no fundo sua raiva cresce com o

¹²² Idem. Nós, os negros. *Op. Cit.* p.40.

acúmulo de insultos, mas ele se manifesta na direção errada – contra seu companheiro na cidade segregada, contra coisas que são propriedade dos negros. (...). No geral, o homem negro se transformou numa casca, numa sombra de homem, totalmente derrotado, afogado na própria miséria; um escravo, um boi que suporta o jugo da opressão com a timidez de um cordeiro (BIKO, 1990, p. 40).

Embora forjado no interior do movimento estudantil, universitário e secundarista, o foco de sua intervenção não se situa na mobilização de classe média sul africana, mas em aproximar-se da massa trabalhadora das zonas urbanas, suas carências, suas misérias, em especial sua autoestima. “O primeiro passo, portanto, é fazer com que o negro encontre a si mesmo, insuflar novamente a vida em sua casca vazia, infundir nele o orgulho e a dignidade. Lembrar-lhe que sua cumplicidade no crime de permitir que abusem dele, deixando assim que o mal imperasse em seu país natal”¹²³.

Neste sentido é possível ecoar, uma dimensão atlântica que une os movimentos de direitos civis nos EUA, simbolizado por M. L. King, as igrejas cristãs e as mensagens da Igreja Católica latino-americana pós Concílio Vaticano II, com foco na mobilização dos oprimidos contra sua opressão.

Entendia, nesse sentido ser preciso abandonar as lições das antigas igrejas cristãs sul-africanas e abraçar a Teologia Negra, ou seja, “a Teologia Negra procura acabar com a pobreza espiritual dos negros. Quer demonstrar o absurdo da pretensão dos brancos em afirmar que o **culto aos ancestrais** era uma superstição que o cristianismo é uma religião científica. (...) A Teologia Negra procura apresentar Jesus como um Deus lutador(...)”¹²⁴. Por fim conclui, “para participar da revolução africana não basta escrever uma canção revolucionária; é preciso forjar a revolução junto com povo. E se nós forjarmos junto com povo, as canções surgiram por elas mesmas e por si mesmas”¹²⁵.

3.5 “O FUTURO ESTÁ NAS MÃOS DOS TRABALHADORES” TRABALHISMO E O NOVO SINDICALISMO NA ÁFRICA DO SUL

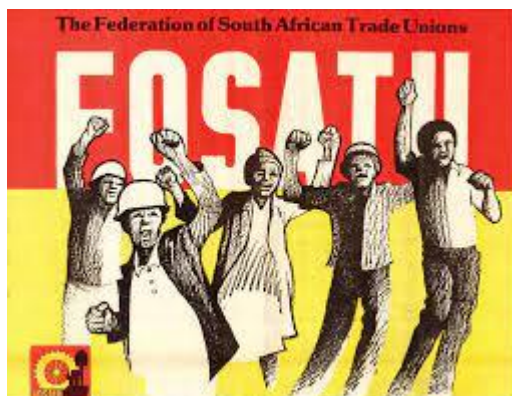
O futuro está nas mãos dos trabalhadores: uma História da FOSATU, de Michelle Friedman, é um livro e exposição editado em 2011, nos contando a história de um capítulo fundamental da luta pela libertação na África do Sul: o movimento dos trabalhadores industriais, que mobilizou operários e seus aliados nas décadas de 1970 e 1980.

¹²³ Ibidem, p.41.

¹²⁴ Ibidem.

¹²⁵ Ibidem.

Figura 20 – Cartaz “The Federation of South African Trade Unions - FOSATU”.



Fonte: Disponível em: <<https://libcom.org/library/fosatu-worker-news>>. Acesso em: 21 jul. 2021.

Trata-se de experiências fascinantes e singulares para o contexto sul africano, em primeiro lugar, vale lembrar que desde a edição da Lei de Trabalho Nativo de 1953, os trabalhadores africanos, distintos dos brancos, indianos e coloreds, não foram considerados “empregados” e protegidos pelas normas do Estado e gestão dos recursos humanos das empresas. Eram proibidos de ter sindicatos e excluídos, inclusive com a atuação sistemática de sindicatos de trabalhadores brancos, de participar dos mecanismos de negociação por setor econômico previsto na legislação.

Deste modo, sua forma de atuação só era reconhecida a nível local e restrita a cada empresa. Muitas vezes seus interesses eram atingidos pelas demandas dos sindicatos de trabalhadores brancos para assegurar seus privilégios raciais. Segundo eles, os trabalhadores negros não tinham maturidade para vida sindical e seriam vítimas de agitadores políticos. Muito importante saber que, na época do regime de apartheid, o vínculo de trabalho era o salvo conduto para não serem enviados as reservas bantu.

Mas como informou Sian Byrne, em *Repensando o “obrerismo” e a Tradição da FOSATU, 1979 a 1985*¹²⁶, tudo ia bem até que explodiu a revolta: cerca de 100 mil trabalhadores africanos cruzaram os braços nas principais regiões industriais da África do Sul em 1973, protestando contra os baixos salários.

O *Momento Durban*, como ficou conhecida essa revolta, marca o ressurgimento do movimento sindical sul africano, mas igualmente, visibilidade a tradição de controle operário que foi um marco do movimento sindical no país, nos anos da resistência ao apartheid.

¹²⁶ BYRNEI, Sian. Rethinking “workerism” and FOSATU Tradition (1979-1985). Paper presented at the Durban Moment Conference Rhodes University, 21 – 23 February, 2013.

Como outras dimensões da experiência de lutas na África do Sul, e do processo de invenção democrática, assim como as ideias de Franz Fanon, Paulo Freyre, Panafricanismo e Consciência Negra, encontramos vínculos entre o Obrerismo, a Nova Esquerda Ocidental e a velha tradição de lutas operárias que varreram a Inglaterra, a Itália e deram origem aos soviets da Revolução Russa de 1917.

Como diria Eder Sader, foi quando o marxismo de uma esquerda dispersa, mas não só, promoveu o encontro de intelectuais brancos, leitores da *New Left Review*, inspirados nas revoltas estudantis francesas de maio de 1968, com as práticas de organização e formação do Movimento de Consciência Negra, na África do Sul.

Para Nicole Ulrich, em *Só os trabalhadores podem libertar os trabalhadores*: a origem da tradição de controle operário e assessoria sindical - Comitê Coordenador (TUACC), 1970-1979, dissertação de mestrado em Artes, defendida na Universidade de Witwatersrand, em 2007, reflete sobre experiências anteriores a criação da Federação de Sindicatos de Trabalhadores da África do Sul, FOSATU, em 1979, com destaque especial ao Comitê de Coordenação Consultiva Sindical, nascido em Natal.

Para a autora, é possível sintetizar esta tradição de controle operário, ou controle dos trabalhadores, em alguns princípios, baseados na promoção não do racismo, mas no sindicalismo industrial e uma forma distinta da democracia direta.

Para FOSATU, os trabalhadores só podiam obter controle significativo sobre sociedade se eles criassem suas próprias organizações democráticas que fossem independentes de alianças políticas da classe trabalhadora e foram colocados sob seu próprio comando. Organização da democracia sindical foi baseada na construção de estruturas sólidas no local de trabalho - ponto de produção onde os trabalhadores têm mais poder e autoridade (ULRICH, 2007, p. 09).

Em síntese no local de trabalho, até então o único espaço onde legalmente os trabalhadores africanos podiam organizar suas reivindicações, tornou-se esfera central, na qual foi possível identificar membros de diferentes setores das unidades fabris, escolhendo delegados sindicais, definindo pautas e, principalmente, cobrando o retorno dos representantes.

Sian Byrne, após pesquisar arquivos sindicais, atas, publicações e realizar entrevistas com diferentes lideranças, como Taffy Adler, Alec Erwin, Bernie Fanaroff (duble de sindicalista e astrônomo), Moses Mayekiso, Jane Barret e Eddie Barret, concluiu que tais práticas de controle operário têm origem nas experiências de trabalhadores em diálogos com intelectuais do Instituto de Educação Industrial. Movimento que aproximou ideias diversas da Nova Esquerda a posturas que embora reconhecessem a importância de organizações como do Congresso Nacional Africano, colocavam-se a certa distância do nacionalismo, em perspectiva

profundamente anticapitalista e de oposição ao Partido Comunista da África do Sul. “Uma síntese de idealismo e atividade de massa, mas sem os grilhões de uma ortodoxia”¹²⁷.

Sem interesse em teorias pré-estabelecidas, para eles a teoria subordinava-se a necessidades da organização dos trabalhadores, estando rebaixada a condição de uma ferramenta. Esperavam que a junção teoria/prática forjasse um projeto de emancipação.

Desse modo, para Byrne, a estratégia da FOSATU, estava focada, em primeiro lugar, na construção de um movimento sindical forte, resiliente e independente, capaz de alcançar objetivos sociais e econômicos no curto prazo. E, em segundo lugar, derrotar o capitalismo e o regime de apartheid.

Tal qual estudantes do Movimento Consciência Negra, que se misturaram a necessidades concretas de comunidades urbanas segregadas e pauperizadas, a FOSATU mirava demandas do dia a dia, necessidades econômicas como pré-requisitos “para uma verdadeira consciência de classe, forte e unida do movimento operário”¹²⁸.

¹²⁷ BYRNE, Sian. Op. Cit., 2013, p.09.

¹²⁸ Ibidem, p.10. Anotou em entrevista com Pat Horn, que descobriu anos depois, no Brasil, que muitas das práticas do sindicalismo da FOSATU poderiam ser consideradas anarco-sindicalistas.

Figura 21 - Reunião da FOSATU na qual a faixa propõe a unidade, anos 1980.



Fonte: Disponível em: < <https://www.newframe.com/archive-workers-struggle/>>. Acesso em: 18 jul. 2021.

Graças a mobilizações de trabalhadores, setores patronais, como brancos liberais passaram a pressionar o Estado sul-africano a relaxar a proibição de atividade sindical dos operários africanos. Pressões que resultaram, entre 1977 e 1979, na Comissão de Inquérito sobre Legislação Trabalhista na África do Sul, que por meio de centenas de oitivas, elaborou uma reforma do mundo do trabalho.

Segundo Alex Lichtenstein, que se debruçou sobre este momento da experiência sindical, vislumbrou a profunda tensão entre sindicalistas e suas organizações para, ao mesmo tempo, aproveitarem oportunidades abertas por mudanças na legislação trabalhista de 1979, permitindo a participação de operários na estrutura de gestão do trabalho do Estado. Os esforços do governo de finalmente controlar o movimento sindical, independente dos africanos e o desejo operário de manter o controle do processo decisório no chão de fábrica, viveram em contínuas tensões¹²⁹.

¹²⁹ LICHTEINSTEIN, Alex. “Sentimos que nossa força está no chão de fábrica”: dualismo, poder do chão de fábrica e reforma das leis do trabalho no fim do apartheid na África do Sul. *Mundos do Trabalho*, Florianópolis | v. 12 | p. 1-27 | 2020. Vista do “Sentimos que nossa força está no chão de fábrica”: dualismo, poder do chão de fábrica e reforma das leis do trabalho no fim do apartheid na África do Sul (ufsc.br). Acesso em: 12 jul. 2021.

No Relatório Anual da FOSATU de 1982, citado pelo autor, existiam dezenas de comissões de fábricas atuantes, para desespero da Comissão Nacional de Mão de Obra, responsável pela institucionalização das relações trabalhistas depois de 1979.

Eles contavam 173 fábricas com comitês de delegados sindicais reconhecidos pela administração, “com direito a manejo de reclamações, reuniões regulares com a gerência, folga para reuniões de delegados sindicais, direitos de negociação e direitos sindicais, como o desconto automático da contribuição sindical nos salários dos trabalhadores em favor do sindicato (Ibidem, p 19).

Segundo Obed Zuma, então dirigente da FOSATU, “acho que a FOSATU deve continuar pressionando por mais acordos domésticos, porque acreditamos que dessa maneira os trabalhadores estão tendo um canal direto para seus problemas”¹³⁰.

Essa perspectiva dos trabalhadores, seus problemas objetivos, focados na vida de todo dia, com certeza levaram a tensões, seja no campo doutrinário do Partido Comunista, seja pela liderança tradicional, nacional da África do Sul, de Nelson Mandela, Walter Sisulu, Oliver Tambo ou Robert Sobokwe.

Em 1983, Joe Foster, então secretário geral da FOSATU, escreveu um pequeno artigo de orientação para a organização, expressando plenamente preocupações diante as difíceis relações entre o movimento sindical e a luta mais ampla do movimento de libertação nacional. Neste Foster procurava explicar as diferenças de contexto histórico, da transformação do Congresso Nacional Africano em Movimento de massa nos anos 1950 e 1960, sem perder de vista o universo do capitalismo nos anos 1980, com as multinacionais interessadas no trabalho barato que o regime de apartheid possibilitava.

¹³⁰ Ibidem.

Figura 22 - Reunião de trabalhadores da FOSATU no início dos anos 1980.



Fonte: Disponível em: < <https://www.newframe.com/archive-workers-struggle/>>. Acesso em: 18 jul. 2021.

Foster levantou considerações singulares de trabalhadores sul africanos,

Na África do Sul, isso foi condensado em 60 ou 70 anos e, desde o início, as empresas capitalistas de grande escala dominaram. O nascimento do capitalismo aqui foi brutal e rápido. O proletariado industrial foi arrancado de sua terra no espaço de algumas décadas. Atualmente, a produção capitalista domina maciçamente todas as outras produções. Não há grandes proprietários em suas propriedades agrícolas, e não há camponeses significativos ou agricultura coletiva. Praticamente todos dependem de toda ou parte de sua renda na indústria ou na agricultura capitalista (FOSTER, 1983).

Em seu entendimento,

A grande concentração de capital também significou uma maior concentração de trabalhadores. Esses trabalhadores geralmente têm um nível mais alto de educação básica e habilidades do que antes, e seus vínculos com o passado estão todos quebrados para que cada vez mais uma identidade de trabalhador esteja emergindo (FOSTER, 1983).

Uma realidade impensável em décadas anteriores.

Figura 23 - Por volta dos anos 1980: da esquerda, Joe Foster, Chris Dlamini, John Gomomo e um quarto homem não identificado em uma reunião de FOSATU.



Fonte: Fotografia cortesia de Wits Historic Papers.

Para o secretário geral da FOSATU,

Os trabalhadores precisam de sua própria organização para combater o crescente poder do capital e proteger ainda mais seus próprios interesses na sociedade em geral. No entanto, são apenas os trabalhadores que podem construir esta organização, e ao fazer isso, eles têm que ser claros sobre o que estão fazendo (FOSTER, 1983).

Embora reconhecendo a importância da liderança do Congresso Nacional Africano, enquanto representante legítimo das forças democráticas em luta pela libertação, no contexto interno havia tensões conjunturais que precisavam ser levadas em consideração, em especial pelos comprometidos com o processo de emancipação dos trabalhadores.

Devido a repressão política, em especial depois do Massacre de Soweto, em 1976, a organização dos trabalhadores continuava frágil e focados nas lutas locais por melhores condições de trabalho. Então, embora compreendessem a importância de sua atividade para a

luta política mais ampla, ainda não tinham compreensão ao certo, qual era o seu papel. Argumentando em tom quase profético¹³¹, alertava:

É, portanto, essencial que os trabalhadores se esforcem para construir sua própria organização poderosa e eficaz, mesmo que eles fazem parte da luta popular mais ampla. Esta organização é necessária para proteger e aumentar os interesses dos trabalhadores e garantir que o movimento popular não seja sequestrado por elementos que, no final, não terão outra opção a não ser se voltar contra seus apoiadores operários (FOSTER, 1983).

Joe Foster, para finalizar, reconhece que em África do Sul, a tradição não estava associada às lutas operárias, mas ao longo esforço de libertação nacional. O problema é o que o desenvolvimento do capitalismo industrial transformou o país para sempre e isto implicou que os trabalhadores tivessem plena consciência do seu papel no novo mundo que estavam criando. Em suas palavras:

Que o tamanho e o desenvolvimento dessa classe trabalhadora só são combinados com sua imagem espelhada, que é o crescimento dramático e a transformação do capital industrial. Antes que seja tarde demais, os trabalhadores devem se esforçar para formar sua própria organização poderosa e eficaz dentro da luta popular mais ampla (FOSTER, 1983).

Em 1985, após um longo debate, os membros da FOSATU decidiram pelo fim do movimento e fusão ao poderoso Congresso Sul Africano de Sindicatos, COSATU, que em parceria com o Congresso Nacional Africano e o Partido Comunista da África do Sul constituíram a força motriz que pôs abaixo o regime de apartheid.

¹³¹Muitos pesquisadores que se debruçaram sobre o movimento dos trabalhadores na África do Sul, entendem que aproximação em demasia das estruturas sindicais, em especial da COSATU, ao Governo de Unidade Nacional contribuiu em muito para desmobilização dos operários nos anos pós Apartheid, até o ponto em que em 12 de agosto de 2012, 34 mineiros em greve foram massacrados pelas forças de segurança do Governo Sul Africano.

CAPÍTULO 4 - UMA CASA COMUM: UMA POLÍTICA DA AMIZADE

Neste capítulo centramos nossa análise entre 1994 e 1999, anos correspondentes à presidência de Nelson Mandela. Centramos atenções ao processo de democratização da África do Sul, assentada especialmente no Governo de Unidade Nacional, GNU, na sua sigla em inglês, como na Comissão da Verdade e Reconciliação, TRC.

Sem perder de vista o contexto político doméstico e internacional, as principais ações de Mandela no sentido político e jurídico, direcionaram esforços para o estabelecer de um pacto institucional sob a égide da construção da nação. Mediando tensões e inimizades seculares, violentas, mortais, enfrentou a máquina administrativa do Estado canalizando esforços para uma possível reinvenção do país, fortalecendo laços sociais em diuturnos esforços gigantescos, na perspectiva de mostrar a todos e ao mundo que poderiam experimentar viver um novo momento em sua história. História inscrita em política internacional de direitos humanos, onde garantias civis básicas tornaram-se pilares.

Figura 24 - Nelson Mandela (à direita) e o segundo ex-vice-presidente sul-africano F.W. De Klerk (centro) acenam para uma multidão após a posse presidencial, em maio de 1994.



Fonte: Disponível em: < <https://www.reuters.com/article/idUS417911865320131209>>. Acesso em: 18 jul. 2021.

Para os pesquisadores brasileiros Saturnino Braga e Milani,

a adesão ao regime internacional dos direitos humanos e as reformas domésticas no campo dos direitos sociais foram estratégias para a construção da imagem internacional desvinculada de suas graves violações anteriores. A adesão ao regime internacional de direitos humanos reverberou na conjuntura política doméstica e em seu ordenamento jurídico, inclusive em sua inovadora constituição (BRAGA; MILANI).

Ao mesmo tempo, procuramos evidenciar limites das mudanças necessárias para o confronto da histórica desigualdade racial que marcou o século XX da África do Sul.

4.1 A CARTA DA LIBERDADE: LIMITES DA AMIZADE

Muitos dos ideais do ANC, presentes desde a *Carta da Liberdade*, como resultado do Congresso do Povo em 1955, ocorrido em Kliptown, Joanesburgo, entre 25 e 26 de junho configurou o ponto de referência para ação governamental, pois ela contém as diretrizes e os princípios políticos da luta pela África do Sul livre.

Quando em 1985, Oliver Tambo, presidente do ANC no exílio, criou um Comitê Constitucional, cujo relatório em 1989 seria publicado pelo ANC, como: “*Diretrizes constitucionais para uma África do Sul Democrática*”, novamente estavam presentes na concepção política da *Carta da Liberdade*, diz ela:

nós, povo da África do Sul, declaramos, para que todos, no nosso país e no mundo, saibam: que a África do Sul pertence a todos os que nela vivem, negros e brancos, e que nenhum governo é legítimo se não se basear na vontade do povo; que o nosso povo foi espoliado do seu direito à terra em que nasceu, da liberdade e da paz por um governo baseado na injustiça e na desigualdade; que o nosso país nunca será próspero ou livre enquanto o nosso povo não viver fraternalmente no gozo dos mesmos direitos e das mesmas oportunidades; que só um Estado democrático, baseado na vontade do povo pode assegurar esses direitos sem distinção de cor, raça, sexo ou fé; e que, portanto, nós o povo da África do Sul, negros e brancos em conjunto_ iguais, compatriotas e irmãos, adotamos esta Carta da Liberdade; e que nos comprometemos a lutar juntos, com todas as nossas forças e com toda a nossa coragem até que a democracia seja conquistada ((Fundo Internacional para a defesa da África Austral – IDAF, 1989, p. 85).

Doravante seus princípios norteadores, forjados sobre a égide da soberania, direitos iguais para todos os grupos, a riqueza nacional para o povo, a partilha da terra para quem nela trabalha, o trabalho e a segurança nacional, a liberdade para a cultura e o ensino estão dispostos em um *pensamento de travessia*, onde a economia da restituição e da reparação se materializam,

entretanto, inevitavelmente se confrontaram com os contributos raciais sempre presentes em espaços colonizados e posteriormente globalizados.

Nesse sentido, o fim de um modelo de exploração capitalista na África do Sul, forjado sob uma engenharia social da política de apartheid, não significou o fim da exploração capitalista. Entretanto, podemos perceber a importância atribuída a saberes que prezam o pertencimento, em contraste com o raciocínio dogmático, da hierarquia racial, quando o direito de um, depende do não direito do outro¹³².

Esse pensamento nomeado de *travessia*, por Achille Mbembe, segundo o autor, advém de um pensamento que faz reserva de vida, ação em que a vida de outros seres não pode ser excluída ou aniquilada, um pensamento acerca do futuro e daquilo que há de vir¹³³.

Para essa travessia, o filósofo elencou três condições fundamentais: restituição, reparação e justiça. Premissas para *que a elevação coletiva em humanidade* se realizasse, contudo, essa passagem, que tem como marco uma ruptura com o passado, abrindo caminho para uma nova condição humana deparou-se com mudanças mundiais profundamente severas em seu percurso, uma desaceleração econômica mundial que começou na década de 1980 e impactariam profundamente as tomadas de decisões para a nova África do Sul.

Os problemas colocados para a nação sul-africana são interligados a uma era planetária, logo, não é possível enclausurá-la nos limites locais. Para Mbembe,

Poder de captura, poder de influência e poder de polarização, o capitalismo sempre precisou de *subsídios raciais* para explorar os recursos do planeta. Assim o foi ontem e assim o é hoje, ainda que esteja a recolonizar seu próprio centro e que as perspectivas de um *devir-negro do mundo* nunca tenham sido tão evidentes (MBEMBE, 2020, p. 139).

Não por acaso, o famoso artigo de Mandela, *South Africa's Future Foreign*, publicado em 1993, na Revista *Foreign Affairs* apontava para o rompimento com o projeto hegemônico que orientou as políticas públicas ao longo do século XX na África do Sul. Apesar disso, salientou o impacto das mudanças globais e da necessidade do ANC reformular-se, no sentido de negociar em um mundo dominado pelos Estados Unidos e seus aliados,

Quando a década de 1980 chegou ao fim, não pude ver muito do mundo da minha cela, mas sabia que estava mudando. Havia pouca dúvida em minha mente de que isso teria um profundo impacto no meu país, na região sul da África e no continente do

¹³²SILVA, Cristiane. OP.CIT. *A Poética da Esperança: Sentidos Políticos nas Memórias de Nelson Mandela*, p. 101.

¹³³ Vale lembrar que Achille Mbembe é camaronês de nascimento, mas vive com sua família na África do Sul, experimentando pessoalmente esse duro processo de transição democrática no país.

qual tenho orgulho de ser cidadão. Embora este processo de mudança global esteja longe de ser concluído, é claro que todas as nações terão corajosamente de reformular suas redes se quiserem colher qualquer benefício dos assuntos internacionais na era pós-Guerra Fria. O Congresso Nacional Africano (ANC) acredita que o traçado de uma nova política externa para a África do Sul é um elemento-chave na criação de um país pacífico e próspero. O apartheid corroeu a essência da vida na África do Sul. É por isso que os líderes políticos emergentes do país são desafiados a construir uma nação na qual todas as pessoas - independentemente de raça, cor, credo, religião ou sexo - podem afirmar plenamente seu valor humano; depois de apartheid, nosso povo não merece nada menos do que o direito à vida, liberdade e busca da felicidade (MANDELA, 1993).

Nestes termos, a transição democrática operou sobre os efeitos do fim da Guerra Fria, da desintegração da União Soviética em 1991, da expansão do neoliberalismo e da globalização, iniciados por Ronald Regan, depois sob o comando de George H. W. Bush e, posteriormente, sob comando de Bill Clinton, todos presidentes dos EUA.

Luiz Alberto Moniz Bandeira, em seu assertivo livro, *A Desordem Mundial o Espectro da Total Dominação* (2016), apresentou como os EUA, a partir de uma percepção singular do seu lugar no mundo (a nação excepcional), exportava *democracia* para o mundo, mesmo que para isso preciso fosse fomentar a guerra e o terror.

Os Estados Unidos arrogam-se a função de “*global cop*” (policial global), se para George W. Bush, em seu discurso após iniciar a Primeira Guerra do Golfo (2/8/1990 - 28/2/1991), caracterizou esse momento de uma nova era. Nas palavras de Moniz Bandeira, “esse new word abortou...”, o planeta foi lançado em um conflito assimétrico mundial, novas formas de terrorismo de Estado, operando continuamente uma constelação de conflitos, pois precisam necessariamente de um mundo em que a insegurança, a desigualdade e o caos operem simultaneamente.

Para tanto, utilizaram (e utilizam) drones, guerras cibernéticas, produção de mentiras através de suas ONGS e Mídias Corporativas, a fim de ocuparem o mercado interno dos países, mantendo todos sob sua influência¹³⁴, seja através da cultura e da padronização da subjetividade (luta contra corrupção, direitos humanos), assim como de suas instituições financeiras internacionais, dentre elas o Fundo Monetário Nacional e o Banco Mundial.

De acordo aos pesquisadores sul africanos, Breakfast, Kosa e Johnson,

as deliberações do ANC devem ser consideradas no âmbito local e contextos internacionais da reentrada da África do Sul na arena da política internacional. O discurso dominante na hora de sua reentrada era o neoliberalismo, que anunciou o triunfo da democracia liberal e do mercado livre do capitalismo, com os Estados

¹³⁴MONIZ, Bandeira, Alberto, Luiz. *A Desordem Mundial O Espectro da Total Dominação*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

Unidos (EUA) como a potência global indiscutível (BREAKFAST; KOSA; JOHNSON, 2020).

Tal pesquisa, *O envolvimento da África do Sul no continente africano, 1994-2019: Um projeto hegemônico ou mito?* Embora, tenha como centralidade examinar as relações pós-apartheid na África do Sul, com sua região e o resto da África, entre os anos de 1994 e 2019, nos interessou, especialmente, por nos orientar a melhor compreensão de limitações a uma transição democrática, profundamente endossada em contexto global de mergulho mundial em princípios neoliberais hegemônicos.

Para tanto, os autores concluem, o que se estabeleceu foi uma sociedade liberal clássica em uma estrutura burguesa que não foi capaz de enfrentar a herança colonial; logo, a nova ordem nacional da África do Sul não desestruturou a organização burguesa. No entanto a estendeu à estrutura herdada, tendo em vista suas instituições e projetos econômicos, sem desalojar a sede do poder econômico.

Apesar disso, o ANC, na figura de Nelson Mandela, não era alheio a compreensão da profunda diferença entre o norte industrializado frente ao sul subdesenvolvido. Igualmente não deixaram de criticar a unipolaridade que produziu forças profundamente desiguais, além da hegemonia de uma humanidade que se quer homogênea,

Ao redor do mundo, novos conflitos e divisões estão surgindo. O abismo entre o Norte industrializado e o Sul subdesenvolvido está se aprofundando. Para haver harmonia global, a comunidade internacional terá que descobrir mecanismos para fazer a ponte entre seus ricos e seus pobres. A África do Sul pode desempenhar um papel importante nesse sentido, porque está situada em uma confluência particular dos assuntos mundiais. Mas também as Nações Unidas foram libertadas da camisa de força da Guerra Fria. É da opinião do ANC que as Nações Unidas têm um papel fundamental a desempenhar na promoção da segurança e da ordem globais. Mas, para isso, é preciso prestar muita atenção a uma reestruturação da organização. A África do Sul pretende desempenhar um papel vigoroso no debate sobre esta questão. As Nações Unidas não devem ser dominadas por um único poder ou grupo de poderes, ou então sua legitimidade será continuamente questionada. Esperamos que um mecanismo possa ser encontrado para que o Conselho de Segurança possa refletir a tapeçaria completa da humanidade (MANDELA, 1993).

Todavia, sem forças para enfrentar a hegemonia ocidental, nesse contexto desfavorável que interferiu bem mais do que a imposição de reformas estruturais liberais, combinadas com ações de mitigação da pobreza e acolhimento de políticas de direitos humanos, mas na desmobilização da população organizada, contenção do radicalismo contra o regime de apartheid e o estabelecimento de uma democracia de baixa intensidade.

4.2 GOVERNO DE UNIDADE NACIONAL

Em 1994, ao representar o ANC, Mandela tornou-se o primeiro presidente eleito democraticamente no país, com 62,6% dos votos populares. O Congresso Nacional Africano, vivendo desde 1960 na clandestinidade, após a queda das sanções, ao poder participar das eleições transformou-se no partido majoritário na África do Sul. Um momento fundamental fosse para o país, como para trajetórias de povos que lutavam e lutam contra colonialismos, racismos, apartheids.

No Palácio do Governo, em Pretória, após prestar juramento ao juiz Michael Corbett, entre a execução das canções *Die Stem van Suid-Afrika*, em africâner e de “*NkosiSikelel’ iAfrika*” (Deus abençoe a África, em isiXhosa), hino da libertação, Madiba iniciou seu discurso de posse,

hoje, todos nós, com nossa presença, aqui e com nossas comemorações em outras partes de nosso país e do mundo, conferimos glória e esperança à liberdade recém-nascida. Da experiência de uma extraordinária calamidade humana que perdurou por tempo demasiado, deve nascer uma sociedade da qual toda a humanidade se orgulhará. Nossas ações diárias como sul-africanos comuns devem criar uma realidade sul-africana concreta que reforçará a crença na humanidade e na justiça, fortalecerá sua confiança na nobreza da alma humana e sustentará todas as nossas esperanças de uma vida gloriosa para todos. Tudo isso devemos a nós mesmos e aos povos do mundo que aqui se encontram tão bem representados (LANGA; MANDELA, 2018, p.93).

A vitória naquelas eleições alimentou o sonho e o imaginário de liberdade, após enfrentamentos de tantos desafios e uma resistência incessante, aquele feito grandioso foi partilhado por sul-africanos e pelos povos em luta no mundo. Afinal empreenderam um feito que parecia impossível, como diria Winnie Mandela, “não existe lei contra os sonhos”¹³⁵.

Muitas dúvidas pairavam no ar, mas o discurso de posse de Nelson Mandela estava ancorado na esperança de uma voz, ecoando muitas outras vozes, daquelas cujas ações e imaginário possibilitaram “a construção de uma nação Sul-Africana, e para dizer ao mundo, que lutar pela existência de uma humanidade partilhada ainda é possível” - palavras de Nelson Mandela¹³⁶,

entendemos que não existe um caminho fácil para a liberdade. Sabemos bem que nenhum de nós, agindo sozinho, pode ter êxito. Devemos, portanto, agir juntos como um povo unido, para a reconciliação nacional, para a construção da nação, para o nascimento de um mundo novo.

Que haja justiça para todos. Que haja paz para todos. Que haja trabalho, pão, água e sal para todos. Que cada qual saiba que o corpo, a mente e a alma de cada um foram libertados para alcançar a realização. Que nunca, nunca, nunca, nunca mais esta bela

¹³⁵ MANDELA, Winnie. *Parte de minha alma*. São Paulo: Círculo do livro, 1987, p.35.

¹³⁶ Ibidem, p. 171.

terra volte a viver a opressão de um pelo outro e sofra a indignidade de ser a escória do mundo (LANGA, MANDELA, 2018, p. 95).

A partir de 1990, o regresso de Nelson Mandela à esfera pública, uma liderança profundamente enraizada em cosmologias de mundos africanas, produziram desequilíbrios na política da inimizade. Dito de outro modo, a luta armada e seus esforços contra o regime presente desde 1960, passaram a ser questionados e, paulatinamente, parece que ao cumprir seu papel (forçar o diálogo), dar lugar a valores produzidos durante o longo período de luta, que ficaram conhecidas em especial através do Ubuntu.

Ao percorrermos a estrutura do Governo de Unidade Nacional, torna-se possível afirmar que seu governo inaugurou, entre os anos de 1994/1999, a emergência de pensamentos não ocidentais, baseados em viveres comunitários como alicerce na construção da sua política governamental, ao escolherem sair do escopo de qual Frantz Fanon, Hannah Arendt, Foucault e, mais recentemente Achille Mbembe, chamam atenção ao evidenciarem ser a raça estruturante da política na modernidade e na construção de seus regimes políticos.

Portanto, no enfrentamento do problema político instaurado na África do Sul, os mais diversos grupos desde ndebele, sesotho, xhosa, zulu, venda, vinculados a zonas rurais e aos distritos urbanos, além indianos em seus diferentes pertencimentos religiosos e de ofício, indianos árabes, hindus, parses, tâmul, como ingleses e africanos (quando capazes de enfrentarem os sistemas referenciais daquela sociedade), criaram arranjos políticos. Para juntos serem capazes de dar respostas ao racismo, ao colonialismo e ao regime de apartheid, o que significou olhar as desigualdades vividas em sociedade, em todas as instâncias.

Um processo que se iniciou em 1985, quando o então chefe de Estado, Pieter Botha, anunciou que a África do Sul estava preparada para libertação de Nelson Mandela e seus companheiros, e que foi entendido pelo Congresso Nacional Africano, como reconhecimento do regime da impossibilidade de continuar. Ato contínuo, Nelson Mandela entra em contato com Kobi Koeetse, Ministro da Justiça, para iniciar o longo período de negociação, entre ANC, o Partido Nacional, Inkatha, Partido da Liberdade e as elites empresariais brancas.

As instituições governamentais de esfera local e nacional, sistematizadas pela burocracia do Estado, organizadas para a separação física e política através da lógica racial, precisavam ser transformadas. Esse foi o primeiro passo.

Ao apontar a resiliência para a liberdade, um agir comunitário e à reconciliação nacional, seu discurso de posse traduziu a tônica de sua prática governamental. Segundo

Mandela, “que cada qual saiba que o corpo, a mente e a alma de cada um foram libertados para alcançar a realização”¹³⁷.

O momento em que os sul-africanos comemoraram, em comunhão, a experiência do reconhecimento de décadas de lutas sociais por emancipação, este caminho longe de ser o fim, faz parte do sendo da história sul-africana da qual Madiba, ancorado nas Diretrizes do ANC para uma África do Sul democrática, adotadas na Conferência Nacional de 28 a 31 de maio de 1992. Em resumo, “O documento declarava que a África do Sul seria um estado unitário com governo no nível local, regional e nacional. A carta de Direitos e os princípios do não racialismo, não sexismo e transparência democrática se aplicariam a todos esses níveis de governo”¹³⁸.

Para tanto, a construção de um modelo transitório que deveria ter a duração de cinco anos, chamado Governo de Unidade Nacional, projetado para o primeiro mandato de uma democracia não racial foi recebido, com enorme surpresa pela comunidade internacional, pois a África do Sul, a fim de cessar um conflito que parecia impossível de ser contornado, passou a inaugurar um sistema que até então havia sido experimentado.

Portanto, seguindo a Constituição interina de 1993, garantia participação no gabinete daqueles partidos que obtiveram mais de 10% na eleição. Deste modo, dessa composição, resultaram em dezoito ministros do CNA, seis do Partido Nacional e três do Inkhata, dois vice-presidentes, um do Partido Nacional, De Klerk e outro do ANC.

Sobre a vice-presidência indicada pelo partido do CNA, dois nomes passaram a ser avaliados pela cúpula do partido, chamando atenção a negociação para este cargo, em especial os pensamentos que circundaram as preocupações de Mandela sobre o impacto da escolha. Em primeiro momento dialogou com o próprio Thabo Mbeki, que fora convidado por Mandela para preparar uma lista de nomes e pastas das pessoas mais qualificadas para servir no gabinete.

Sobre o diálogo, Thabo Mbeki relembra,

Mais tarde, ele voltou a esse assunto do vice-presidente e me disse: “Não, andei fazendo umas consultas sobre a questão do vice-presidente e achei que Cyril (Ramaphosa) devia ser vice-presidente, e isso porque, entende, tem uma coisa que a gente precisa levar em conta. . . veja, o problema é o que as pessoas vão dizer. A gente tinha Oliver Tambo como presidente do CNA, aí fui o sucessor dele como presidente, e agora você...” – o que eu era na época? Presidente Nacional do CNA – “... e aí você vira vice-presidente.
Segue o diálogo,

¹³⁷ Ibidem.

¹³⁸ MANDELA, Nelson, LANGA, Manda. A Cor da Liberdade: os anos de presidência. Rio de Janeiro: Zahar, 2018, p. 113.

As pessoas vão dizer: ‘Olha só os xhosas; os xhosas estão monopolizando o poder’, e é por isso que eu queria Cyril... Mas todo mundo foi contra – falei com Walter¹³⁹, falei até com Kenneth Kaunda¹⁴⁰ e Nyerere¹⁴¹, e todos eles, todos eles disseram: ‘Não..., claro que entendemos que essa coisa tribal é um ponto sensível, mas não pesa; este é seu vice-presidente’’. Não é por você, não é sobre você. É porque tenho de lidar com esse tipo de coisa”. E aí eu digo: “Tudo bem, Madiba” . . . Ao que eu lembre. . . esta foi a única intervenção – três intervenções – que ele fez em relação ao gabinete, para ficar com Derek, JS e comigo” (LANGA, MANDELA, 2018, p.119).

Em sua busca por compreender a estrutura política que herdara, Nelson Mandela foi capaz de produzir frestas que abalaram o campo do pensamento racial. Logo, foi fundamental mobilizar para além do campo histórico, político e ideológico, o campo estético.

A fim de construir um governo democrático não racista, as pessoas foram persuadidas a decantar um pensamento profundamente arraigado na crença da identidade única, construindo naquele momento histórico, uma estética da Relação¹⁴², baseada no diálogo e compreensão.

Desse modo, não se tratava de uma substituição de africanos por xhosas, esse parecia ser o seu temor, explicitado em seu diálogo com Mbeki: “As pessoas vão dizer: ‘Olha só os xhosas; os xhosas estão monopolizando o poder’”. Daí seu cuidado com a representação dos grupos nacionais, como com os membros da aliança do Congresso, pois não chegaram nessa encruzilhada, sozinhos. Ademais, era preciso escapar do discurso identitário e do bode expiatório.

Madiba seguiu explicando-se: “Não é por você, não é sobre você; é porque tenho de lidar com esse tipo de coisa”. Madiba sabia que enfrentava cadeias bem maiores, os conflitos postos para aquele governo, diziam respeito a toda humanidade, nas palavras de Glissant,

O problema que temos que enfrentar é como mudar o imaginário, a mentalidade e o intelecto das humanidades de hoje, de tal forma que no interior das culturas atávicas os conflitos étnicos cessem de ser considerados como se fossem inexoráveis, e que nos países crioulistas os conflitos étnicos e nacionalistas cessem de ser vistos como necessidades impossíveis de serem evitadas (GLISSANT, 2013).

É preciso recordar que o impasse entre o Inkhata e o ANC, era justamente o temor do Inkhata, de sair de uma dominação dos africanos, para uma dominação xhosa, medo este reforçado pelo Partido Nacional. Se a vida em sociedade perpassa símbolos e imagens, precisavam provar em ações e discursos que se afastavam do campo de representação política e simbólica das décadas de apartheid.

¹³⁹ Walter Sisulu, histórico dirigente do ANC.

¹⁴⁰ Histórico militante contra o colonialismo britânico e primeiro presidente da Zâmbia.

¹⁴¹ Julius Niere, ativista anticolonial, primeiro presidente da Tanzânia.

¹⁴² GLISSANT, Édouard. *Introdução a uma Poética da Diversidade*. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2013.

Perspectiva que Mandela tinha muito claro, ao apresentar a lista contendo os nomes à cúpula do partido, voltando a enfatizar a importância de que fosse Cyril e não Mbeki o vice-presidente,

Ao longo de toda a minha carreira política, persegue-me a impressão constante de que o CNA era, e é uma organização xhosa, a despeito de inúmeras provas em contrário. Assinalei aos integrantes da cúpula que Oliver Tambo, Thabo Mbeki e eu vínhamos do mesmo grupo étnico. Se Thabo fosse vice, não iríamos reforçar essa impressão equivocada, perguntei. Não seria melhor pensarmos em Cyril para o cargo, sendo ele uma pessoa igualmente talentosa e respeitada que vinha do Norte de nosso país? (LANGA, MANDELA, 2018, p.121).

Mandela prossegue:

Apesar de meus argumentos, os integrantes da cúpula não se convenceram. Insistiram que o público geral iria reconhecer que o CNA, ao escolher Thabo, guiara-se pelo mérito e não por considerações tribais. Minha preocupação, pelo contrário, não se baseava apenas no mérito, e sim na impressão equivocada, que, a meu ver, tínhamos a obrigação de corrigir (LANGA, MANDELA, 2018, p.121-122).

Desse modo, tal pensamento percorreu a trajetória do governo de Madiba, sendo caráter fundamental do Congresso Nacional Africano, ao constituir-se por diretrizes em que o fenótipo ou a cultura não produzissem uma diferença.

Segundo autores brasileiros, como Pablo de Rezende e Saturnino Braga, em texto que aponta um paralelo entre as narrativas de redemocratização da África do Sul e Brasil, afirmam: “O projeto da “nova África do Sul”, capitaneado por Mandela, escorou-se na oposição a qualquer diferenciação racial entre cidadãos sul-africanos, expressa na metáfora do rainbow country”¹⁴³.

Portanto, sua recusa ao racismo expressou-se ao mesmo tempo em que lidou, constantemente, com a elite africâner e a força das potências ocidentais, pois com o fim da União Soviética e a queda do Muro de Berlim, viviam a expansão e a vitória do neoliberalismo, em sua chantagem eterna ao produzir efeitos negativos nos mercados que enfrentam seu modelo econômico. É preciso enfatizar que esse cenário geopolítico também significou a perda de uma grande aliada para a reconstrução da África do Sul e quiçá uma vitória real sobre os arquitetos do regime de apartheid.

Sabendo que herdara uma máquina de Estado racista e destrutiva, Mandela precisava evitar as falhas que infestavam os países de independência recente, quando o governo

¹⁴³BRAGA, R. S. Pablo, MILANI, Carlos. Op. Cit. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/9DG98wPQ684JHGdg88BJNYt/?lang=pt#>>. Acesso em: 20 jun. 2021.

colonial dava lugar a movimentos de libertação. Os assentamentos dos colonos – ou a administração anterior ao apartheid – eram sul africanos, e não o anexo de uma potência colonizadora estrangeira; os colonos dos assentamentos estavam, por assim dizer, assentados em seu lar, a África do Sul (LANGA, MANDELA, 2018, p. 236).

Os africanos não iriam desertar, não existia um caminho de volta para casa, pois não eram estrangeiros, a África do Sul era seu único destino.

Ao rastreamos os pensamentos de Madiba, ao longo de sua trajetória política e as mudanças de ações e posturas ao decorrer do tempo, é possível reconhecê-lo como guerrilheiro e combatente do ANC, nos longos anos de prisão e como presidente do ANC até sua chegada à presidência. Havia tido tempo para ressignificar suas experiências, a experiência da própria África do Sul e de outras lideranças, esse conhecimento produzido na luta por emancipação, expressava o desejo de superação,

Seja a preparação dos projetos de lei, ou mesmo os relatórios de planejamentos passavam por ele, lembra Mboweni, um de seus ministros. “Embora não interviesse diretamente, sem dúvida Mandela acompanhava os avanços com interesse, concentrando-se nas Forças Armadas e na polícia, bem como nos arranjos estruturais para o Judiciário” (LANGA, MANDELA, 2018, p.129).

A construção do futuro partilhado, não partiu no justo momento da entrada de Nelson Mandela no Palácio do Governo, mas quando indianos, africanos, uitlanders, africanos, coloreds passaram a construir caminhos na utopia de construir esse futuro. Tal momento histórico e suas repercussões parecem conter saberes de geografias sul-africanas sobreviventes ao epistemicídio colonial ou que puderam ser reinventados por suas densas experiências, empreendendo profundas reflexões acerca do mundo que herdaram e suas instituições.

Neste sentido, não por acaso, Mandela concentra-se com atenção, nas forças armadas, na polícia e nas estruturas do judiciário, pois as instituições ocidentais, contém o modo como hegemonicamente interpretam e organizam o mundo.

As questões enfrentadas, diz respeito a todos que se localizem em umas práxis de libertação, que almejem desequilibrar as lógicas coloniais, romper a contínua naturalização da barbárie da qual nossos corpos são submetidos. Diante o atual desencanto à política, reconstruir as memórias, os confrontos e o sentidos das lutas, é também recompor caminhos para a esperança dos povos marginalizados, nas reflexões do filósofo latino-americano, Enrique Dussel (2015, 43), “necesitan de la organización, de la esperanza, de la narrativa épica que abra horizontes. La desesperanza tiene su sentido durante algún tiempo, pero la esperanza de la vida humana, de su producción, reproducción y desarrollo es una voluntad de vivir”.

Os movimentos de pensamento, os saberes mobilizados, assim como os dramas confrontados, são universais aos povos colonizados e como universal, compreendo aqui a interpretação de Enrique Dussel (p.22), “es decir, como un aporte a ser discutido por otras culturas, ya que se trataria de un problema humano y encunto tal, universal”.

4.3 COMISSÃO DA VERDADE E RECONCILIAÇÃO

Na história ocidental, ao que parece desde as Cruzadas, a política se configura a partir da constituição do Outro, ao qual se nega a humanidade e legitima o extermínio. Experiência que os cristãos praticando nos seus conflitos com o mundo mulçumano, trouxeram para Europa a partir da Reforma Protestante.

Figura 25 - Nelson Mandela (e) recebe de Desmond Tutu o relatório da Comissão de Verdade e Reconciliação.



Fonte: Disponível em: < <https://www.dw.com/pt-br/dez-anos-de-comiss%C3%A3o-de-verdade-o-dif%C3%ADcil-legado-na-%C3%A1frica-do-sul/a-3751436>>. Acesso em: 24 jul. 2021.

Hannah Arendt, Michel Foucault e Achille Mbembe, chamaram esse outro como a raça, a política racial que torna o adversário um inimigo a ser aniquilado, aprimorado tecnicamente pela Modernidade ocidental, na imagem do campo de concentração.

A esta visão, Nelson Mandela e seus companheiros propõem uma política radicalmente distinta, na intersecção de suas experiências tradicionais baseadas na ideia de humanidade

compartilhada, presente na noção de Ubuntu¹⁴⁴, memórias e corpos que puderam fugir, sobreviver a política da morte simbolizada pelo antigo regime, assim o governo a partir da Comissão da Verdade e Reconciliação, trabalhou pela compreensão dos atos e a recusa a razões ocidentais profundamente intrínseca a nós, o direito como exercício legítimo da vingança, ou a velha e arcaica lei de talião e do castigo.

Façamos uma pausa, para compreendermos fragmentos que nos parece revelar o subterrâneo do pensamento sul-africano, e que merecem ser refletidos por nós, pois contém novos horizontes de conhecimento, e de possibilidade do exercício de uma Política da Amizade, é preciso recordar e dispor o que puderam realizar ainda que submetidos aos limites do Estado capitalista.

A função do Estado assassino do regime de apartheid, foi confrontado por uma nova ordem política que se destituiu do poder de matar o inimigo, matar para proteger-se, matar para produzir a pureza, não se produziu um “perigo branco”, tampouco buscou-se sobrepor um grupo sob outro, recordando das preocupações de Mandela, na composição do Governo de Unidade Nacional.

De acordo ao biógrafo Richard Stengel, “Mandela deixou indicativos de como estava empenhado em demonstrar, aos africanos, que tudo que haviam aprendido sobre a população negra, eram ferramentas para manutenção do Regime, ‘Não se dirija ao cérebro, dirija-se aos corações deles’”¹⁴⁵.

No contexto de lutas, Mandela e seus companheiros e companheiras compreenderam que a liberdade política, não ocorre em separado da emancipação de nosso campo cognitivo, que rege o habitar de nossos pensamentos e ações. Esse desejo frente o rompimento da colonização mental, torna-se possível na construção de outros modos de ser/estar no mundo, ressignificando sentidos de tradições e de saberes, na certeza de ser este um terreno contínuo.

Para além de projetar um mundo novo, Mandela e seus companheiros penetraram em suas fissuras, na ousadia de criar aproximações entre o mundo e nosso imaginário, produzindo dentro daquele espaço/tempo rupturas, ciente que não estavam sozinhos. Conforme Glissant,

(...) ao mesmo tempo que aponta a necessidade de combates culturais e políticos inseridos dentro de um contexto mundial, demonstra a necessidade de verter o vapor poético, “ora, as ideologias do mundo, as visões do mundo, as previsões do mundo;

¹⁴⁴ Segundo o filósofo sul africano, Mogobe Ramose, Feta Kgomo o tshwaremotho, “em Spendí, uma das línguas que integra o grupo linguístico Sotho no Norte (África do Sul), este aforismo traduz uma das referências basilares do Ubuntu: “Se e quando uma pessoa tiver de enfrentar uma escolha decisiva entre a riqueza e a preservação da vida de outro ser humano, deve sempre optar pela preservação da vida” (RAMOSE, 2010, p. 175).

¹⁴⁵ STENGEL, Richard. *Os caminhos de Mandela: lições de vida, amor e coragem*. São Paulo: Editora Globo, 2010, p.137.

os castelos de areia começam a entrar em falência; e é preciso, portanto, começar a fazer emergir esse imaginário. E aí não se trata mais de sonhar o mundo, mas sim de penetrar nele” (GLISSANT, 2013, p. 60).

O problema que se expõe é como entrar nessas fissuras? Estavam diante de um solo estéril, árido e colonizado pelo regime de apartheid. É certo que a dominação e o colonialismo não haviam cessado na África do Sul, os processos de luta e seus sujeitos seguiam em campos de disputa e de força. O que significou projetar naquele solo estéril, atalhos para a *travessia*, em um campo de forças profundamente desiguais.

Madiba, ao envolver-se durante toda a sua vida com os brancos sul-africanos, na intensa batalha por melhores condições de vida de populações da África do Sul, ao lê-los exaustivamente, aprender a falar e interagir em africâner, criar relações de aberturas, alcançou ao final de sua vida, compreendê-los a partir de uma humanidade suspensa e frágil. Se sua face diurna os envolve com a vida tão sonhada da classe média, com casa, carros, melhores salários; seu lado noturno coincide com uma obediência cega, uma disciplina brutalizada pelo racismo e o medo do “perigo negro”, ou do negro da vez, que precisa necessariamente ser aniquilado.

O que nos surpreende na humanidade de Nelson Mandela, advém que após toda a interrupção de um casamento nunca concluído com Winnie Mandela, de amigos e companheiros assassinados, vendo a população sul-africana de tempos em tempos ser aniquilada em massacres e em uma miséria profunda, compreendeu que não apenas eles precisariam de amparo. Ele acolheu os brancos sul-africanos pelo esteio da compreensão, apesar de tudo era preciso ajudá-los a reencontrarem-se.

Eu sabia tão bem quanto sabia qualquer coisa que o opressor tem que ser libertado tão certamente quanto o oprimido. (...) Não sou verdadeiramente livre se estou tirando a liberdade de outra pessoa, tão certamente quanto não estou livre quando a minha liberdade é tirada de mim. O oprimido e o opressor igualmente têm sua humanidade roubada (MANDELA, 2012, p. 763).

Edgard Morin, pensador contemporâneo, ao discutir sobre a necessidade de resistir à crueldade e à barbárie do mundo, se distancia e se diferencia da norma cultural de reduzir o criminoso a seu crime. Nesse sentido, tendo combatido os horrores do nazismo e vivido o stalinismo, “minha temporada em Stalinin me tornou alérgico às denúncias, amálgamas e desnaturações, diabolizações e pedidos de castigo”¹⁴⁶. Desenvolvendo o que chama de uma ética da compreensão, para o filósofo a ética é indissociável do conhecimento complexo e conduziria a dois caminhos, à tolerância e à compreensão,

¹⁴⁶ MORIN, Edgard. *Op. Cit.*, 1994, p. 86.

Compreender por que e como “eles” chegam a idéias, opiniões e crenças que julgamos absurdas ou ignóbeis conduz-nos a uma ética da compreensão. A compreensão deve preceder o julgamento e até mesmo a condenação. Compreender: esta palavra imediatamente conduz ao sobressalto àqueles para quem seria preciso ter medo de compreender por medo de desculpar. Assim seria preciso não querer compreender nada, como se a inteligência compreendesse um vício horrível, o de conduzir à fraqueza, à abdicação. Este argumento, um dos mais obscurantistas que existem, ainda reina em nossa brilhante *intelligentsia*. Aqueles que não querem compreender condenam a compreensão por suas consequências, isto é, porque ela impediria a condenação. A compreensão tende, de fato, a impedir o castigo físico, mas não impede a condenação moral, já que favorece o julgamento intelectual (MORIN, 1994, p. 91).

Nessa perspectiva, retomamos as palavras de Steve Biko, colocar as pessoas oriundas de comunidades segregadas no mesmo espaço é uma falsa integração porque as pessoas trazem com ela seus complexos de superioridade e inferioridade. Biko, tal como Mandela, chegaram ao fosso de espaços segregados e de uma história determinada, desde o princípio pelo interstício da raça. Zelda La Grange, no final de sua autobiografia, nos permite um encontro com esses princípios que parecem intransponíveis.

De volta, às dez da noite, dirigindo meu carro de Qunu a Umtanta, mais linda lua se levantou sobre as montanhas. A mais bela lua laranja que já vi. Ali me conscientizei de que aqui eu era uma mulher africâner sozinha na estrada Qunu a Umtanta. Teria insistido para algum segurança me acompanhar, preocupado comigo. Pensar nisso me fez sorrir, mas continuei olhando para a Lua e compreendi que ele havia tirado todo medo de mim. Finalmente tinha crescido. Cerca de 20 anos atrás, eu não teria sonhado em dirigir por esta estrada sozinha à noite. Mas o trânsito, como era antes conhecido, entra em sua pele. O lugar se torna parte de você. 20 anos atrás, eu tinha medo de tanta coisa da vida das pessoas negras, do homem negro e do futuro da África do Sul, mas agora eu não era mais persuadida ou influenciada pelo pensamento e pelos temores da maioria da população. Eu era Eu mesma. Madiba tinha me dado paz e liberdade. Ele havia me libertado dos grilhões de meus próprios medos. Ele não libertou apenas O homem negro, mas o homem branco também (LA GRANGE, 2015, p. 402).

Mandela reconheceu através do rosto dos africâneres, feridas, estilhaços que ele pôde propor cura, para aqueles cuja relação também estivesse disposta para essa abertura, nessa reserva de vida, a possibilidade de cura só é compartilhada na aproximação.

Dado a complexidade desse período de transição no país, uma realidade que se localiza na África do Sul, mas de modo algum é específico ou singular a essa região do planeta, aqui se encontraram o subsolo de populações ocidentalizadas: o racismo ou a desumanização como destino do adversário político. O presente significou a possibilidade de ultrapassar a violência de sua história recente, não apenas o Estado precisaria ser transformado, mas a subjetividade e o campo cognitivo de populações afetadas pelo racismo, em sua destrutiva colonização mental,

sendo a maior parte dos tumultuadores africanos movidos pelas emoções e a crença de ser uma raça superior.

O governo liderado por Mandela operou em duas frequências: a primeira no plano da implementação de políticas ou de destituição delas, o governo deu especial atenção a violência, a lei e relações entre elas (tema que será desenvolvido no volume I, CAP II, da Comissão da Verdade e Reconciliação) a segunda, na desestabilização dos conflitos raciais, diminuindo o ódio, ressentimentos e desejos de vingança, sentimentos sempre presentes em espaços coloniais. Foi em ambos os sentidos que a Comissão, presidida por Desmond Tutu, Arcebispo Anglicano e Prêmio Nobel da Paz de 1984, atuou:

A Promoção da Unidade Nacional e a Lei de Reconciliação, cobrando a Verdade e Reconciliação (Comissão) de investigar e documentar violações dos direitos humanos cometidas dentro ou fora da África do Sul no período 1960-1994. Ao fazê-lo, foi para compilar como imagem um completo quanto possível desses eventos e violações. No seu relatório, portanto, a Comissão procura refletir de forma justa e plenamente os motivos e as perspectivas de ambos os alegados autores de graves violações de direitos humanos e de suas vítimas (República da África Sul. Op.Cit. VI, CAP II, p. 24).

O GNU inaugurou no marco do Estado moderno, um pensamento e um agir na política que se distanciou excepcionalmente da política racista ocidental¹⁴⁷, de um Estado assassino, em que a aniquilação do inimigo, a produção do inimigo esteve sempre presente.

É claro, por tirar a vida não entendo simplesmente o assassinio direto, mas também tudo o que pode ser assassinio indireto: o fato de expor à morte, de multiplicar para alguns o risco de morte ou, pura e simplesmente a morte política, a expulsão, a rejeição, etc. (FOUCAULT, 2016, p. 216).

Tendo em conta as barbáries que ocorreram na África do Sul, a Comissão da Verdade e Reconciliação, as contextualizou em uma perspectiva política e histórica. Embora limitada pelo tempo proposto para investigação das violações de 1960 a 1994, localizaram o país primeiro no contexto continental, período que data o processo de descolonização do continente africano, porém enfatizam, “em um contexto específico da África do Sul, foi a fase culminante de um conflito que data meados do sec. XVIII, ao mesmo tempo que os colonizadores europeus procuraram estabelecer uma presença permanente no continente”¹⁴⁸.

¹⁴⁷ Nas reflexões de tese de doutorado do filósofo brasileiro, Edson Teles, de modo distinto de experiências antecessoras, como as da América Latina, a Comissão de Verdade sul-africana teve em sua política as ideias centrais de reconciliação e perdão, procurando libertar o cidadão do ato inaugural da violência (TELES, 2007, p. 91).

¹⁴⁸ República da África Sul. Op.Cit. VI, CAP II, p. 25.

Apontando para uma tradição na estrutura de pensamento e ação ocidental, das quais as nomearam brevemente: a importação de escravos e o tratamento brutal que suportaram entre 1652 (data dos primeiros escravos importados) e 1834 (data do fim da escravidão legal). As inúmeras guerras de espoliação colonial, a caça sistemática e eliminação de povos nômades San e Khoi, tanto por Bôers, quanto por britânicos, nos séculos XVII e XVIII. A Guerra Anglo Bôer, de 1899-1902, a guerra genocida nos primeiros anos deste século dirigida por alemães em sua administração colonial no sul da África Ocidental, contra os povos herero, fato que quase os aniquilou, para culminar,

É evidente que não foi o governo do Partido Nacional, que introduziu racialmente práticas discriminatórias a esta parte do mundo. Nem é provável que o governo do Partido Nacional foi o primeiro a cometer alguns ou a maioria dos tipos de violações graves dos direitos humanos registrados neste relatório (Ibidem).

Ao evidenciarem que desde a colonização sofreram violações ininterruptas, também problematizam que primeiro não foram os únicos no continente africano submetidos a tais barbáries, igualmente localizam ao longo da sua história as violações que o país sofreu desde a chegada dos europeus na África do Sul, que culminou na caça dos nativos e tantos outros crimes já situados acima, entretanto, não banalizaram as barbáries das quais os bôeres (africâneres) foram submetidos pelos ingleses, surpreendendo-nos com sua recusa à singularidade, ao egocentrismo, ao moralismo implacável, que se configuram nas formas delirantes e genocida da razão ocidental, aproximando- nos de uma *ética da compreensão*.

A Comissão, procurou agir em termos de compreender por que e como “eles” chegaram aquelas ideias, opiniões e crenças, nas reflexões de Desmond Tutu,

Essas e outras atrocidades semelhantes marcaram nossa história e em todos os lados concordou-se que deveríamos levar esse passado seriamente em consideração. Não podíamos fingir que não havia acontecido. Muito disso estava muito fresco nas memórias de muitas comunidades. Na verdade, quase não houve controvérsia sobre se deveríamos lidar de forma eficaz com nosso passado se fôssemos fazer a transição para uma nova ordem. Não, o debate não era se, mas como poderíamos lidar com esse passado tão real (TUTU, 2000, p. 19).

Logo, o grande debate se deu em torno de como lidariam com esse passado, diferente da II Guerra Mundial, não haviam vencidos ou vencedores. Assim, não se poderia impor uma justiça do vencedor, tampouco como recordou a pouco Morin, legitimar o direito das vítimas por décadas perseguir seus antigos opressores, como o faz o Estado de Israel. Neste ponto, é preciso dizer mais o uso da vitimização, como meios de perpetuar limpezas étnicas, como fazem

os sionistas nos territórios palestinos ocupados. Entre o modelo de Julgamento de Nuremberg e anistia geral como no Chile de Pinochet, os negociadores optaram pela construção de outro caminho,

Nossa nação buscou reabilitar e afirmar a dignidade e a personalidade daqueles que por tanto tempo foram silenciados, tornaram-se anônimos, marginalizados. Agora eles seriam capazes de contar suas histórias, eles se lembrariam, e ao lembrar seriam reconhecidos como pessoas com uma personalidade inalienável. Os negociadores de nosso país rejeitaram os dois extremos e optaram por uma "terceira via", um meio-termo entre o extremo dos julgamentos de Nuremberg e a anistia geral ou amnésia nacional. E a terceira forma era conceder anistia a indivíduos em troca da verdade. (TUTU, 2000, p. 30).

Ubuntu e seu pensamento e ação no desenvolvimento da comissão, mostrou relações que podem desenvolver-se em abertura, diálogo, uma humanidade que saí dos limites do Eu, para acolher o Nós,

Você compartilha o que você tem. É dizer: "Minha humanidade está presa, está inextricavelmente ligada à sua." Pertencemos a um feixe de vida. Dizemos: "Uma pessoa é uma pessoa por meio de outras pessoas." Não é: "Penso, logo existo". Diz antes: "Estou para os outros, não me sinto ameaçado que os outros sejam capazes e bons. Eu participo, compartilho." Uma pessoa com ubuntu é aberta e disponível, ela tem uma autoconfiança adequada que vem de saber que ela pertence a um todo maior e é diminuída quando outros são humilhados ou diminuídos, quando outros são torturados ou oprimidos, ou tratados como se fossem menos do que são. Harmonia, amizade, comunidade são grandes bens. A harmonia social é para nós o *summum bonum* - o maior bem (TUTU, 2000, p. 31).

A Comissão, foi um momento de Reconciliação e de encontro com a Verdade, para a nação sul-africana, onde uma comunidade humana e política pôde emergir, como a própria obra do Desmond Tutu propõe, *Sem perdão não há Futuro*, pois o perdão liberta oprimido e opressor. Na bem verdade, esse instante poderia ter sido um encontro do Ocidente e sua *descivilização*. Espaço e tempo de aprender o quanto sua estrutura de pensamento enclausurado, da polarização e da política da inimizade produz mundo afora barbáries incontáveis para um pensamento dialógico, compreensivo, voltado para o destino comum dos diferentes grupos populacionais sul africanos.

4.4 UM BALANÇO DE GOVERNO, 1994-1999

Em suas memórias, organizada por Mandla Langa (2018), Nelson Mandela faz uma longa exposição dos seus anos na presidência. Recupera a longa jornada de negociações que se iniciou em 1985, de modo secreto, quando ocorreram 47 reuniões entre Madiba e diferentes

agentes governamentais, até o encontro de trinta minutos com o presidente Pieter Botha. Negociações que envolveram muitos atores, em diferentes lugares do mundo, como Nova York, nos EUA, Londres, no Reino Unido, Lagos, na Nigéria e Lusaka, Zâmbia, entre outros. Cada encontro resultou em uma ata, com declaração ou compromisso e atos de boa vontade por parte do regime, como a libertação em 1987, de Govan Mbeki.

Acertadas as arestas junto ao ANC e seus parceiros, Frente Democrática Unida, Partido Comunista da África do Sul e Congresso Sul Africanos de Sindicatos, assentados em documentos, como *Declaração de Harare* (1989), na qual se comprometiam com uma futura renúncia da luta armada, tendo o compromisso do regime com algumas condições necessárias as negociações. Após a reunião com Pieter Botha, o *Documento Mandela*, do mesmo, na qual Madiba “(...) ofereceu uma solução impulsionada para as crises na África do Sul, afirmando que 'a chave para toda a situação é um acordo negociado, e uma reunião entre o governo e o ANC será o primeiro grande passo para uma paz duradoura no país’¹⁴⁹. Vários outros se seguiriam até se materializarem no Programa de Reconstrução e Desenvolvimento (RDP, em sua sigla do em inglês), eixo de atuação do Governo de Unidade Nacional, de 1994 a 1996, data da saída do Partido Nacional da coalizão.

Tendo como referência a *Carta da Liberdade*, porém dissociado dos seus aspectos mais socializantes, a questão das nacionalizações e da reforma agrária¹⁵⁰, o RDP, “(...) propunha redistribuição e reconstrução (mas não nacionalização) por meio da criação de oportunidades de emprego, acesso à educação, provisão de seguridade social e garantia de direitos individuais e coletivos, incluindo programas de ação afirmativa”¹⁵¹.

Entretanto, fruto do próprio processo de transição democrático que exigiu a organização do compartilhamento de poder entre novas e velhas elites políticas, é preciso enfatizar que, para além do Partido Nacional, o ANC teve que incluir no diálogo o empresariado branco dos setores mais importantes da África do Sul, aninhados na influente Fundação da África do Sul e instituições financeiras internacionais, em especial o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial, implicando em limites concretos ao desenvolvimento de uma política econômica que fosse ao encontro dos anseios das maiorias do país.

¹⁴⁹ Um achado desta pesquisa é o excelente artigo da professora da Universidade da África do Sul, Jo-Ansie Von Wyk, denominado *Quadros, capitalistas e coalizões*, apresentado ao Nordiska Afrika Institutet, em 2009. Ela dissecou o conjunto de acordos e seus limites que tornaram possível a transição democrática na África do Sul. Disponível em: <https://www.academia.edu/10282559/Cadres_capitalists_and_coalitions_The ANC_business_and_development_in_South_Africa>. Acesso em: 18 jul. 2021. Mandela's Day.

¹⁵⁰ Diferentes autores afirmaram que no Fórum Econômico de Davos, na Suíça, em 1993, emissários do governo chinês e vietnamita alertaram Nelson Mandela para o perigo das estatizações. Ver Jo-Ansie Von, Op. Cit.

¹⁵¹ Ibidem, p. 23.

No auge das políticas de Globalização e do Neoliberalismo, essas forças enredaram o governo na lógica da austeridade fiscal, controle da inflação, independência do Banco Central, privatizações. Em resumo, políticas pró-mercado, cujo objetivo foi, segundo apontou Nelson Mandela, reinserir a África do Sul no mundo, gerando crescimento e empregos.

Tais ações geraram grande tensão entre a base de apoio do ANC, em especial COSATU, SACP e demais grupos, materializada na demissão de Winnie Mandela, uma popular e dura crítica das posições ao Governo de Unidade Nacional. Tais parceiros foram igualmente aliados das negociações em 1996, quando o Governo e a Fundação da África do Sul, que naquele ano lançou o programa *Crescimento para todos*, que levou ao abandono do RDP, e a adoção de uma nova política denominada *GEAR: Crescimento, Emprego e Redistribuição*, com políticas orientadas para o mercado.

Vale lembrar, que embora Mandela estivesse preparando a África do Sul para se tornar atraente para os investidores internacionais, sabia que grande parte do desenvolvimento teria que vir da mobilização de recursos internos.

Na Conferência Nacional do ANC de 1994, o então presidente Nelson Mandela declarou:

A comunidade empresarial, tanto negra quanto branca, constitui um importante setor da nossa sociedade e um ativo valioso no esforço histórico de trazer uma melhor qualidade de vida a todo o nosso povo. Apelamos a estes próprios compatriotas para desempenharem o seu papel na construção de confiança no futuro do nosso país. As decisões críticas e positivas que têm impacto no bem-estar de milhões de pessoas, bem como no sucesso da própria transição democrática. Estamos empenhados em dar as mãos a eles em uma parceria para o progresso e mudança, para a paz e estabilidade, crescimento econômico, equidade e prosperidade para todos, compreendendo plenamente que os setores público e privado são ambos jogadores importantes na batalha para garantir uma vida melhor para as pessoas (MANDELA, 1994),

Nos limites do possível, esta estratégia foi absolutamente vitoriosa no sentido de garantir a estabilidade política, o crescimento econômico, eliminando os temores das empresas com as nacionalizações, ampliando o acesso a serviços, normalização das relações internacionais, retorno dos investimentos externos. Vale lembrar que, antes mesmos das eleições, a África do Sul recebeu um aporte de 850 milhões de dólares para auxiliar na transição democrática e o Banco Mundial foi um importante parceiro, com cerca de 600 milhões de dólares para BBEE, o programa de empoderamento econômico dos negócios negros.

Em suas palavras, Mandela relembra que em 1994, ele estava preocupado com uma dívida com as Nações Unidas, de cerca de 100 milhões de dólares. “Tive que ir a ONU e falar com Bill Clinton, Boris Iéltsin, Jacques Chirac e outros, Jiang Zemin, e pedir que cancelassem

essa dívida. O que fizeram”¹⁵². Mas de volta a África do Sul, descobriu uma dívida pública de 250 bilhões de rands¹⁵³, que tinha um custo anual de 50 bilhões de rands. Quando pediu ao Ministro de Finanças a desagregação da dívida “...quase caí de costas quando soube dos detalhes. Mais de 90% dessa dívida, devíamos aos nossos trabalhadores. O que o regime do apartheid fez aqui foi pegar as aposentadorias e embolsá-las, enriquecer a eles mesmos com essas verbas”¹⁵⁴.

Todo o esforço econômico do governo, contribuía para melhorar significativamente as condições econômicas na África do Sul, a política de abertura econômica ampliou o mercado exportador do país, conseguiu reduzir a inflação de 15,5% no período anterior para 7,3% entre 1994-2000, reduziu-se o déficit público, no mesmo período de 7% para 2% do Produto Interno Bruto. Três milhões de pessoas passaram a ter acesso à moradia, 350 mil famílias passaram a ter acesso a eletricidade, as privatizações permitiram acesso a 90% da população a água potável. Fora criado um amplo programa de merenda escolar, de atenção a crianças até 06 anos, e um programa de renda mínima para a população em extrema pobreza.

No entanto, aspectos fundamentais não foram resolvidos, o crescimento em média de 3% ao ano da economia sul africana, não foi suficiente para reduzir os altos índices de desemprego herdados do apartheid, e o ambicioso projeto do RDP, de redistribuir 30% da terra em cinco anos não decolou. Vale lembrar que um dos resultados de anos de política de segregação foi que cerca de 60 mil fazendeiros brancos controlavam 87% das terras agricultáveis na África do Sul.

Do ponto de vista da configuração socioeconômica, as políticas do ANC, asseguraram expansão de uma elite empresarial negra, bem como uma pujante classe média, que por meio das ações afirmativas, passou a representar 20% de negros em cargos executivos e qualificados. Além de uma grande expansão do acesso à educação superior.

¹⁵² MANDELA, Nelson e LANGA, Mandela. Op.Cit, .2018, p. 314.

¹⁵³ Moeda nacional da África do Sul.

¹⁵⁴ MANDELA, Nelson e LANGA, Mandela. Op.Cit, .2018, p. 314.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percorri aquela longa estrada até a liberdade. Tentei não esmorecer; dei passos em falso pelo caminho. Mas descobri o segredo que depois de escarmos uma grande colina, descobrimos apenas que há muitas outras colinas para escalar(...) com a liberdade vem responsabilidades, e não me atrevo em me demorar, pois minha longa caminhada ainda não terminou,
MANDELA, Nelson (2012, p. 764).

Da Dignidade da Política: a Invenção da África do Sul Democrática, tema desta tese de doutorado, teve como objetivo construir uma historicidade desse momento: o processo de reinvenção democrática, acompanhando seus dilemas e desafios. Uma característica do trabalho advém de ser fruto de um duplo esforço, afastar-se da memória ocidental, em especial das democracias liberais e, ao mesmo tempo, distanciar-se da memória cristalizada pelo ANC, pois inexoravelmente confundem-se com as próprias memórias de Madiba e seus aliados. Em consequência tornou-se a memória institucionalizada da luta pela libertação, na qual quase sempre produziu um hiato entre a prisão de Mandela e o momento de sua libertação; ou melhor, uma redução do debate da emancipação para uma disputa entre brancos e negros por direitos.

Para tanto, em nossa narrativa onde havia estranhamento, produzimos familiaridade, onde habitava familiaridade, produzimos estranhamentos. Esta tese nasceu como projeto mergulhado nas ricas memórias de Nelson Mandela, em sua capacidade de promover a esperança: *A Poética da Esperança* no mundo tão árido em que vivemos. Manter a esperança, a crença de que outros mundos são possíveis consistiu a nossa utopia.

Em *A Promessa da Política: tornar a África do Sul Ingovernável*, nossos estudos e a revisão bibliográfica nos fizeram perceber a complexidade de ações, atores e protagonistas, confrontos e negociações que embrenharam aquele país. O lugar da ação como validação de outras verdades, nos reconduziu de um enfrentamento entre brancos e negros, para a desorganização que o desenvolvimento industrial capitalista (empresários, banqueiros internacionais, donos das minas, latifundiários, produziram nas vidas de sul africanos e do significado da África do Sul para as potências mundiais, em especial Estados Unidos e Inglaterra em momento marcado pelo auge e final da Guerra Fria. O que nos custou um fluxo temporal: inicialmente iríamos nos deter aos finais da década de 80, entretanto, para abarcar minimamente a pluralidade de ações, foram fundamentais alguns passos atrás.

Por vezes, era preciso pensar nas organizações e suas árvores genealógicas, como a Organização dos Estudantes da África do Sul (SASO) 1969/1977; (SANCSO) 1979; Congresso

de Estudantes da África do Sul (COSAS). A apreensão entre os lapsos de tempo, onde organizações são banidas, seus líderes encarcerados, e suas novas formas de aparição e de lutas.

A política de apartheid produziu feridas profundas, que estarão presentes entre os sul-africanos durante gerações. Entretanto, neste capítulo pudemos conhecer que essa história mortífera, também produziu respostas de pessoas profundamente corajosas, de estaturas extraordinárias, de grandes nomes dos quais pudemos recuperar e outros que estão em fotos, documentários, mas nunca saberemos seus nomes.

Todavia, o mais significativo foram suas ações, coragem e generosidade, pessoas que nos reconectam a nossa própria humanidade, compartilhando significados das memórias de Mandela.

Repetidas vezes, tenho visto homens e mulheres se arriscarem e darem suas vidas por um ideal. Vi homens enfrentando ataques e tortura sem fraquejarem, suportando uma força e resistência que desafiam a imaginação. Aprendi que a coragem não era ausência do medo, mas o triunfo sobre ele. Eu mesmo senti medo mais vezes do que posso lembrar, mas eu o disfarcei sob uma máscara de ousadia (MANDELA, 2012, p. 761).

Ao adentrar ao que chamamos *O Pensamento Racial e a Invenção do Apartheid*, em nossos estudos inspirados por Fanon, Arendt, Foucault e Mbembe, tantas vezes citados e nomeados, pois desse arsenal partiram nossa interpretação. Olhares e palavras para compreender a Raça em sua profunda imbricação com a política e, nesses termos, partindo de uma crítica profunda à modernidade ocidental, relembremos o terror que tem significado a Modernidade e o implementar de sua empresa civilizatória. Escolhemos, portanto, evidenciar ainda que brevemente as mesmas estruturas de pensamento, da racionalização técnica, de políticas da morte, padronização da subjetividade, alicerçada à utopia da “razão ocidental”, homogeneizando uma parte do planeta e aniquilando a outra.

Sempre contando com a nossa capacidade de esquecimento e a recusa de aprender com as próprias experiências, o que tem nos levado, inevitavelmente, aos mesmos lugares. Como bem afirma Morin,

Não aprendemos as lições do nazismo, nem do stalinismo. Os antídotos contra as futuras ilusões não foram produzidos. É preciso dizer, sobretudo, que as mesmas estruturas de pensamento incapazes de tirar as lições da experiência, estão sempre aí. A reforma de pensamento ainda não está no horizonte” (MORIN, 1994, p. 247).

Portanto, caminhamos da tradição da Modernidade ocidental, para a particularidade do regime de apartheid na África do Sul. Se o Ocidente não nos cansa de inventariar seus

cadáveres, há ainda aqueles que se querem cegos a suas práticas e se prendem, unicamente, ao singular do ocorrido, sem querer compreender o porquê, produzindo uma humanidade cada vez mais putrificada, nos fazendo recordar do fim do *Ensaio sobre a Cegueira*, do escritor português José Saramago, quando uma cidade inteira vive uma “treva branca”, cegos ou cegados, os personagens são convidados a recuperar a lucidez, mas o que provocam ainda é mais horripilante do que as consequências da doença. Diante da catástrofe e das mazelas, o narrador protagonista conclui: “não sei, talvez um dia se chegue a conhecer a razão, Queres que te diga o que penso, Diz, Penso que não cegámos, penso que estamos cegos, Cegos que vêem, Cegos que, vendo, não vêem” (SARAMAGO, 1995, p. 310).

Essa cegueira do Ocidente, não apenas presente nas narrativas dominantes na mídia corporativa; mas igualmente, em artigos acadêmicos, na militância progressista, ou movimentos sociais, exigindo-nos para além do pensamento crítico, doses de humor e de terror, para quem sabe sermos capazes de desmumificá-los, retirá-los de sua apatia eterna, ou da empatia liberal, na qual o destino do outro não se cruza com o seu próprio destino.

O risível, foi evidenciar no subterfúgio da escrita, existe potencialmente um africâner, um branco sul africano, um Dr. Moroka (aquele nacionalista africano que descobriu que tinha algo a perder) em nosso coração/mente, há depender das circunstâncias o melhor ou o pior de nós pode emergir, tudo é uma questão de oportunidade, interesse e da capacidade de obedecer ou não, ao ideário ocidental, *propaganda*, *criminalização*, *classificação*, onde a ordem pode vir a sofrer reveses. Os terroristas de ontem, podem se tornar o Prêmio Nobel da Paz de hoje.

Confesso que ficamos inebriadas por compreendê-los, por um momento desejamos que a tese se detesse unicamente sobre aqueles que, como diriam Hannah Arendt, M.L. King ou Franz Fanon, compactuaram com o mal. Acreditamos que se olhássemos para eles, não como bode expiatório ou recusa, mas a partir da semelhança, faríamos desse trágico da história humana, um momento de aprendizagem e transformação profunda. Pois não é o Outro intransponível, *somos nós*, em nossas fraquezas, nossa obediência cega, medo, recusa ao pensamento crítico, desejo de mobilidade social a qualquer custo e a falta de empatia com o destino daqueles que não são nosso semelhante.

Nesses termos foi necessário reconstruir os passos que levaram a configuração e legitimação do regime do apartheid. Bem como *A Batalha das Ideias*, que levou a sua dissolução, por incansável que possa parecer nesse simulacro espaço racial/histórico desenvolveram-se tensões e conflitos que dizem respeito aos limites e dilemas da civilização ocidental.

Cada parte da tese nos levou para um mundo, sendo difícil sair dele, sempre lembrava que precisava seguir. Então, havia sempre uma tensão entre a chegada e a despedida de cada capítulo. Em *Uma Casa Comum Por Uma Política da Amizade*, nos deparamos diante os seguintes dilemas: olhar a África do Sul, pelos olhos do presente na compreensão do neoliberalismo como uma *governamentalidade*, euforia do fim do regime, ou ser capaz de uma terceira via: mostrar a grandeza daquela experiência e fazer um balanço generoso a partir do mundo que enfrentaram. Ganhamos estrada, pela terceira via.

Mais do que um beco sem saída, a África do Sul sob o apartheid e da luta contra tal regime, em que experiências emancipadoras emergiram, saberes reinventados ou inventados a partir de suas próprias experiências. Campos de disputas onde aspectos totalitários de estruturas de pensamentos eurocêntricos, de política como campo de morte e de inimizade foram constantemente validadas, em confronto a práticas emancipadoras que emergiram, e não podem ser menosprezadas.

Por fim chegamos ao momento da concretização da transição democrática. Nele buscamos mapear os esforços de Madiba, Desmond Tutu e demais companheiros de lutas, por meio de um multifacetado pacto, superar o apartheid e inventar a *nação sul africana*. Neste processo, gostaríamos de chamar atenção que a África do Sul se abriu como uma janela para o mundo, cindido de cima abaixo pelo colonialismo, imperialismo e racismo ocidental, na capacidade de pactuar entre os desiguais, de realizar compromissos, que não produziram a equidade, mas como diria Mandela, lhes deu a liberdade para serem livres, por sinal, título de um livro inspirador para essa tese, de Hannah Arendt.

Muitas veredas possíveis foram deixadas para trás, gostaríamos, por exemplo, de ter aprofundado as conexões transatlânticas de ideias fantásticas e profundas, que mobilizaram milhares de pessoas e produziram mártires, como no cristianismo libertador das igrejas estadunidenses ou da Teologia da Libertação, do catolicismo latino-americano pós-Concílio Vaticano Segundo. O panafricanismo de Aime Cesaire, Marcus Garvey, W. E. Dubois, presentes no nacionalismo africano de Mandela, Steve Biko ou Robert Sobokwe. Ou mesmo, o profundo radicalismo de Frantz Fanon e Paulo Freyre, que tanto inspiraram os principais movimentos sociais dos anos 1980, como o obrerismo do Movimento Sindical e do Movimento Consciência Negra.

Ou nos determos no mundo significativo dos universos culturais africanos, presente nas canções, danças e nos gestos. Sem dúvida, nos deliciamos em vislumbrar a possibilidade de investigar as relações entre as elites empresariais e políticas na transição democrática e a

emergência de uma burguesia negra na África do Sul pós apartheid. Algo nos diz que a jornada que se encerra, abre universos para uma longa caminhada.

Entretanto, nos contentamos em nos limitar as nossas próprias promessas do início do nosso trabalho, historicizar o complexo processo de realização de uma transição democrática na África Austral.

FONTES

ANC, Hold Up the Sun. Episode 5. África do Sul, 2004.

BENSON, Mary. *Nelson Mandela: o homem e o movimento*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

BIKO, Steve. *Escrevo o que eu quero*. São Paulo: Editora Ática, 1990.

COETZEE, J. M. *Infância*. São Paulo: Companhia de Bolso, 2010.

FUNDAÇÃO FREDERIK DE KLERK FUNDAÇÃO F. W DE KLERK. Conferência Olhando para trás, olhando para o futuro 20 anos depois. 2 de fevereiro de 1990. Library/publications. Disponível em: <<https://www.fwdeklerk.org/index.php/en/document-library/publications>>. Acesso em: 23 jul. 2021.

FUNDAÇÃO NELSON MANDELA. *Conversas que tive comigo/Nelson Mandela*. Rio de Janeiro: Rocco, 2010.

FUNDO INTERNACIONAL DE DEFESA E AUXÍLIO PARA A ÁFRICA AUSTRAL. *Nelson Mandela A luta é minha vida*. São Paulo: Globo, 1989.

GORDMER, Nadine. *O Melhor tempo é o Presente*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

LA GRANGE, Zelda. *Bom dia, Sr. Mandela*. Novo Conceito. Ribeirão Preto, SP, 2015.

MANDELA, Nelson. South Africa's Future Foreign Policy. Disponível em: <<https://www.foreignaffairs.com/articles/south-africa/1993-12-01/south-africas-future-foreign-policy>>. Acesso em: 23 jul. 2021.

_____. *Longa Caminhada até a liberdade*. Curitiba: Nossa Cultura, 2012.

MANDELA, Nelson; LANGA, Mandla. *A cor da liberdade: os anos da presidência*. Zahar Editores. 2018.

MANDELA, Nelson. *Cartas da Prisão de Nelson Mandela*. São Paulo: Todavia, 2018.

MANDELA, Winnie. *Parte de minha alma*. São Paulo: Círculo do Livro, 1987.

MORIN, Edgar. *Meus Demônios*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

NICOL, Mike. *Retrato Autorizado*. São Paulo: Alles Trade Editora Ltda, 2007.

PALCY, Euzhan. *A Dry White Season*. Estados Unidos. 1989.

REPÚBLICA DA ÁFRICA DO SUL. *Relatório Final da Comissão da Verdade e Reconciliação (TRC)*. 1998. Disponível em: <<https://www.justice.gov.za/trc/report/>>. Acesso em: 23 jul. 2021.

REPÚBLICA DA ÁFRICA DO SUL. Conselho Nacional de Educação. 2004, p.24. Disponível em: <https://open.uct.ac.za/bitstream/handle/11427/22067/Reddy_Higher_Education_SocialTransformation_2004.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 03 jul. 2020.

SAMPSON, Anthony. *O Negro e o Ouro: Magnatas, Revolucionários e o apartheid*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

STENGEL, Richard. *Os caminhos de Mandela*. São Paulo: Globo, 2010.

TUTU, Desmond. *No future without Forgiveness*. New York/ Londres/ Toronto: First Image Books edition, 2000.

WOODS, Donald. *BIKO: A história do líder negro sul-africano*. São Paulo: Editora Best Seller, 1987.

WOODS, Donald. *Por dentro do APARTHEID O Cotidiano da Resistência na África do Sul*. São Paulo: Editora Best Seller, 1988.

BIBLIOGRAFIA

- ALENCASTRO, Luiz Felipe de. Sob o trópico de Capricórnio. Prefácio e SAMPSON, Anthony. *O Negro e o Ouro: Magnatas, Revolucionários e o apartheid*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- ALTER, Robert. *Anjos Necessários Tradição e Modernidade em Kafka, Benjamin e Scholem*. Rio de Janeiro: Imago Ed, 1992.
- ANTONACCI, Maria Antonieta. *Memórias Acoradas Em Corpos Negros*. São Paulo: Educ. Segunda edição, 2014.
- ARBEX, Júnior, José. *Guerra Fria: Terror de Estado, política e Cultura*. São Paulo: Moderna, 1997.
- ARENDT, Hannah. *Entre o passado e o futuro*. Editora Perspectiva. São Paulo. 2000.
- _____. *Origens do totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- _____. *Eichmann em Jerusalém Um relato sobre a banalidade do mal*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- _____. *La promessa de la política*. Barcelona: Editora Paidós, 2016.
- _____. *Liberdade para ser livre*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2018.
- ARAÚJO, Maria Manuela Jales Camposana de. *Textos Afro-Americanos e Textos Africanos: Dis-cursus do Eu ao Espelho Repartido da Diáspora Discursiva Moderna*. Tese (Doutorado em Letras, Literatura Norte Americana) Universidade de Lisboa. Lisboa, 2008.
- BADAT, Saleem. *Black Student Politics: Higher Education and Apartheid from SASO to SANSCO*. London and New York: Routledge, 1999. [E-book].
- BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e Filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1999.
- BARBOSA FILHO, E. A.; VIEIRA, A. C. S.; ROCHA, S. Pigmentocracia: classe, raça e gênero no sistema de bem-estar social sul africano. *Revista em Pauta*. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/45247>>. Acesso em: 08 fev. 2021.
- BARROS, Antonio Evaldo Almeida. *As faces de John Dube: memória, história e nação na África do Sul*. Salvador, 2012. Tese (Doutorado em Estudos Étnicos e Africanos) – Universidade Federal da Bahia (UFBA).
- BAUMANN, Zygmunt. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política*. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- BHABHA, Homi. *O local da cultura*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

BYRNE, Sian. Rethinking “Workerism” and the FOSATU Tradition, 1979-1985. Paper presented at the Durban Moment Conference Rhodes University, 21 – 23 February 2013.

BONI, Paulo; SANTOS, Renata. África do Sul e apartheid: análise imagética dos conflitos raciais entre 1990 e 1994. *Revista de Pós-Graduação em Comunicação* da Universidade Federal da Paraíba V, n. 08 jan-jun/2012. Disponível em: <<http://www.ies.ufpb.br/ojs2/index.php/cm/article/view/12794/8567>>. Acesso em: 23 jul. 2021.

BORGES, Vavy Pacheco. *Grandezas e Misérias da Biografia*. São Paulo: Contexto, 2006.

BRAGA, Pablo de Rezende Saturnino. *A rede de ativismo transnacional contra o apartheid na África do Sul*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011. Disponível em: <http://funag.gov.br/loja/download/859africa_do_Sul_A_rede_de_ativismo_transnacional_contra_o_apartheid_na_africa_do_Sul.pdf>. Acesso em: 23 jul. 2021.

BRAGA, R. S. Pablo, MILANI, Carlos. *Direitos humanos e política externa no Brasil e na África do Sul: O mito da democracia racial, o apartheid e as narrativas da democratização*. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/9DG98wPQ684JHGdg88BJNYt/?lang=pt#>>. Acesso em: 20 jun. 2021.

BREAKFAST, Ntsikelelo; KOSA, Zintle; JOHNSON, Pamela. Souths Africa’s Involvement on the African Continent, 1994-2019: A Hegemonic Project or Mity? Abril, 2021. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/350499586_South_Africa's_Involvement_on_the_African_Continent_1994-2020_A_Hegemonic_Project_or_Myth>. Acesso em: 15 jul. 2021.

BURGHARDT, William Edward. *As Almas da Gente Negra*. Rio de Janeiro: Lacerda Editora, 1999.

BURKE, Peter. *Cultura Popular na Idade Moderna*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

CASTORIADIS, Cornelius. *A Instituição Imaginária da Sociedade*. Rio de Janeiro Paz e Terra, 1982.

CARDOSO, Paulino. Notas Sobre o Movimento Negro no Brasil. In: Educando para as Relações Raciais II. Disponível em: <http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/cadernos_tematicos/tematico_raciais.pdf>. Acesso em: 23 jul. 2021.

CÉSAIRE, Aimé. *Discurso sobre o Colonialismo*. Lisboa: Sá da Costa Editora, 1977.

CHANAIWA, David. A África Austral. In *História Geral da África VIII: África desde 1935*. Editor MAZRUI e WONDJI, Chistophe. Brasília: Unesco, 2010.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: Artes de Fazer*. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

COMPAGNON, Antoine. *O demônio da Teoria: literatura e senso comum*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

CUNHA, Luciana Lima da Cunha. *Reflexões da era apartheid e pós - apartheid na comunicação contemporânea*. Monografia (Conclusão de curso em comunicação Social), Universidade Anhembi Morumbi. São Paulo, 2012. Disponível em: <<http://www.pordentrodaafrica.com/wp-content/uploads/2014/05/Monografia-Reflex%C3%B5es-da-era-apartheid-e-p%C3%B3s-apartheid-Luciana-Lima-.pdf>>. Acesso em: 15 ago. 2020.

D'ADESKY, Jacques. “Pluralismo étnico e multiculturalismo”. *Revista Afro-Ásia*, n 19/20, 1997, 165-182. Disponível em: <http://www.afroasia.ufba.br/pdf/afroasia_n19_20_p165.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2020

DE DECCA, E. *O Nascimento das Fábricas*. São Paulo: editora Brasiliense, 1982

DOPCKE, Wolfgang. *Lula na África – a política Africana e a cooperação Sul-Sul*. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/10062/1/ARTIGO_LulaAfricaPolitica.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2020.

DOYLE, Arthur, Conan. *The War in South Africa, Its Cause and Conduct*. Good Press, 2019.

DOWBOR, Landislau. *Política social urbana descentralizada na África do Sul*. Cultura Vozes: 1997.

DU BOIS, W.E.B. *As almas da gente negra*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar.

DUSSEL, Henrique. *Filosofías del sur: descolonización y transmodernidad*. México, DF: Akaul/Inter Pares, 2015.

ÉDOUARD, Glissant. *Introdução a uma Poética da Diversidade*. Editora UFJF. 2013.

ESCOBAR, Pepe. *O império do caos*. São Paulo: Revan, 1997.

FRANÇA, Renné; CABECINHAS, Rosa. Memória, História, Testemunho. “A cor da esperança”: as representações de Nelson Mandela na *Revista Veja*. Observatório Jornal, vol. 4, n.1, 2010, 289-322.

FALOLA, Toyin. *O Poder das Culturas Africanas*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2020, p.69.

FANON, Frantz. *Los Condenados de la Tierra*. México: Fondo de cultura Económica, 1963.

_____. *Por la Revolución Africana*. Habana: Edición Revolucionaria, 1966.

_____. *Pele Negra Máscaras Brancas*. Salvador: Edufba, 2008.

FERRO, Marc. *História das colonizações: Das conquistas às independências séculos XIII a XX*. São Paulo: Companhia das letras, 1996.

FILHO, Evandro Alves Barbosa; VIEIRA, Ana Cristina de Souza; ROCHA, Solange. *Pigmentocracia: classe, raça e gênero no sistema de Bem-estar social Sul-africano*. Disponível em:

<<https://www.epublicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/45247/30958>>. Acesso em: 23 jul. 2021.

FOSTER, Joe. A luta dos trabalhadores. Disponível em: <<https://www.newframe.com/archive-workers-struggle/>>. Acesso em: 13 jul. 2021.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.

_____. *A Ordem do Discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

_____. *A Verdade e as Formas Jurídicas*. Rio de Janeiro, 1999.

_____. *Em Defesa da Sociedade*. São Paulo: Editora WMF, 2016.

GAGNEBIN, Jeane. In BRESCIANI, Stela e Naxara, Márcia. *Memória e ressentimento Indagações sobre uma questão sensível*. Editora da UNICAMP: Campinas/SP, 2001.

GAGNEBIN, Jeane. *O preço de uma reconciliação extorquida*. Disponível em: <<http://petdireito.ufsc.br/wp-content/uploads/2013/07/GAGNEBIN-Jeanne-Marie.-O-pre%C3%A7o-de-uma-reconcilia%C3%A7%C3%A3o-extorquida.pdf>>. Acesso em: 15 jul. 2020.

GANDHI, Mohandas K. *Autobiografia - Minha Vida e Minhas Experiências com a Verdade*. São Paulo: Editora Palas Atenas, 2019.

GLISSANT, Édouard. *Introdução a uma poética da diversidade*. Juiz de Fora: Editora da UFJF, 2013.

GOMES, Angela de Castro. *Escrita de si, escrita da História: a título de prólogo*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

GONZALES, David. *Reforma agraria en tiempos de ajuste estructural: Los casos de Zimbabwe, Namibia y South Africa*. Contra I Relatos desde el Sur: Apuntes sobre África y Medio Oriente, Año III no. 4, agosto, 2007. Buenos Ayres, 2007. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20120321113008/2.Reforma_gonzalez.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2020.

GROSS, Frédéric. *Desobedecer*. São Paulo: Ubu editora, 2018.

GUATTARI, Felix. *Revolução Molecular: Pulsação Política do Desejo*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.

GUIMARÃES, Antonio Sergio. “Combatendo o Racismo: Brasil, África do Sul e Estados Unidos”. *Revista de Ciências Sociais* <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v14n39/1724.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2020.

HALL, Stuart. *Da Diáspora: Identidades e Mediações Culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

HALL, Stuart. *Cultura e Representação*. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio: Apicuri, 2016.

HAMPATÉ BÂ, Amadou. “A tradição viva”. In: KI ZERBO, Joseph. *História Geral da África, I: Metodologia e pré-história da África*. Brasília: UNESCO, 2010.

HEBERLEIN, Ann. *Arendt Entre o Passado e o Mal: Uma Biografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

HEFFERMAN, Anne. *Resistência Estudantil na África do Sul: o julgamento SASO9 e Stive Biko*. Disponível em: <<https://theconversation.com/student-resistance-in-south-africa-the-saso-nine-trial-and-steve-biko-115185>>. Acesso em: 15 ago. 2020.

HOBSON, John. Atkinson. *A evolução do capitalismo moderno: Um estudo de produção mecanizada*. São Paulo: Círculo do livro, 1996.

_____. *The War in South Africa: Its Causes and effects*. Cologne, Alemanha: White Press, 2019.

HOOKS, Bell. *Olhares negros: raça e representação*. São Paulo: Elefante, 2019.

JO-ANSIE, Von Wyk. *Denominado Quadros, capitalistas e coalizões*, apresentado ao Nordiska Afrika Institutet, em 2009. Disponível em: <https://www.academia.edu/10282559/Cadres_capitalists_and_coalitions_The_ANC_business_and_development_in_South_Africa>. Acesso em: 18 jul. 2021.

JOICE, Peter. *Culture of South Africa*. Capetown: Sunbird Publishers, 2012.

KI-ZERBO. *Para quando África?* Rio de Janeiro: Pallas, 2006.

KOHN, Jerome. Introdução. In: ARENDT, Hannah. *La promesa de la política*. Cidade do México: Editora Paidós, 2008.

KOTHE, Flávio R (org). *Walter Benjamin*. São Paulo: Ed Ática. 1985.

LA BOÉTIE, Etienne. *Discurso da Servidão Voluntária*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1999.

LICHTENSTEIN, Alex. “Sentimos que nossa força está no chão de fábrica”: dualismo, poder do chão de fábrica e reforma das leis do trabalho no fim do apartheid na África do Sul. *Mundos do Trabalho*, Florianópolis | v. 12 | p. 1-27 | 2020. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/mundosdotrabalho/article/view/1984-9222.2020.e72467>>. Acesso em: 12 jul. 2021.

MARQUETTI, Flávia Regina. *O fio de Ariadnee - o Touro da IDA*. Disponível em: <https://antiguidadeclassica.com.br/website/edicoes/setima_edicao/3.pdf>. Acesso em: 02 fev. 2021.

MARX, Karl. *O Capital: Crítica da Economia Política*. Volume II. São Paulo: Difel, 1985.

MASIYA, Tyanaia. Sindicalismo do Movimento Social: Caso do Congresso dos Sindicatos da África do Sul, *Politikon: South African Journal of Political Studies*, 41: 3, 443-460. Esta versão de 2014, foi baixada pela University of Western Cape em 15 Dez. 2014.

MEREDITH, Martin. *O Destino da África*. Rio de Janeiro: Zahar, 2017.

M'BOKOLO, Elikia. *África Negra: História e Civilizações do século XIX aos nossos dias*. Lisboa: Edições Colibri, 2007.

MBEMBE, Achille. *Crítica da Razão Negra*. Lisboa: Antígona, 2014.

_____. *Crítica da Razão Negra*. São Paulo, 2020.

_____. *Sair da Grande noite: Ensaio sobre a África descolonizada*. Luanda: Edições Mulemba da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Agostinho Neto; Magualde: Edições Pedalço, 2014.

_____. *Políticas da Inimizade*. Lisboa: Antígona, 2017.

_____. *Necropolítica*. São Paulo: N-1 edições, 2018.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. *A Desordem Mundial: O Espectro da Total Dominação*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

MORIN, Edgar. *Meus Demônios*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

MOUTINHO, Laura. (2015) The other side? Das Implicações morais de certos horizontes imaginativos na África do Sul. *Anuário Antropológico*, (online), v.40, n.2, 2015. Disponível em: < <https://periodicos.unb.br/index.php/anuarioantropologico/article/view/6665>>. Acesso em: 17 de mai. 2021.

MUDIMBE, V.Y. *A Invenção da África*. Rio de Janeiro: Vozes, 2019.

NETO, José. A vitória de Mandela. In *Revista História Viva*, ano VI. N 76. São Paulo: Editora Duetto, 2010.

NOGUERA, Renato. Ubuntu como modo de existir: elementos gerais para uma ética afroperspectiva. *Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)*, [S.l.], v. 3, n. 6, p. 147-150, fev. 2012. ISSN 2177-2770. Disponível em: <<http://abpnrevista.org.br/revista/index.php/revistaabpn1/article/view/358>>. Acesso em: 04 ago. 2019.

OLIVA, Anderson Ribeiro. *O Ensino da História da África em debate (Uma introdução aos estudos africanos)*. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/6167/1/CAPITULO_EnsinoHist%C3%B3riaAfrica.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2020.

OLIVER, Roland. *A experiência africana da Pré História aos dias atuais*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

PEREIRA, Analúcia Danilevicz. *A longa história de desigualdade na África do Sul*. Disponível em:

<<http://www.ufrgs.br/difusaocultural/adminmalestar/documentos/arquivo/AfricaDoSulDanileviczPereira.pdf>>. Acesso em: 10 ago. 2020.

PEREIRA, Analúcia Danilevicz. *A Revolução Sul-africana*. São Paulo: Editora Unesp, 2012.
PITYANA, Barney. Bantu Steve Biko em perspectiva. BIKO, Steve. *Escrevo o que eu quero*. São Paulo: Editora Ática, 1990. p.21-22.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder e classificação social. In: SANTOS, B; MENEZES, M.P. (orgs). *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez Editora, 2010.

RAMOS, Alberto Guerreiro. *Introdução crítica à sociologia brasileira*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1957.

RAMOSE, Mogobe. Globalização e Ubuntu. In: SANTOS, B; MENEZES, M.P (orgs). *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez Editora, 2010.

REZENDE, Pablo; BRAGA, Saturnino; VIEIRA. *Direitos humanos e política externa no Brasil e na África do Sul: O mito da democracia racial, o apartheid e as narrativas da democratização*. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/9DG98wPQ684JHGdg88BJNYt/?lang=pt#>>. Acesso em: 20 jun. 2021.

RIBEIRO, Fernando Rosa. *A construção da nação (Pós-) colonial: África do Sul e Suriname. 1933-1948*.

ROSA, João Guimarães. *Grande sertão: veredas – “O diabo na rua, no meio do redemoinho...”*, 22ª ed., São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SADER, Eder. *Quando Novos Personagens Entraram em Cena*. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

SAID, Edward. *Humanismo e a Crítica democrática*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

SALVI, Giovani Grilo. *Uma história de traição: um projeto assimilacionista colored na cidade do cabo (1906/1910)*. Campinas, SP: Universidade de Campinas, 2012.

SAMPSON, Anthony. *O Negro e o Ouro: Magnatas, Revolucionários e o apartheid*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SANTOS, Boaventura Souza; MENEZES, M.P (org.). *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez Editora, 2010.

SANTOS, Boaventura. *O Fim do Império Cognitivo. A Afirmação das epistemologias do Sul*. Belo Horizonte: Editora. Autêntica, 2019.

SARAMAGO, José. *Ensaio Sobre a Cegueira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

SILVA, Cristiane Mare. *A poética da esperança: os sentidos políticos nas memórias de Nelson Mandela*. Dissertação (Mestrado em História Social) PUC/SP. São Paulo. 2016.

SILVA, Joilson de Araujo Martins Andrade. *União Africana: desafios políticos e perspectiva de cultura no limiar do século XIX*. Dissertação (Mestrado em História Social) PUC/SP. São Paulo, 2013.

SILVA, Márcio Seligman. *História, memória, literatura: o testemunho na Era das catástrofes*. Campinas, SP: Editora Unicamp, segunda reimpressão, 2013.

SISULU, Albertina. *Discurso de aniversário da UDF*. Disponível em: <<https://www.sahistory.org.za/archive/extract-speech-delivered-albertina-sisulu-first-anniversary-udf>>. Acesso em: 24 jan. 2021.

SODRÉ, Muniz. *O monopólio da fala*. Petrópolis: Editora Vozes, 2001.

SOUZA, Jessé. *A classe média no espelho: Sua história, seus sonhos e ilusões, sua realidade*. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2018.

SCHUARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

TAYLOR, Charles. *El Multiculturalismo y “la política del reconocimiento”*. Méx Juico: Fondo de Cultura Económica, 1993.

TELES, Edson. *Brasil e África do Sul: Os Paradoxos da Democracia*. Memória Política com Herança Autoritária. (Tese de Doutorado) USP, 2007.

THOMPSON, E. P, *Senhores e Caçadores*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

ULRICH, Nicole. *Only the Workers Can Free the Workers: the origin of the workers’ control tradition and the Trade Union Advisory Coordinating Committee (TUACC), 1970-1979*. Universidade de Witwatersrand, 2007.p.09. Disponível em: <<https://www.sahistory.org.za/sites/default/files/Ulrich%202007.pdf>>. Acesso em: 12 jul. 2021.